



EuroDefense-Portugal

CENTRO DE ESTUDOS  
**EuroDefense – Portugal**

## **CONFERÊNCIA**



**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Letras**

**Sínteses EuroDefense - 22**

Porto, 9 de Novembro de 2015

## ...“PROMOVER A IDENTIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA” ...

O EuroDefense-Portugal funciona como Organização Não Governamental (ONG) apoiada administrativa e financeiramente pelos seus fundadores, estando aberto à participação ou apoio de outras entidades militares, empresariais e científicas.

Tem como principais finalidades:

- Estudar questões relativas à segurança e defesa da Europa, em particular as que tenham interesse para a indústria de defesa e para as actividades das associações empresariais;
- Servir de fórum, promover o debate, organizar estudos e efectuar investigação sobre as matérias do seu âmbito e difundir os seus resultados;
- Trocar informações e organizar actividades com os outros congéneres europeus.

O EuroDefense-Portugal é membro da rede de Associações EuroDefense que começou a ser constituída em 1994 com o fim de promover a identidade europeia de segurança e defesa e contribuir para o desenvolvimento de um “espírito de defesa”. Para além de Portugal, existem Associações EuroDefense na Alemanha, na Áustria, na Bélgica, na Espanha, na França, na Grécia, na Holanda, na Hungria, na Itália, no Luxemburgo, no Reino Unido e na Roménia.

## **Conferência**

# **O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia e o papel da Cooperação: Desafios e Opções para Portugal**

**9 de Novembro de 2015**

**Universidade do Porto**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

**Departamento de História e  
de Estudos Políticos e Internacionais**



## Índice

Introdução .....	6
<i>Presidente da Direcção do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal</i>	
Temas do Debate .....	8
Programa da Conferência.....	10
Sessão de abertura.....	13
<i>Comissão Executiva do DHEPI</i>	
A evolução do ambiente estratégico internacional no processo de integração europeia.....	16
<i>Tenente-General António Fontes Ramos</i>	
A OSCE na Arquitetura de Segurança da Europa.....	45
<i>Professora Doutora Teresa Cierco</i>	
Os Efeitos da Crise das Dívidas Soberanas na Política Comum de Segurança e Defesa.....	53
<i>Professora Doutora Liliana Reis</i>	
Cooperação Portugal e Estados Unidos durante a Guerra Fria a partir do Instituto Geofísico da Universidade do Porto .....	68
<i>Professor Doutor Rui Moura e Professora Doutora Helena Sant’Ovaia</i>	
Defesa, Educação e Economia I&D projetos e aplicações de duplo uso.....	76
<i>Professor Doutor Augusto Barata da Rocha</i>	
Encerramento Conclusões .....	108
<i>Mestranda Daniela Miranda</i>	
Considerações Finais .....	110
<i>Major-General Augusto Melo Correia</i>	
Conclusões Finais.....	115
<i>Alunos do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Universidade do Porto</i>	
Links úteis sobre leituras recomendadas .....	117



## INTRODUÇÃO

Os cidadãos portugueses, sobretudo os jovens, têm participado muito pouco na concepção, construção e processo de integração da UE, que tem sido feita demasiado à margem dos europeus. Acresce que as questões de segurança e defesa colectiva não são assunto com suficiente debate, conferindo-lhes os portugueses muito baixa prioridade, como ficou bem patente não só na campanha eleitoral em 2009, como na elevada taxa de abstenção das últimas eleições para o Parlamento Europeu.

Ciente desta lacuna, o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal promove anualmente iniciativas, em colaboração e parceria com Universidades nacionais, tendentes a aprofundar o processo de participação de jovens, de patamar universitário, com o objectivo de fomentar a sua tomada de consciência para os assuntos Europeus e contribuir para a formação da opinião pública neste sector.

Com este objectivo, a Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI-FLUP) da Universidade do Porto e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, organizaram no Anfiteatro Nobre Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no passado dia 9 de Novembro de 2015, uma Conferência subordinada ao tema “*O novo quadro da Segurança e Defesa – desafios e opções para Portugal*”.

Esta iniciativa teve como conferencistas as seguintes personalidades: Tenente-General António Fontes Ramos, do EuroDefense-Portugal, Professora Doutora Teresa Cierco, do Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, Professor Doutor Rui Miguel Marques Moura e Professora Doutora Helena Sant’Ovaia, da Faculdade de Ciências, Instituto Geofísico da Universidade do Porto, Professor Doutor Augusto Barata da Rocha, Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Neste quadro, a Conferência inseriu-se no propósito de congregar a participação dos jovens universitários na reflexão e debate sobre a construção da União, não só numa perspectiva de partilha e compromisso europeus mas também de respeito e de garantia pelos interesses nacionais. Como corolário, teve ainda como objectivo principal promover uma reflexão aprofundada sobre o actual momento da União Europeia face ao Tratado de Lisboa, em particular no âmbito da segurança e defesa e sua conexão com os interesses de Portugal.

Com o propósito de assegurar uma participação empenhada dos alunos da Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI-FLUP), estiveram presentes na organização e participação neste evento as associações de estudantes da área das relações internacionais, designadamente: a Associação de Estudantes da Universidade do Porto e o Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Universidade do Porto

Na sessão de abertura, perante um auditório repleto de jovens universitários interessados e participativos, cuja adesão foi demonstrativa do interesse pela temática, usaram da palavra o Magnífico Reitor da Universidade do Porto Professor Catedrático Sebastião Feyo de Azevedo, Professora Doutora Fernanda Ribeiro, Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o Dr. António Figueiredo Lopes, Presidente EuroDefense-Portugal, Professora Doutora Inês Amorim, Presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Universidade do Porto, e a aluna Inês Consonni, Presidente do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Universidade do Porto

*Lisboa, 9 de Novembro de 2015*

O Presidente da Direcção

*António Figueiredo Lopes*

## TEMAS DO DEBATE

À luz da implementação do Tratado de Lisboa, da declaração da Cimeira da NATO de 2014 em Gales, nomeadamente no que respeita ao reforço do Plano de Ação de Prontidão da NATO e ao estabelecimento de uma Força Combinada de Muito Alta Prontidão, como parte da “*European Reassurance Initiative*”, em resposta aos novos desafios da Rússia, e tendo em consideração os significativos desenvolvimentos na Ucrânia, Norte de África e Médio Oriente, com impacto na segurança humana e no ambiente estratégico de segurança internacional, o Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, realizam uma Conferência seguida de debate subordinado ao tema

“O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia e o papel da Cooperação: desafios e opções para Portugal”

Os cidadãos portugueses, sobretudo os jovens, têm participado muito pouco na conceção e construção do processo de integração da UE, que tem sido feito demasiado à margem dos europeus. Acresce que as questões de segurança e defesa coletiva não são assunto com suficiente debate, conferindo-lhes os portugueses e os europeus, de uma forma geral, baixa prioridade. Contudo, as novas ameaças e desafios, trazidos à colação, nomeadamente pelo ressurgimento e ascensão do poder político e militar da Rússia, do autointitulado Estado Islâmico e da atual tragédia humanitária da migração em massa para a Europa, vieram introduzir uma nova dinâmica na problemática da segurança Europeia, ao colocar os cidadãos no centro do projeto europeu, dando-lhes o direito de, em determinadas circunstâncias, solicitar à Comissão Europeia que proponha uma iniciativa legislativa para consecução das suas aspirações.

Neste contexto, a segurança e defesa Europeia e da cooperação multilateral tomam uma acuidade ainda maior com a atual crise financeira e o seu previsível impacto na redução das capacidades tecnológicas e militares da UE, correndo-se o sério risco de a Europa se tornar irrelevante em termos de segurança dos seus próprios cidadãos e defesa dos seus interesses estratégicos e também como garante de paz e prosperidade.



**Professor Doutor Sebastião Feyo de Azevedo,**  
*Magnífico Reitor da Universidade do Porto*

**Dr. António Figueiredo Lopes,**  
*Presidente da Direção do EuroDefense-Portugal*



**Professora Doutora Fernanda Ribeiro,**  
*Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

## PROGRAMA DA CONFERÊNCIA

### 14:30 Sessão de Abertura

**Professor Doutor Sebastião Feyo de Azevedo,**  
*Magnífico Reitor da Universidade do Porto*

**Dr. António Figueiredo Lopes,**  
*Presidente da Direção do EuroDefense-Portugal*

**Professora Doutora Fernanda Ribeiro,**  
*Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

**Dr. António Figueiredo Lopes,**  
*Presidente da Direção do EuroDefense-Portugal*

**Professora Doutora Inês Amorim,**  
*Presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais*

**Inês Consonni,**  
*Presidente do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais*

### 15:15 - 1.º Painel

O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia e o papel da Cooperação — Desafios e opções para Portugal

**Moderador: Professor Doutor John Greenfield,**  
*Diretor da Licenciatura de Línguas e Relações Internacionais*

### Subtemas:

A evolução do ambiente estratégico internacional, as novas ameaças à segurança europeia e os desafios ao processo de integração europeia

**Tenente-General António Fontes Ramos,**  
*Vice-Presidente do Conselho Geral do EuroDefense-Portugal, Professor da Universidade Católica de Lisboa*

A OSCE na Arquitetura de Segurança da Europa

**Professora Doutora Teresa Cierco,**  
*Departamento de História e Estudos Políticos Internacionais, Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Os Efeitos da Crise das Dívidas Soberanas na Política Comum de Segurança e Defesa

**Professora Doutora Liliana Reis,**  
*Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior*

## **16:150 Intervalo para café**

### **16h30 - 2.º Painel**

Economia de Defesa: a sustentabilidade da base tecnológica e industrial de defesa europeia e o papel da cooperação no desenvolvimento de capacidades

**Moderador: Professor Doutor Jorge Ribeiro,**

*Departamento de História e Estudos Políticos Internacionais, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Defesa, prevenção e cooperação Portugal e Estados Unidos durante a Guerra Fria – inteligência estratégica na deteção de episódios bélicos na Europa a partir do Instituto Geofísico da Universidade do Porto

**Professor Doutor Rui Miguel Marques Moura**

**Professora Doutora Helena Sant’Ovaia,**

*Faculdade de Ciências, Instituto Geofísico da Universidade do Porto*

Defesa, Educação e Economia – investigação científica e desenvolvimento tecnológico – projectos e aplicações de duplo uso

**Professor Doutor Augusto Barata da Rocha,**

*Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.*

### **17h15 - Debate**

### **17h30 - Encerramento**

### **Conclusões**

**Daniela Miranda,**

*Mestranda em História, Relações Internacionais e Cooperação, FLUP*

### **Sessão Final**

**Major-General Augusto Melo Correia,**

*Vice-Presidente da Direção do EuroDefense-Portugal*

**Professora Doutora Inês Amorim,**

*Presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais*

## SESSÃO DE ABERTURA

Exmos.

**Professor Doutor Sebastião Feyo de Azevedo**, Magnífico Reitor da Universidade do Porto

**Professora Doutora Fernanda Ribeiro**, Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**Dr. António Figueiredo Lopes**, Presidente da Direção do EuroDefense-Portugal

**Inês Consonni**, Presidente do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Universidade do Porto

**Major-General Augusto Melo Correia**, Vice-Presidente da Direção do EuroDefense-Portugal

**Coronel Eng. António Rosas Leitão**

**Coronel Miguel Fradique da Silva**

A 1 de Julho de 2015, recebemos um convite por parte do Senhor Presidente do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal (CEED-P), Dr. António Figueiredo Lopes, no sentido de se realizar, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, uma Conferência subordinada ao tema genérico “O novo quadro de Segurança e Defesa Europeia e o papel da cooperação: desafios e opções para Portugal”, uma parceria entre o CEED-P e o Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI) desta Faculdade.

Os objectivos foram definidos tendo em conta a natureza e a missão daquele Centro de Estudos, por se tratar de uma organização da sociedade civil que funciona no quadro da rede europeia EURODEFENSE, tendo como entidades fundadoras o Instituto da Defesa Nacional (IDN) e a Associação Industrial Portuguesa (AIP). As finalidades principais procuram ter eco na sociedade civil:

- (i) promovendo, sobretudo nos jovens universitários, uma perceção e **tomada de consciência dos interesses comuns europeus na área da segurança e defesa**, face ao fenómeno da globalização e aos novos desafios e ameaças à segurança;
- (ii) contribuindo para a criação de uma **cultura de cooperação** que fomente o fortalecimento da base tecnológica e industrial de segurança e defesa europeias, tendo em vista o desenvolvimento das necessárias capacidades civis e militares.

Por parte do DHEPI justificava-se, totalmente, a colaboração nesta iniciativa, tendo em consideração a importância da História, ou seja, do conhecimento situado, no espaço e no

tempo, e por não termos qualquer dúvida das escalas supra-regionais e globais em que cada um de nós se situa.

Sobretudo, tendo em consideração a ação da EuroDefense-Portugal, que tem vindo a incluir na sua programação anual atividades com jovens universitários, promovendo encontros internacionais e nacionais e envolvendo-os na organização e participação de conferências em Universidades nacionais. Pareceu-nos, por isso, completamente oportuno enquadrá-la nas atividades promovidas pelo DHEPI, pela Faculdade de Letras de Letras e pela Universidade do Porto.

Como enquadramento do futuro da segurança europeia, os acontecimentos mais recentes exigem uma reflexão sobre o atual momento da União Europeia. Efetivamente, o Tratado de Lisboa (2007) introduziu uma cláusula de solidariedade (VII), de carácter voluntário, quando um Estado-Membro é vítima de um ataque terrorista ou de uma catástrofe natural ou causada pelo homem. Ora, a recente evolução dos novos desafios e ameaças ao sistema de segurança internacional interpelam a Europa. Com a anexação da Crimeia e a consequente crise na Ucrânia, as crescentes ameaças em toda a periferia estratégica da EU, incluindo o preocupante problema migratório no Mediterrâneo e o imprevisível comportamento terrorista do chamado Estado Islâmico, bem como o impacto na segurança da atual crise financeira Europeia, todos estes indicadores de imprevisibilidade exigem reflexão e respostas.

Consideramos que um olhar atento, de longa duração, torna-se fundamental e, por isso, a História (o DHEPI) tem aqui um papel fundamental:

- *porque representa um tipo de **conhecimento reflexivo**, que reconhece que as práticas sociais são examinadas e reformadas à luz da nossa **informação**, percebendo, ou tentando perceber, de que forma e por que razão se alteram e se constituem;*
- ***em segundo lugar, porque a história global interessa-se pela evolução das transformações que têm experimentado as sociedades contemporâneas (e não só), nomeadamente o debilitamento da capacidade da ação do Estado-nação, dada a percepção de uma ligação entre os fenómenos locais e os globais, os respetivos processos de conectividade e de influência mútuas;***
- ***em terceiro lugar, porque a História promove o conhecimento do outro, de forma integral, sublinhando os erros de anacronismo, das “limpezas culturais” e dos seus impactos, dos erros de memória, da desatenção e do desconhecimento do outro.***

O programa foi definido tendo em consideração o tema geral, mas com a liberdade de definir abordagens concretas e que acrescentassem conhecimento. Daí os dois painéis:

**1.º Painel “O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia e o papel da Cooperação” / “Desafios e opções para Portugal”**

**2.º “Economia de Defesa: a sustentabilidade da base tecnológica e industrial de defesa europeia e o papel da cooperação no desenvolvimento de capacidades”**

Neste desenho, contamos com o apoio do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Universidade do Porto e das estruturas de apoio desta Faculdade, em particular o Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem, assim como a Televisão da Universidade do Porto (TVU)

A todos o nosso obrigado

A Comissão Executiva do DHEPI

Inês Amorim (diretora)

Cláudia Ribeiro

Teresa Cierco



**A EVOLUÇÃO DO AMBIENTE ESTRATÉGICO INTERNACIONAL, AS  
NOVAS AMEAÇAS À SEGURANÇA EUROPEIA E OS DESAFIOS AO  
PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA**

Tenente-General António Fontes Ramos,

Vice-Presidente do Conselho Geral do EuroDefense-Portugal, Profes-  
sor da Universidade Católica de Lisboa

**ABSTRACT**

*Este tema será abordará em três passos. Em primeiro lugar, a análise das estruturas europeias dedicadas à Segurança e Defesa, com vista a caracterizar a sua evolução conceptual, os órgãos componentes e as respetivas capacidades e limitações. Serão destacados, em particular, os efeitos obtidos na sequência das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa.*

*Será a seguir efetuada uma leitura do ambiente internacional previsível, com base nas tendências geoestratégicas em curso e nas complexas ameaças contemporâneas, pondo em evidência os desafios que se colocam à Europa perante um arco de instabilidades crescentes na sua vizinhança, a Sul e a Leste. Olharemos igualmente para a necessidade de se articular uma postura estratégica coerente e atualizada perante os espaços mais afastados da África e da Ásia.*

*Finalmente será tratada a questão do Conceito Estratégico da União Europeia, dado que o existente, datado de 2003, foi elaborado num contexto internacional profundamente diferente. Decorrendo nesta altura o processo de reflexão para preparar uma “estratégia global de segurança e defesa da EU” a ser apresentada no Conselho Europeu de Junho de 2016, serão abordados, durante o debate, os elementos que, à luz da análise anterior, faria sentido integrar no novo Conceito.*

O documento de suporte à exposição acima indicada tem a designação “ O CONTEXTO DE SEGURANÇA ATUAL - Contributos para uma Visão Integrada” organizada com a seguinte estrutura na abordagem do tema:

## *1. Introdução*

### *2. Uma Visão Integrada do Contexto de Segurança*

- *O Homem e a Sociedade Urbana*
- *O Quadro das Relações Mútuas*
- *Quadro das Relações com o Ambiente*

### *3. Algumas Conclusões*

## **1. Introdução**

Nunca o mundo pareceu tão instável e perigoso desde a última guerra mundial. Às pressões demográficas e ambientais, juntam-se as crises económicas, a escassez de recursos, a propagação de doenças infecciosas, ou a violência desmedida. A maior vaga humana de refugiados de sempre, está em movimento. Pela primeira vez na história os refugiados do clima (27 milhões), ultrapassam os refugiados da guerra (23 milhões).

Na visita a um memorial da I Grande Guerra, Sua Santidade o Papa lançou um alerta preocupante. "Hoje, depois do segundo fracasso de uma guerra mundial, podemos falar de uma guerra combatida por partes, com crimes, massacres e destruições"<sup>1</sup>.

E esta sensação de insegurança é perversiva. “Em países de todo o Mundo os cidadãos comuns sentem-se ameaçados”, afirma Stiglitz<sup>2</sup> As pessoas correm o risco de “ser mortas, sequestradas, violadas, assaltadas ou expulsas dos seus lares; temem terremotos, ciclones, a propagação de doenças ou a perda das suas poupanças; podem não ter o suficiente para comer ou água potável para beber; podem não ter acesso a cuidados de saúde<sup>3</sup>, diz Mary Kaldor.

Temos consciência de que o contexto de segurança tem sofrido alterações profundas e que continua em mudança. E sobretudo que os paradigmas e os reparos intelectuais do passado parecem hoje pouco adequados para equacionar as alterações em curso.

Tradicionalmente centrávamos a nossa análise sobretudo nas grandes potências, cujos interesses, intenções e estratégias perscrutávamos, para entender o jogo global em curso e prever o futuro. Estamos, porém, a viver um tempo de grandes convulsões em que o próprio desenvolvimento, a modernização, está a criar efeitos que têm vindo a surpreender-nos. Mais do que isso, a provocar riscos e ameaças não antecipados que perturbam de forma radical o espaço de manobra de todos, mesmo das grandes potências<sup>4</sup>.

Todavia o exercício de análise atual tem-se centrado numa leitura instantânea do tipo descritivo, normalmente materializada numa lista de desafios e ameaças que é acrescentada

quando nova circunstância vem reclamar uma periculosidade acrescida. Tentaremos, pois, sair deste ciclo, e caminhar para uma nova articulação do quadro de segurança mais interligado e desejavelmente mais conexo. Obras como a “Utilidade da Força”, “O Futuro do Poder”, ou “O Fim do Poder” vêm-nos alertando para que alguma coisa está a mudar drasticamente. E pode valer a pena estudá-lo.

Trataremos nesta reflexão apenas desse quadro de segurança básico, que julgamos hoje suficientemente condicionador para merecer uma análise separada do estudo do jogo das grandes potências, que trataremos noutra altura, já que “[o] problema para todos os estados no século vinte e um é que há mais e mais coisas fora do controlo mesmo dos mais poderosos estados, dada a difusão do poder dos estados para atores não-estaduais”<sup>5</sup>

## 2. Uma Visão Integrada do Contexto de Segurança

### 2.1 Os Riscos e Ameaças

Sem dúvida que o colapso do Mundo Soviético marca determinadamente o contexto de segurança atual. Se nos centramos na Europa, a ameaça dum ataque convencional de grande escala já não constitui o modelo de referência da segurança e defesa. Contudo o refluxo das forças armadas e mesmo da presença soviética em vastas áreas do globo, deixou um conjunto de “vazios” onde rapidamente irromperam crises violentas que tinham sido contidas pela dinâmica bipolar

Desde 1991 que as crises periféricas passaram a dominar as preocupações estratégicas e isso foi refletido tanto nos conceitos da NATO como da UE. E daí, a necessidade de conceber a segurança em termos “alargados”<sup>6</sup> para abranger as questões políticas, económicas ou conflituais que originam essas crises e respetivos efeitos desestabilizadores. Ao longo do tempo cada uma destas instituições foi identificando os novos desafios ou ameaças, à medida que um ou outro se tornavam mais prementes. Em 1999 a NATO considerava como riscos a dissolução dos estados, a proliferação das armas de destruição maciça, e dos meios de lançamento, o terrorismo e o crime organizado, bem como o movimento descontrolado de elevado número de pessoas<sup>7</sup>.

E apesar da atitude mais agressiva da Rússia, em 2010 a NATO referindo que a ameaça de um ataque convencional é “baixo”, mas não “pode ser ignorado”, dá ênfase acrescida à proliferação das armas nucleares e outras armas de destruição maciça, ao terrorismo se associado com tais meios, e aos ciberataques, reconhecendo que estes podem atingir “infraestruturas críticas” em que assenta a vida e segurança dos estados e pessoas, como as redes energéticas<sup>8</sup>.

A UE reconhece igualmente a profunda transformação em curso. Na Estratégia de Segurança Europeia de 2003 identifica uma lista própria de desafios e ameaças que vão desde a pobreza, as pandemias, à dependência energética da Europa, mas sobretudo, e como ameaças chave, o terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, os conflitos regionais, os estados falhados e o crime organizado. A que se juntam na revisão da Estratégia em 2008 as ciberameaças, e as mudanças climáticas.

Concordando-se em geral com a análise feita pelas duas instituições, há que reconhecer, todavia, que tudo parece desligado. Os elementos que se consideram desafios ou ameaças vão surgindo, em listagens, de forma desconexa, ao sabor das ocorrências. Parece estar ausente o sentido da lógica imanente, de evolução, de possível interdependência. Estão em geral omissos a antevisão e a previsão. O que em termos de reflexão política ou estratégica é preocupante, pois apenas permite reagir á posteriori e não antecipar e prevenir.

Reagimos às crises nos Balcãs porque elas deflagraram, com todas as limitações que uma atuação extemporânea acarreta. O mesmo se passou com o 11 de Setembro, ou com os ataques terroristas em Londres, Madrid, Paris ou Bruxelas. Ou com os refugiados do clima e das guerras no Médio Oriente, quando seria indispensável uma visão holística dos mesmos.

Mas não parece ser esse o sentido de apreciação do Papa. Que, ao contrário, interpela a uma leitura integrada dos acontecimentos a que, no seu todo, apelidou “de guerra mundial”, e que resulta eventualmente da interação de elementos e acontecimentos díspares, mas associáveis de alguma forma (*combatida por partes, com crimes, massacres e destruições*). E no mesmo sentido vão as apreciações de Stiglitz ou Mary Kaldor que denotam a insegurança generalizada dos cidadãos, perante a falta de uma linha coerente de entendimento.

Esta reflexão centra-se, pois, nesta questão. Em que abordaremos, como tentativa académica inicial, o que poderá constituir o arquétipo que associe os elementos da instabilidade atual de forma articulada. E que permita alguma antevisão, ou atitude preventiva.

## 2.2 Os Mecanismos da Instabilidade

Para isso vamos servir-nos de dois conceitos. O conceito de “interligação e ação recíproca” de Ikenberry e o conceito do “desenvolvimento reflexivo” de Ulrich Beck. Ikenberry reconhece a profunda alteração em curso e o complexo conjunto de desafios - “abrangentes, mutáveis e incertos” - com que os países se confrontam. Nota o esbatimento dos conflitos entre as grandes potências do século passado, ou do bipolarismo assente em sistemas filosóficos políticos e económicos rivais da Guerra-Fria, e destaca a ampla diversidade atual das ameaças à paz e segurança internacionais, ameaças “descentralizadas e existentes em todo o mundo”<sup>9</sup>. O que faz com que as fontes de insegurança se tenham não só alterado, mas difundido. E além de identificar ameaças semelhantes<sup>10</sup> às identificadas pela NATO/EU, Ikenberry chama a atenção para que muitos perigos atuais como as pandemias ou o terrorismo transnacional derivarem da fraqueza dos Estados e não da sua força e alerta para a evolução das “tecnologias da violência” que permitem a entidades mais fracas ou debilitadas atingirem outros a grandes distâncias.

E chama sobretudo a atenção para que “várias ameaças estão interligadas e é a perspetiva da sua ação recíproca que multiplica os perigos”<sup>11</sup> e gera efeitos cumulativos. Por exemplo as mudanças ambientais podem levar a crises alimentares que desestabilizam as regiões mais frágeis, propagando a instabilidade e gerando os fluxos migratórios explosivos. Ou a influência perversa entre a pobreza, a instabilidade que gera violência agudizando a pobreza sem esperança. A que se junta a instabilidade decorrente de uma China em afirmação, duma Rússia mais assertiva e duma grande área de instabilidade e violência no Médio Oriente. Procuraremos, pois, identificar algumas das interligações entre os vários elementos do contexto de segurança atual.

As mudanças trazidas pela modernização têm desde sempre suscitado análise, regozijo ou consternação conforme se apresentam positivas ou negativas. A passagem das sociedades tradicionais para as industriais deu origem a tão profundas alterações que surgiu uma ciência nova para as explicar, a sociologia. Vivemos hoje nova evolução complexa que tal como as anteriores está a produzir alterações de profundo impacto. Já em 1939, George Wells<sup>12</sup> defendia a necessidade de identificar e estudar com mais atenção as “forças disruptivas” trazidas pela evolução que, num século, tinha ultrapassado em inovações os últimos 3 milénios. Desde Alvin Toffler, a Anthony Giddens ou Francis Fukuyama julgamos que nenhuma corrente de estudo científico está ausente deste debate sobre as mudanças que marcam a transição para a sociedade da informação, sociedade pós-industrial ou pós-moderna, em suma, sobre a modernidade, cuja destrição de abordagem não cabe neste artigo.

Mas vamos concentrarmo-nos sobre Ulrich Beck conhecido pelos seus estudos sobre a “sociedade de risco” que tem refletido longamente sobre as consequências da modernização, hoje quase ubíqua. E sobretudo sobre o paradoxo da modernização. Isto é para o facto do sucesso da sociedade em que vivemos não ter evitado os feitos (aquecimento global, crises financeiras, ou epidemias) que podem erodir os benefícios materiais alcançados e ainda porque tomamos decisões cujos impactos negativos nem sequer são previsíveis quando as adotamos (centrais nucleares, genética humana, intervenção pré-embriónica). Vivemos, pois, numa sociedade de risco, segundo Beck, em que “a controlabilidade dos efeitos secundários e dos perigos resultantes das decisões, se tornou questionável”<sup>13</sup>.

É o que chama de “modernização reflexiva” que indo além da abordagem de Anthony Giddens e Scott Lash<sup>14</sup> para quem o conceito de modernização reflexiva está “associada, antes de mais, ao conhecimento (reflexão) sobre os fundamentos, as consequências e os problemas da modernidade”<sup>15</sup>, para Beck, “a modernização reflexiva resulta de sobretudo dos efeitos secundários das modernizações”<sup>16</sup>.

“Este novo estádio em que o progresso se pode transformar em autodestruição em que um tipo de modernização erode e altera outro, é o que eu chamo o estádio de modernização reflexiva”<sup>17</sup>. Sem, todavia, representar a visão de Marx pois a transformação não resulta da crise mas do sucesso, não da luta de classes, mas da modernização normal que está a transformar os contornos da sociedade industrial<sup>18</sup>. O dinamismo acelerado do desenvolvimento está a gerar numa nova sociedade sem a “explosão primordial de uma revolução, mas ultrapassando debates políticos e as decisões em parlamentos e governos”<sup>19</sup>

O conceito de sociedade de risco, segundo Beck, equaciona a análise das transformações “sistemáticas” e de “época” em 3 áreas de referência:

- No profundo impacto da modernização das sociedades industriais sobre elementos centrais “natureza e cultura” sobre a qual foram construídas, como a família, o género, ou a forma do trabalho;
- Na relação com as ameaças e problemas produzidos que afetam e perturbam as fundações das ideias sociais de proteção e bem-estar e abalam os pressupostos fundamentais da ordem social;
- No efeito sobre as fontes de significado coletivo e de grupos (fé no progresso) da cultura da sociedade industrial que estão a sofrer de exaustão, rotura e desencantamento. Fontes que apoiaram o desenvolvimento das sociedades democráticas ocidentais, pelo que a sua perda leva à transferência de esforço de definição e reflexão para os indivíduos. E, segundo ele, ao “processo de individualização” em curso<sup>20</sup>.

Em síntese, os elementos que de forma aparentemente inconsequente, mas que com efeitos cumulativos de elevado impacto estão a provocar efeitos sistémicos, são a Globalização, o individualismo, a revolução de género, o desemprego e os riscos globais, como os ecológicos ou as crises financeiras<sup>21</sup>.

Não seguindo uma estrutura semelhante, mas procurando usar o modelo reflexivo e de efeitos secundários, iremos articular os efeitos de Beck nos três níveis de análise considerados básicos: O Homem em Sociedade; O Quadro das suas Relações Mútuas; e o Quadro das suas relações com o Ambiente

### 2.2 1 O Homem e a Sociedade Urbana

O cenário base para o crescimento populacional dá o ponto de partida. Segundo o último relatório das NU a população humana na Terra que tinha atingido os 6 biliões no ano 2000, aumentará para 9,7 Biliões em 2050<sup>22</sup>, um número ligeiramente superior ao da previsão anterior. Isto é, em meio século, iremos aumentar em mais de 50% à população da Terra. Ou seja, e em média, mais 83 milhões de bocas para alimentar por ano<sup>23</sup>. É, pois, inescapável o stress que o aumento de população, terá sobre os produtos alimentares, as áreas de exploração agrícola, sobre as necessidades de educação, alojamento, saúde, energia, sobre a necessidade de criação de empregos, ou simplesmente sobre o consumo de água. Tanto mais que todo o crescimento se dará nos países mais pobres, com limitações maiores e estruturas sociais mais débeis e recursos limitados, mas que geram um profundo impacto no ambiente (deflorestação, pesticidas, consumo de carvão etc)

De facto, nos países desenvolvidos a população manter-se-á estável à volta de 1 bilião de pessoas, porque embora no geral a taxa de natalidade esteja abaixo do nível necessário para a substituição plena, o aumento da esperança de vida e o recurso à emigração compensam a diminuição dos nascimentos. Mas é uma população mais envelhecida, com mais inativos e cuja manutenção da 1. mecanização.

As cidades povoaram-se de construções com as dimensões adequadas às famílias (agora) nucleares, de estabelecimentos de ensino necessários às novas profissões e novas normas sociais se estabeleceram.

Porém hoje o movimento para as cidades faz-se na expectativa de obter melhores condições de vida, mas sobretudo para escapar de condições humanas insuportáveis, como a guerra e à violência, o aumento de terra árida, a falta de água, de alimentação, de apoio social, que levam a que as áreas mais pobres se tornam cada vez mais pobres e inabitáveis. Este movimento em direção às cidades não tem limites. E, por isso, no fundo, todas as cidades hoje se assemelham. Ao núcleo central foram-se associando as periferias, cada vez mais improvisadas, mais etnicamente díspares, menos socialmente integradas e mais pobres. No limite, as zonas periféricas das grandes urbes, consubstanciam uma vivência autónoma no limite da exclusão. O estado coexiste, de facto, com bolsas de marginalidade em que a sua ação é limitada (desde as favelas brasileiras, aos guetos e bidonvilles, aos bairros marginais das cidades como, S. Paulo, Pequim, a Londres, Paris, ou Los Angeles onde ocorreram conflitos sociais violentos). Não há por isso sociólogo que, hoje, não trate a agitação e os conflitos urbanos, no fundo “expressões concentradas e ampliadas dos problemas que afligem a sociedade no seu todo.”<sup>26</sup>

Finalmente, e longe de esgotar esta análise, trataremos apenas de outro traço que julgamos fundamental. Com a alteração do sistema de transportes na década de 50 do século passado (comboios urbanos rápidos, metropolitanos e sobretudo com a produção em massa de automóveis) foi possível sair dos centros citadinos congestionados, mas onde em geral se trabalha e habitar em melhores condições nas áreas periféricas, estabelecendo os movimentos pendulares diários ou o pervasivo “commuting” colocando em marcha a despovoação dos centros das cidades durante a noite e das periferias, durante o dia. Cidades de bairros descaracterizados, numa sociedade de famílias em adaptação, com ambos os pais a trabalhar, em que o estado fica mais distante, e em que o individualismo exacerbado se tornou um traço relevante. Urbes onde se diminui o capital social, o raio de confiança social se reduz, a sociedade se atomiza e se estabelece o mecanismo de constituição dos gangues que enxameiam algumas das mais importantes cidades<sup>27</sup>.

Em conjunto estes diferentes elementos interagem, segundo o conceito de Ikenberry, podendo criar um mecanismo singular de influências mútuas, cuja leitura se que procurou exprimir na figura acima.

### **2.2.2. O Quadro das Relações Mútuas**

Vários traços caracterizam, hoje as relações humanas ao nível geral. Salientaremos dois. A globalização e o efeito do aumento dos atores coletivos não-estatais.

Sem dúvida que um dos essenciais das relações humanas é a globalização, entendida como o “crescimento das redes mundiais de interdependência”<sup>28</sup>. Não sendo um fenómeno novo, a globalização tem-se tornado mais complexa, e as redes de interdependência vindo a alcançar mais gente, mais regiões e mais sectores de atividade, criando uma dinâmica pró-

pria que impele o mundo para uma “interdependência generalizada que não compreendemos ainda na sua plenitude, mas cujos efeitos sentimos no dia a dia”.

Julgamos, todavia, possível identificar três traços paradigmáticos da globalização atual com incidências estratégicas na segurança: O Mundo tornou-se funcionalmente “único”; as interdependências estreitam-se progressivamente; e as assimetrias tornaram-se mais dolorosas, ou insuportáveis.

Vivemos hoje num mundo “único”. Em que tudo se vê e sabe, quase instantaneamente. Em que pela primeira vez tomamos consciência significativa sobre os outros. Um camponês nos confins de África ou da Ásia, cujos termos de comparação se restringiram durante milénios aos seus vizinhos, tem hoje acesso visual ao mundo dos ricos. E pode usar novos termos de comparação. Vivemos num mundo “único” porque ninguém está imune às ações dos outros (aquecimento global, terrorismo). Em que mesmo que os grandes possam “navegar com mais facilidade nas suas águas” não se podem eximir às forças globais, nem resolver por si só os complexos problemas mundiais.

Na verdade, o que se alterou dramaticamente não foi a rapidez de comunicação entre os poderosos que era já instantânea desde há décadas. A mudança estrutural decorre do custo de guardar e transmitir informação se ter tornado hoje negligenciável, sem limites e acessível a todos em qualquer, em qualquer lugar da terra. O que é historicamente novo e profundamente condicionador (Nye 2002).



Se consideramos que nos próximos anos cerca de 80% da população da Terra poderá estar dotada de um telemóvel com a capacidade de um supercomputador do início do século, temos a perceção da mudança em curso.

Vivemos num mundo de interdependências acrescidas. Os interesses dos países tornaram-se praticamente indissociáveis. Não é possível hoje dizer que o acesso às fontes de abastecimento só importa a alguns, que a livre circulação não interessa a todos, ou que os choques económicos não se repercutem de forma dramática nas economias, mesmo que periféricas. Daqui decorre a necessidade das unidades políticas prosseguirem em conjunto a defesa dos interesses próprios. Nas Organizações Internacionais não basta estar, é necessário efetivamente partilhar custos e responsabilidades. Não se aceita que sejam apenas uns a proteger os interesses de todos.

Vivemos num mundo em que as assimetrias se tornaram mais dolorosas. Não é infelizmente de agora o fosso entre “ricos” e “pobres”. Nas últimas décadas milhões de pessoas foram retiradas da pobreza absoluta. E houve um claro aumento das classes médias de todo o mundo, em particular na Ásia. Mas permanecem bolsas de pobreza abjeta. De países excluídos da globalização ou fechados em conflitos irredentistas que parecem atávicos. Sobretudo aumentaram as diferenças. “Em 1960, 20% da população mundial vivendo nos países mais ricos tinha um rendimento trinta vezes superior aos 20% mais pobres. Em 1995 o seu rendimento era oitenta vezes superior”. Só que no mundo globalizado da comunicação e da imagem, estas realidades vêm-se e sentem-se. O que põe em ação o chamado mecanismo da violência. Entre as expectativas crescentes, as frustrações perversas da não esperança e a reação sem peias.

A outra grande condicionante nas relações mútuas provém da dinâmica dos novos atores. A globalização não é um processo simples. É segundo Giddens<sup>29</sup>, uma “rede complexa de processos”, operando por vezes de “forma contraditória ou em oposição aberta”. Em que se por um lado se dá uma perda de poder das nações, ou das comunidades locais para o palco global, se gera também o efeito oposto, de autonomização de organizações locais, perante um estado doravante considerado pequeno para resolver as questões globais, mas demasiado grande e distante dos problemas locais. O que suscita o reaparecimento das identidades locais, das afirmações religiosas, ou culturais em várias partes do mundo, perante o desafio homogeneizador dum mundo global. Os contactos sociais transbordam fronteiras, as organizações não governamentais proliferam, novos e velhos atores ganham renovado vigor e capacidade de escrutínio e influência, alterando as condições em que a ordem mundial se exerce, criando um novo layer do poder a que Nye chama a “sociedade transnacional”.

O acesso direto ao palco ou mercado global permite que se autonomizem ou sobrevivam actores que controlem uma qualquer matéria prima negociável – seja madeira, diamantes, drogas ou petróleo. A sua associação ao crime organizado e recentemente às organizações terroristas tem permitido e sustentado crises prolongadas como na Serra Leoa, na Colômbia, no Afeganistão, na Somália ou atualmente na Síria, em que o petróleo explorado pelo Daesh, apesar de todo o esforço, continua a ser comercializado internacionalmente.

Os estados têm vindo, pois, a perder a exclusividade que já disfrutaram na cena internacional e o seu poder tem vindo a difundir-se para as organizações mundiais, para as grandes multinacionais ou para organizações privadas como a Oxfam ou o Green Peace. E internamente para a malha de estruturas e organizações presentes nos media, e muito ativas como

as ONG ou as organizações sem finalidades lucrativas. Segundo Naím, o poder está, pois, a sofrer uma “transformação histórica”. Os grandes atores estão não só a perder poder como estão a ser desafiados por esta multitude de entidades mais pequenos, mas mais ágeis, ativos eficazes que limitam as opções abertas aos detentores do poder.

“Insurgentes, piratas informáticos, novas empresas concorrentes, ativistas sociais, organizações não governamentais, terroristas, organizações do crime organizado, tendem a constituir “micropoderes” que tendo tido menos significado estratégico outrora, apresentam hoje capacidade de curto-circuitar, subverter, condicionar ou contrariar os chamados “megapoderes”. No campo militar, as guerras assimétricas têm vindo a demonstrar que, em mais de 50% dos casos, a vitória tende a pender para o lado mais fraco, contrariamente ao que se passava no século XIX. O que faz com que ganhar a guerra seja mais fácil do que ganhar a paz (NAIM 2013).

As grandes potências, empresas ou organizações continuam a existir e a deter um poder substantivo. O facto, porém, é que são hoje em dia confrontadas por adversários e desafios permanentes que vão desde a rede de ativismo social intenso, à dependência dos mercados ou ao escrutínio permanente dos média, que fazem com que o julgamento público seja mais célere e que os erros cometidos tenham consequências mais elevadas e mais imediatas. O que, segundo Naím, está a transformar o comportamento dos detentores do poder, desencadeando uma “reação em cadeia que afecta todos os aspectos da interacção humana”. E, em resultado, a reduzir a capacidade dos estados se articularem e negociarem acordos de nível global. Os acordos sobre a reestruturação da ONU, a OMC, as alterações climáticas, ou simplesmente a paz em regiões perturbadas é cada vez mais difícil. A exceção relativa ao clima negociado na Conferencia de Paris de Dez 2015, teve um envolvimento muito ativo da sociedade civil, tendo várias organizações não governamentais sido mesmo integradas nas delegações nacionais, o que denotando a aceitação da partilha da soberania do estado nesta questão, reflete a mudança em curso.

O poder não está pois apenas a passar do “músculo para cérebro, do Norte para o Sul e do Oeste para o Leste, dos velhos gigantes empresariais para as novas empresas pequenas e ágeis, dos ditadores entrincheirados para o povo nas praças urbanas e no ciberespaço”. Está a sofrer outras alterações importantes. O poder é atualmente mais fácil de obter, mas é mais difícil de usar e perde-se mais rapidamente, e isto é válido para todas as áreas, indo desde a política aos negócios ou mesmo às próprias empresas de carácter multinacional cuja flutuação nunca foi tão variada.” (NAIM 2013)

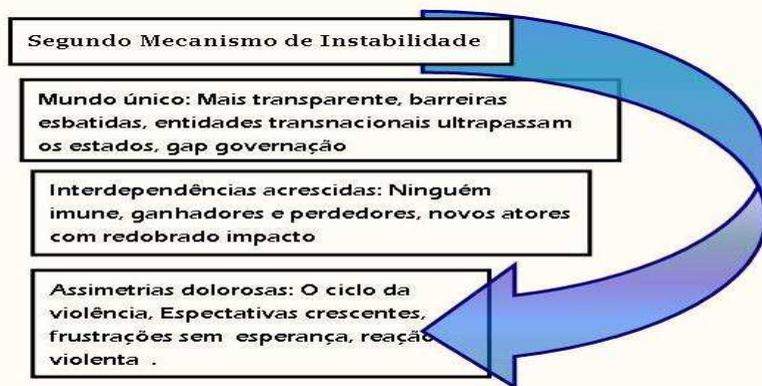
### **2.2.3 O Quadro das Relações com o Ambiente**

O último condicionante ao sistema internacional é o ambiente. E a questão é simples e decorre do facto da relação entre a humanidade e o sistema ecológico se ter alterado no último século de forma radical devido, segundo Al Gore, ao efeito conjugado de 3 fatores: a quadruplicação da população humana nesse período, a utilização de tecnologias e ferramentas cada vez mais poderosas na exploração e transformação do ambiente e de uma visão tendencialmente de curto prazo, moldada por hábitos ancestrais em que as alterações

provocadas não tinham o impacto de hoje<sup>30</sup>. As questões ambientais de hoje afetam o sistema ecológico de forma global, estratégica, e mesmo existencial<sup>31</sup>. O facto internacionalmente reconhecido é que pela nossa vivência coletiva, estamos a produzir fluxos de poluição que estão a “danificar seriamente a integridade do equilíbrio climático planetário que é essencial à sobrevivência da civilização.”<sup>32</sup>

A civilização humana está, pois, a “colidir” com o mundo natural e a causar grave dano a importantes sistemas naturais, dos quais a nossa existência enquanto espécie humana depende. Estamos assim a alterar profundamente o ciclo da água na terra, a destruir equilíbrios ecológicos cruciais, e em resultado a danificar a natureza e nomeadamente das plantas e dos animais dos quais dependemos.

É o caso da possível extinção de 20 a 50% das espécies vivas durante este século, da redução das maiores e mais significativas manchas florestais do mundo, da desertificação dos solos, da acidificação dos oceanos, do esgotamento de aquíferos, de importantes áreas de pesca, a produção contínua de resíduos tóxicos. Mas a mais importante e ameaçadora manifestação desta colisão é a alteração do sistema do clima com o aumento das temperaturas.



Muitos efeitos concorrem para esta alteração. Desde a desflorestação, ao uso de herbicidas, ao consumo de carvão na confeção de alimentos, aos gases decorrentes do gado. Mas no centro está o facto de 85% da energia necessária para promover o desenvolvimento, resultar uso continuado, e ainda crescente, de combustíveis fósseis, que em resultado libertam diariamente 90 milhões de ton. de gases com efeito de estufa<sup>33</sup>. A alteração da constituição da atmosfera por efeitos dos gases com efeito de estufa, leva a que se altere a sua capacidade para mediar o equilíbrio entre a terra e o sol, fazendo com que fiquem retidos na baixa atmosfera, cada dia em energia correspondente a 400.000 bombas atómicas de Hiroxima<sup>34</sup>.

Em síntese os glaciares e calotes de gelo estão a derreter, o nível do mar a subir e a água a ficar mais ácida, as cheias mais irregulares, o padrão das chuvas a alterar-se, e sobretudo a diminuir em áreas críticas como na África.

O aquecimento global tem consequências múltiplas e profundas cuja análise não cabe nesta reflexão. Julgamos, porém, de evidenciar um aspeto de profundo impacto na segurança e em que o mecanismo de instabilidade está presente, como o quadro anexo reflete. É que o aumento da aridez e consequente a diminuição da terra usável para a agricultura, está a ocorrer em países pobres e que simultaneamente apresentam um aumento demográfico elevado, como no Sahel, nos países do Golfo da Guiné e na África Meridional. Em que pela incapacidade de estruturas, mais difícil se torna reagir às alterações climáticas. É por isso que comumente se refere o caso do Darfur como a primeira guerra do clima.

Importa, todavia, referir o significado do acordo obtido na 21ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP 21) realizada em Dez 2015 em Paris, em que os países do mundo se comprometeram a tomar medidas para que o aumento de temperatura em relação á época pré-industrial seja inferior a 2 graus, número considerado como de possível não retorno em relação a alterações climáticas muito severas. E se as promessas ficaram ainda acima desse aumento, é de salientar que pela primeira vez na história há acordo geral de todos os países sobre esta matéria, mesmo dos grandes, e sobretudo que foi acordado o estabelecimento de um mecanismo de controlo, transparente, que possa ser indutor de maiores esforços.



### 3. Algumas Conclusões

Votemos ás preocupações de Sua Santidade o Papa. A pergunta que se deve colocar ao género humano é, o que fazer.

E para um analista, a resposta é teoricamente, simples: entender, para desejavelmente antecipar e prevenir. Ou permitir uma atuação ajustada.

Temos a noção de que esta abordagem integrada das questões primárias da segurança global é um esforço inicial de inter-relacionamento de factos. Queremos, todavia, que seja suficientemente preocupante para induzir outros esforços de análise. Que permitam “ver a floresta” como um todo, e trata-la com coerência. Esta reflexão simples é uma tentativa singela, nessa direção.

A segunda questão vem da imensidade dos problemas. Como garantir a segurança global num mundo em profunda transformação?

Sabemos que não há nenhum país, capaz, por si só, de resolver questões tão complexas como o aquecimento global, a pobreza, ou as doenças infecciosas. Mas sabemos também que estas afetam todos os países.

Assim julgamos necessária uma abordagem em vários níveis<sup>35</sup>, a requerer esforços que parecem, neste momento, inatingíveis. Vejamos apenas alguns:

O reforço das infraestruturas internacionais de segurança. Existem já múltiplas estruturas multilaterais, públicas ou privadas, dedicadas a uma grande diversidade de questões de segurança, desde as organizações ambientais, de apoio aos refugiados, à saúde pública, ao desenvolvimento ou ao apoio em situações de calamidade. Mas as questões são tão complexas e o apoio tão fracionado e tão descoordenado que Ikenberry apela ao “investimento em serviços sociais globais” à semelhança do que se faz, nos países, em escala nacional.

A segurança cooperativa. Num contexto de interdependência em questões de segurança, não é possível isolar, por país, a defesa ou a segurança de cada um. Mais, as ameaças entre estados poderiam vir a tornar explosivas certas tensões que ocorrem simplesmente das dinâmicas que acabamos de analisar. A que se junta o risco acrescido que representa o terrorismo transacional irredentista ou os perturbadores de ocasião. Tudo apelando ao reforço da estabilidade e da cooperação no estabelecimento dos sistemas de segurança e das forças militares. Que seja sustentado em acordos transparentes que garantam a estabilidade e o carácter defensivo. E sobretudo a um controlo de armamentos ativo, nomeadamente das armas de destruição maciça. A multilateralização da segurança deve, pois, ser um esteio das Organizações Mundiais como a ONU.

A reforma das instituições de governação global. Há muito que se sente a necessidade de que a governação mundial seja atualizada. As Nações Unidas refletem a realidade do pós-segunda guerra mundial. Outras instituições chave na aérea económica e financeira como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou mais informais como o G8 ou o G20 são motivo de crítica ou de insatisfação pela sub representatividade dos países em ascensão. Importa trazer para uma estrutura adaptada e com uma representação adequada, os países que cada vez mais contam para a resolução ou a criação dos problemas mundiais. Sob o risco de estes trabalharem fora das instituições liberais e criar outras, como se tem visto. No fundo é necessário promover uma “arquitetura política de um mundo único”<sup>36</sup>.

Não é coisa pouca.

## REFERÊNCIAS

1. BBC, News, 13 Set 2014, em <http://www.bbc.com/news/world-europe-29190890>, 13 Mai 2016
2. STIGLITZ, Joseph, et Mary Kaldor, *Em busca de Segurança*, Bertrand Editora, 2015, p.15
3. *Ibidem.*, p. 181
4. GIDDENS, 2013, p. 207
5. MAIM, 2011, p. xvi
6. Conceito Estratégico de 1991, em [http://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_23847.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23847.htm), consultado em 18 Maio de 2016
7. Conceito Estratégico de 1999, em [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_27433.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_27433.htm), consultado em 18 Maio 2016.
8. Conceito Estratégico de 2010, disponível em <http://www.nato.int/lisbon2010/strategic-concept-2010-eng.pdf> consultado em 18 Maio 2016
9. IKENBERRY, John, “Cooperação para a segurança global no século XXI”, *Em busca de Segurança*, Bertrand Editora, 2015, pp. 150 e 151
10. Ikenberry inclui a proliferação nuclear, as armas de destruição maciça, o terrorismo, o aquecimento global, as pandemias, a crise energética, a escassez de alimentos e ainda o enfraquecimento e colapso em Estados e regiões em todo o mundo
11. IKENBERRY, op cit., p. 155. ~
12. WELLS, George, H, *The New World Order*,
13. BECK, Ulrich, *Sociedade de risco mundial*, em busca da segurança perdida, Edições 70, 1ª Ed, 2015, p. 42 Op cit., p. 225
14. BECK, Ulrich, Anthony Giddens and Scott Lash, *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Cambridge: Polity Press, 1994, p. 2
15. BECK, 2015, p. 225
16. *Ibidem.*, p. 225
17. BECK, 1994, p. 2
18. *Idem.*, p. 2
19. *Idem.*, p. 2
20. *Idem.*, p. 7
21. JARVIS, Darryl S.L., *Theorizing Risk: Ulrich Beck, Globalization and the Rise of the Risk Society*, em <http://arsiv.setav.org/ups/dosya/17647.pdf>, pp. 4-5
22. UN Department of Economic and Social Affairs, Population Division, “World Population Prospects - The 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables”, United Nations, New York, 2015, p. 1
23. *Ibidem.*, p. 2
24. Fertility in all European countries is now below the level required for full replacement of the population in the long run (around 2.1 children per woman, on average), and in the majority of cases, fertility has been below the

- replacement level for several decades, op cit., p. 4.
25. FUKUYAMA, Francis, *The Great Disruption, Human Nature and the Reconstruction of Social Order*, A Touchstone Book, Simon & Schuster, 2000, p. 8
  26. Giddens refere que numa “era global, de movimento da população e de mudança rápida, as grandes cidades tornam-se expressões concentradas e intensificadas dos problemas que afligem a sociedade, em GUIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, 9ª Ed, 2013, p. 242
  27. FUKUYAMA, op cit., pp. 14 a 19; GLASSER, Edward; *Des Villes e des Hommes*, Flammarion, 2001; MOHAMMED, Marwan, *La formation des bandes – entre famille, l'école et la rue*, Presses Universitaire de France, 2011
  28. NYE, Joseph, *The Paradox of American Power*, Oxford, 2002, p. 78
  29. GIDDENS, op cit., p. 24
  30. GORE, 2013, p. 280
  31. Dois casos ilustram este ponto. Segundo Al Gore (2006), pp.45 e 46, o aumento de cloro na atmosfera que foi de 400% nos últimos 40 anos, não aconteceu apenas sobre os países que o produziram, mas cobriu toda o globo. E se o aumento dos clorofluorcarbonetos (que regula a quantidade de radiação ultravioleta que atinge a Terra) continuar, pode pôr em causa a sobrevivência da vida animal e vegetal. O aquecimento global se não reduzido pode alcançar 4 ou 5 graus neste século, o que poderia pôr igualmente em causa o equilíbrio climático geral e, portanto, o padrão de ventos, correntes, etc
  32. GORE 2013, p.280
  33. GORE 2013, p. 281
  34. GORE 2013, p. 281
  35. IKENBERRY, op cit., p. 166
  36. IKENBERRY, Idem., p. 172

## **BIBLIOGRAFIA**

- BECK, Ulrich, *Sociedade de risco mundial, em busca da segurança perdida*, Edições 70, 1ª Ed, 2015
- BECK, Ulrich, Anthony Giddens and Scott Lash, *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Cambridge: Polity Press, 1994
- COOPER, Robert, *The Breaking of Nations, Order and Chaos in Twenty First Century*, Atlantic Books, 2004
- FRIEDMAN, Thomas, *Hot, Flat and Crowded, Why we need a green revolution – and how it could renew America*, Farrar, Straus and Giroux, New York, 2008
- FUKUYAMA, Francis, *The Great Disruption* (New York, Simon and Schuster, 2000)
- GIDDENS, Anthony, *O Mundo na Era da Globalização* (Editorial Presença 2000)
- GIDDENS, *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, 9ª Ed, 2013

- GORE, Albert, *The Future – Six Drivers of Global Change*, Random House, New York, 2013
- GORE, Albert, *A Terra em Equilíbrio*, Estrela Polar, Lisboa, 2006
- IKENBERRY, John, “Cooperação para a Segurança Global”, *Em busca de Segurança*, Bertrand Editora, 2015
- KISSINGER, Henry, *World Order*, Allen Lane, London, 2014
- NAÍM, Moisés, *The End of Power* (Basic Books, 2013)
- NYE, Joseph, *The Future of Power*, Public Affairs, USA, 2011
- NYE, Joseph, *The Paradox of American Power* (Oxford University Press, 2002)
- RAMOS, António, “Questões de Segurança na Europa”, *Liberdade*, Anais Científicos da Universidade Independente, Vol. 3, Inverno 2002
- SMITH, Rupert, *The Utility of Force, The Art of War in the Modern War*, Allen Lane, England, 2005
- STIGLITZ, Joseph, et Mary Kaldor, *Em busca de Segurança*, Bertrand Editora, 2015
- WATERS, Malcolm, *Globalização*, (Celta, 2002)

# **A Evolução do Ambiente Estratégico Internacional**

Fontes Ramos

## **Evolução do Ambiente Estratégico Internacional**

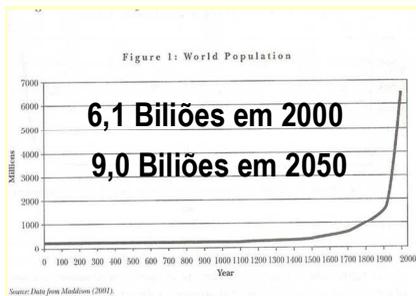
- **O Contexto de Segurança**
- **O Quadro Geoestratégico**
- **A Europa e o Arco de Crises**

# I. O Contexto de Segurança

O Homem e a  
Sociedade Urbana

O Quadro das  
Relações Mútuas

O Quadro das Relações  
com o Ambiente



## Primeiro Mecanismo

**Stress: Terra Arável, Alimentação, Energia, Recursos Naturais, Água, Trabalho**

**Contexto mais Instável: Áreas de demografia insustentável, mundo mais diverso, mais conflituoso, em movimento**

**Estruturas sociais débeis: Urbanização imparável, de periferias pobres, pendular, menos capital social**

**Num Mundo mais Globalizado**

- **A Contração do Mundo**
- **As Interdependências Acrescidas**
- **As Assimetrias Insuportáveis**

**O Quadro das Relações Mútuas**

**Com Novos Atores**

## Segundo Mecanismo

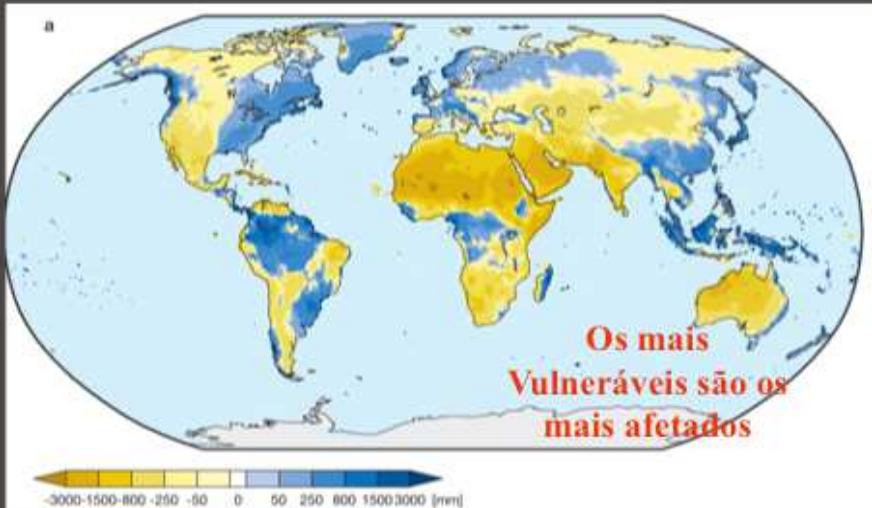
**Mundo Único:** Mais transparente, barreiras esbatidas, entidades transnacionais ultrapassam estados, gap governação

**Interdependências Acrecidas:** Ninguém Imune, Ganhadores e perdedores

**Assimetrias Insuportáveis:** O ciclo da violência, Expectativas, Frustrações sem esperança, Reação

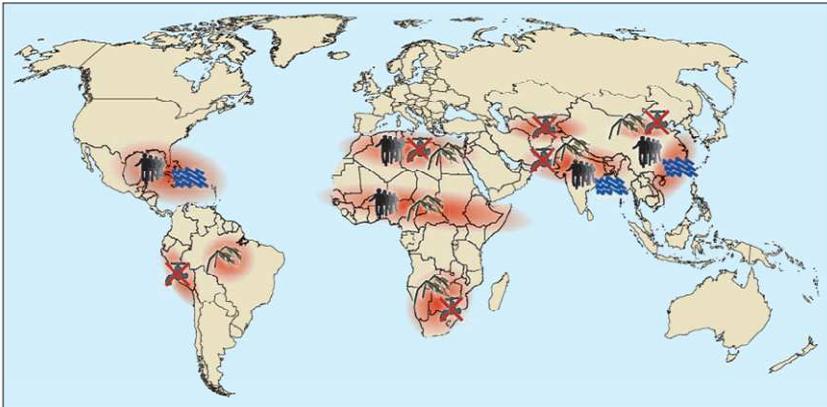
## Aquecimento Global - Aridez

Média de 1975-1990



Source: WBGU; data: Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK) climate database

## Pontos Críticos



Conflict constellations in selected hotspots



Climate-induced degradation of freshwater resources



Climate-induced decline in food production



Hotspot



Climate-induced increase in storm and flood disasters



Environmentally-induced migration

Source: WBGU

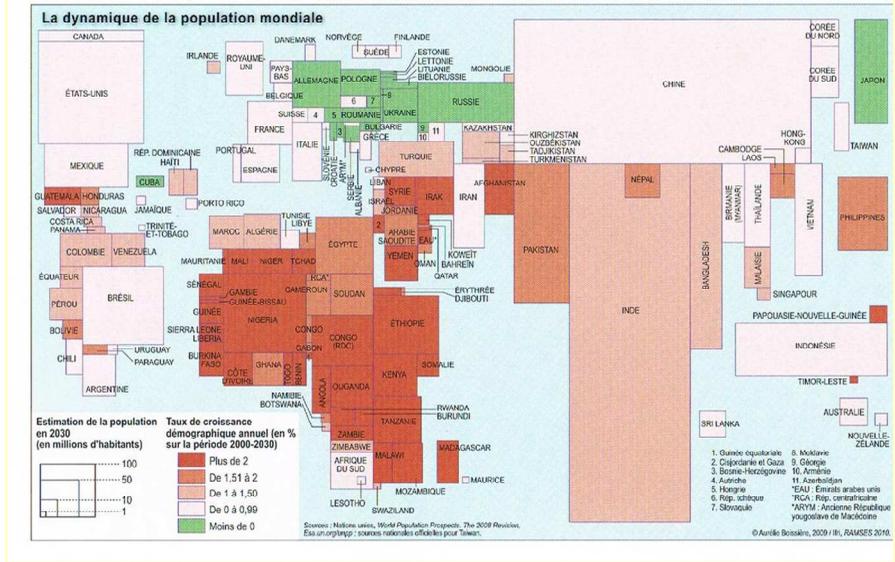
## Terceiro Mecanismo

**Alteração profunda** das condições de vida, desertificação, redução terra arável, aquíferos, disponibilidade de recursos

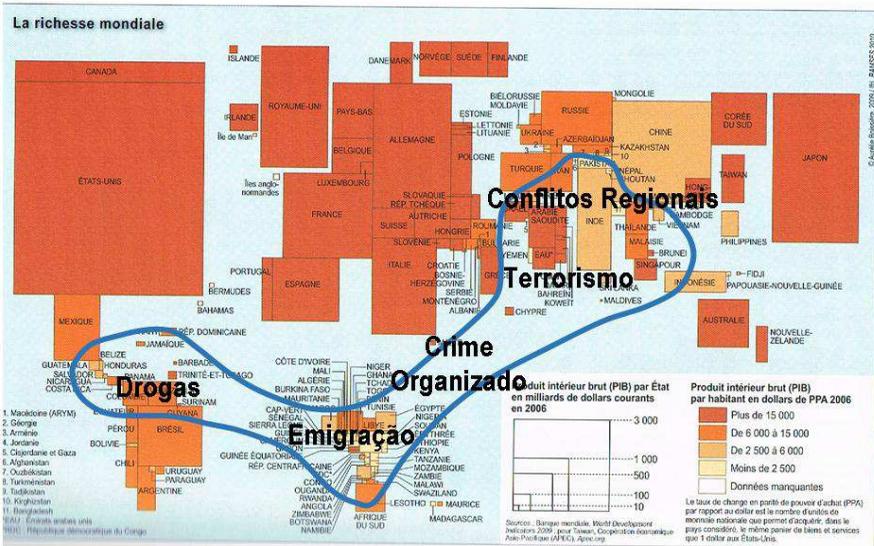
**Em que os mais Vulneráveis** sofrem os impactos mais fortes, com menor capacidade adaptação, menos recursos, mais população

**Num Contexto Estratégico Complexo:** Governação deficiente, em mudança entre os Principais Atores

# População



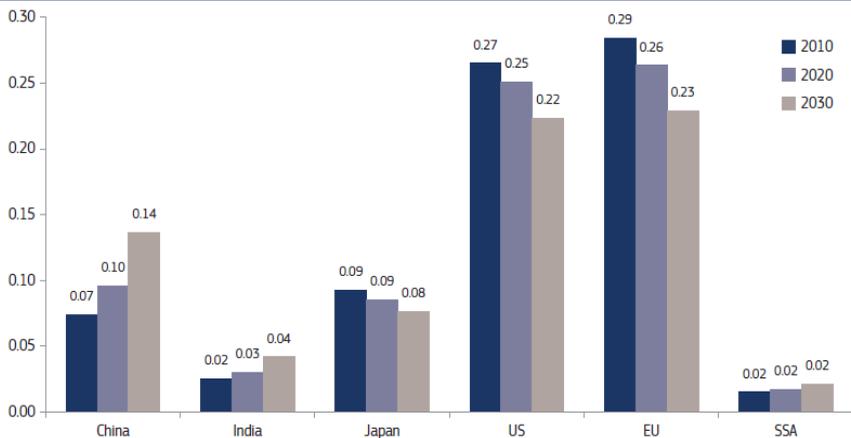
# Riqueza



## II. Quadro Geoestratégico Atual

### Um Quadro de Transição “The rise of the Rest”

Figure 5. Contribution to cumulate World GDP, by regions (over decades, at constant prices)



Source: CEPS report for ESPAS, 2013.

## **Ambiente Incerto, Complexo, Perigoso**

**Rússia:** A Postura Euroasiática - 1 polo num mundo multipolar)

A Contrabalança de Primakov - Org Coop Shangai

Em Ascendência sobre a periferia – Geórgia, Ucrânia

**China:** A Projeção estratégica do Poder Econ – Pacífico; índice

A Rota da Seda Continental e marítima

A Postura de Potência Alternativa

**EUA:** A Autossuficiência Energética - O Médio Oriente

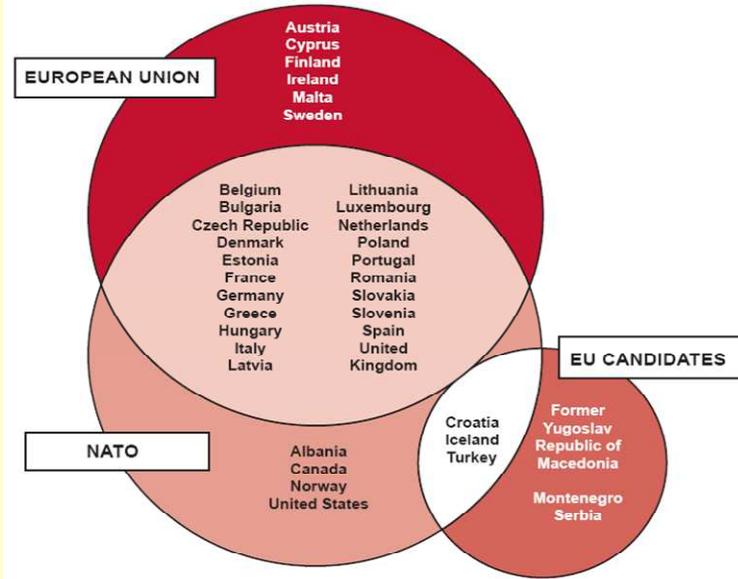
O Rebalanceamento para o Pacífico - A Europa

“Leading From Behind”?

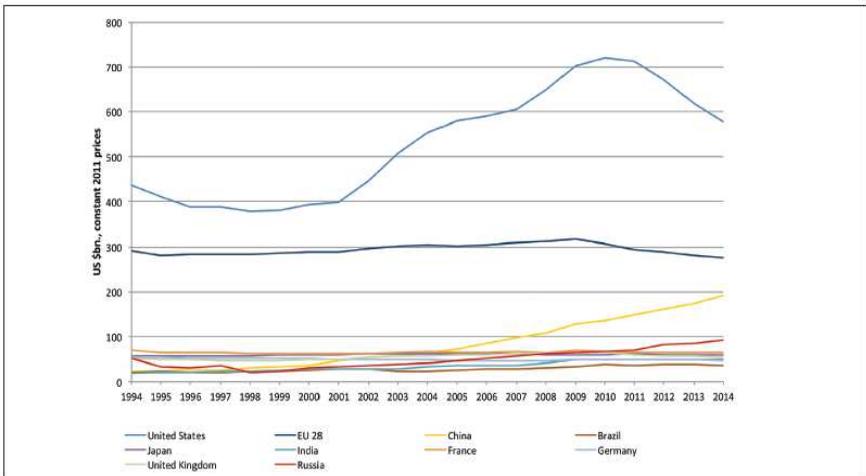
## **III. A Europa e o Arco de Crises**



The EU and NATO Membership

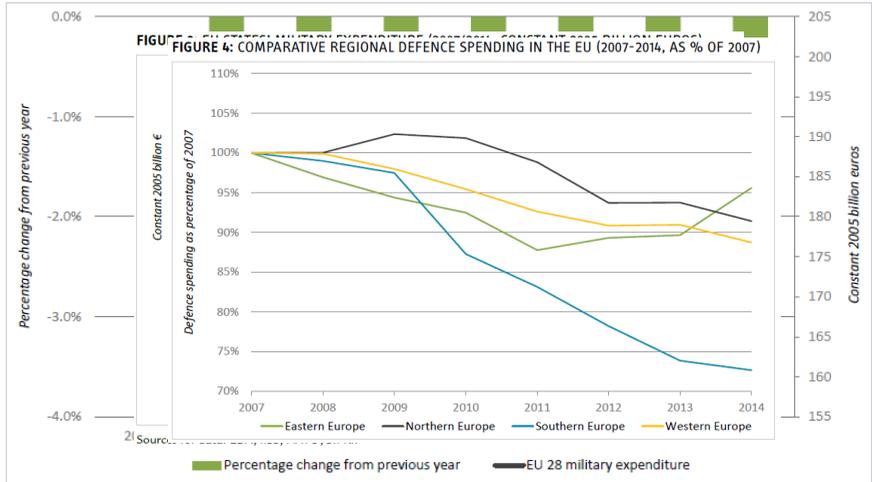


## As Despesas de Defesa



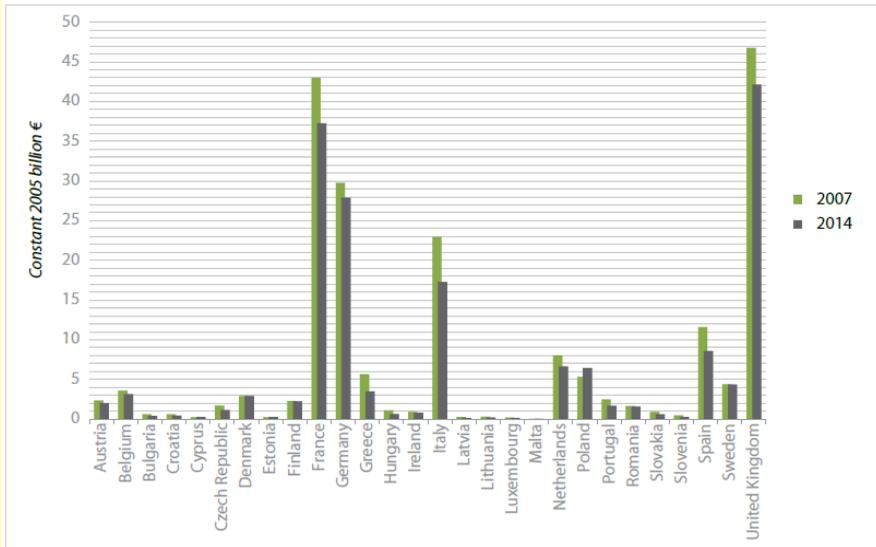
Source for data: SIPRI

**FIGURE 1: EVOLUTION OF EU MILITARY EXPENDITURE (2007-2014, CONSTANT 2005 BILLION EUROS)**



Sources for data: EDA, IISS, NATO, SIPRI.

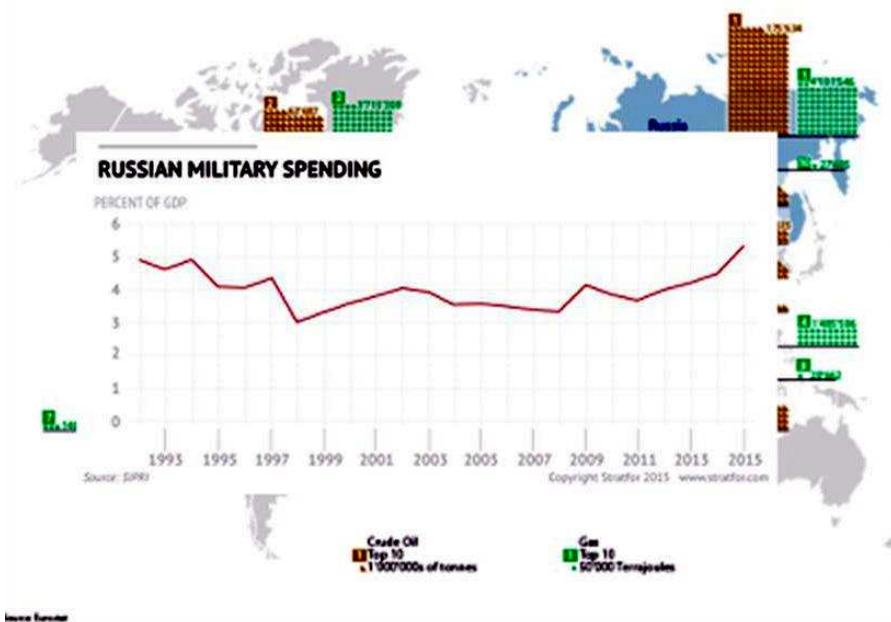
**FIGURE 3: EU STATES' MILITARY EXPENDITURE (2007/2014, CONSTANT 2005 BILLION EUROS)**



Sources for data: EDA, IISS, NATO, SIPRI.

# A Evolução do Ambiente Estratégico Internacional

Top 10 External suppliers to the EU, 2011.



## A OSCE NA ARQUITETURA DE SEGURANÇA DA EUROPA

Professora Doutora Teresa Cierco,  
*Departamento de História e Estudos Políticos Internacionais,*  
*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

### Resumo

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), tem origem na Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE), criada pela Acta de Helsínquia de 1975, que lançou as bases da arquitectura de segurança europeia. É formada por 57 países da Europa, da Ásia Central e da América do Norte. Com esta composição, trata-se da maior organização regional em termos globais, assumindo um papel significativo ao nível da prevenção de conflitos, gestão de crises e construção da paz. Todos os Estados participantes gozam de um estatuto igual, e as decisões são tomadas por consenso numa base política, mas não juridicamente vinculativa.

Tendo em conta que a arquitectura de segurança europeia engloba a ONU, a NATO e a própria União Europeia com as suas missões civis e militares, esta comunicação visa contribuir para um melhor conhecimento do papel da OSCE ao nível da segurança na Europa, identificando as suas áreas prioritárias de ação e analisando de que forma esta tem ajudado a manter a paz e a segurança e encorajado a cooperação na Europa.

### OSCE: Breve apresentação

A OSCE é reconhecida como um organismo regional, conforme o capítulo VIII da Carta das Nações Unidas. Criada em 1994 (em vigor desde 1995), a OSCE é considerada um fórum de promoção do diálogo político sobre uma grande variedade de assuntos de segurança e uma plataforma para a ação conjunta no sentido de preservar a paz na Europa<sup>1</sup>. É a maior organização regional de segurança, abarcando 57 Estados participantes e 11 parceiros para a Cooperação.

Tem a sua origem na Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) (1975) que constitui um fórum para o diálogo Leste/Oeste durante o período da guerra fria. Em 1990, com a Carta de Paris para uma Nova Europa, a CSCE adquire um novo papel no apoio aos processos de democratização que começam na Europa Central e de Leste e na Cimeira de Budapeste (1994) dá-se a sua institucionalização, adquirindo estruturas permanentes, desenvolvendo-se as primeiras missões no terreno.

O objectivo da OSCE consiste no estabelecimento de um “código de conduta” aceite pelos Estados participantes, com vista a promover a paz, a segurança, a justiça e a desenvolver

relações de amizade e de cooperação nos domínios económico, científico, tecnológico, ambiental e humanitário.

Todos os Estados participantes da OSCE possuem um estatuto idêntico e as decisões têm que ser tomadas por consenso. Logo, numa quadro completamente multilateral, os contactos periódicos e a auscultação de todos os Estados são algumas das condições decisivas para o seu funcionamento.

No seio da OSCE, os Estados participantes assumiram um compromisso assente na democracia baseada nos direitos do homem e nas suas liberdades fundamentais, tendo por base o respeito por 10 princípios que orientam a actuação desta organização, a saber:

- ***Igualdade soberana, respeito pelos direitos inerentes à soberania;***
- ***Abstenção de recorrer à ameaça ou ao uso da força;***
- ***Inviolabilidade das fronteiras;***
- ***Integridade territorial dos Estados;***
- ***Solução pacífica dos litígios;***
- ***Não intervenção nos assuntos internos***
- ***Respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, incluída a liberdade de pensamento, consciência, religião ou crença;***
- ***Igualdade de direitos e autodeterminação dos povos;***
- ***Cooperação entre os Estados;***
- ***Cumprimento de boa-fé das obrigações contraídas de acordo com o Direito Internacional.***

Estes dez princípios, que constam da Ata Final de Helsínquia de 1975, permanecem inalterados até os dias de hoje e, conforme verifica-se na própria declaração, deverão ser aplicados de forma igualitária e independente de qualquer reserva em qualquer uma das áreas de actuação da Organização. Ou seja, terão aplicação obrigatória em todos os aspectos de ‘segurança’, lembrando que a segurança observada no documento abarca medidas de cooperação nos campos de economia, tecnologia e do meio ambiente, assim como, o fortalecimento da confiança em aspectos de segurança, a promoção do desarmamento, com uma atenção especial conferida aos direitos humanos.

A OSCE é hoje um importante fórum para a resolução de conflitos e construção da confiança entre os Estados, desempenhando um papel fundamental na resolução de crises que afectam a segurança na Europa.

### Segurança Compreensiva

A conceção de segurança da OSCE não se restringe ao campo militar (característico do período da guerra fria), sendo entendida numa abordagem multidimensional, designada por 'segurança compreensiva'. A OSCE abarca desta forma as dimensões político-militar, económico-ambiental e humana, procurando diminuir as diferenças e gerar confiança entre os Estados através da cooperação na prevenção de conflitos, gestão de crises e na reabilitação pós-conflito. A OSCE pode ser descrita como uma organização de "soft security", uma vez que não é uma aliança de defesa nem tem recursos militares como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). As suas missões (17 atualmente) visam ajudar a resolver situações que podem ter impacto ao nível da segurança, como por exemplo, controlo de armamento, terrorismo, *good governance*, segurança energética, tráfico humano, democratização, liberdade dos media e proteção das minorias (Mason 2008; Lenz 2003: 10).

Na dimensão político-militar, considerada a atribuição tradicional de segurança, pode-se destacar a adoção de instrumentos como o alerta rápido, a prevenção de conflitos, a gestão de crises, e a possibilidade de desenvolvimento de operações de paz. Nesta dimensão da segurança, destaca-se a criação institucional de um instrumento próprio: o Fórum para a Segurança e Cooperação, órgão de diálogo, consulta e cooperação que trata do controlo de armamento e das Medidas de Segurança e Cooperação. É neste âmbito que a OSCE se ocupa do combate ao terrorismo, controlo da proliferação de armas de destruição massiva, luta contra o tráfico de drogas e crime organizado, treino e formação de forças policiais, controlo e gestão de fronteiras, combate à exploração sexual de crianças e reformas do sector militar pós conflito. A Organização recorre ainda à celebração de tratados e códigos de conduta, onde os Estados se comprometem a trocar informações de carácter militar, bem como, a cooperar entre si, na notificação das suas atividades e calendários militares e na determinação de princípios responsáveis por controlar a transferência de armamento.

A dimensão económico-ambiental, cuja atuação é da responsabilidade do Fórum Económico, proporciona o desenvolvimento de políticas económicas e ambientais de acordo com a regulamentação internacional nesta matéria, com especial atenção para os Estados que se encontram em processo de transição política e económica. Por fim, a dimensão humana tem como elemento fulcral a preservação dos direitos humanos com uma atenção especial para a proteção dos direitos das minorias, destacando-se nesta matéria, o Alto Comissário para as Minorias. Este trabalho tem sido desenvolvido no âmbito do Gabinete para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos (ODIHR) da OSCE, que aborda, entre outros assuntos, a gestão de fronteiras, o tráfico de seres humanos, a intolerância e a discriminação de minorias e a prevenção e o combate de práticas de tortura.

No âmbito da 'segurança compreensiva', a OSCE passou a afirmar-se como uma Organização Regional da Europa, empreendendo um conjunto de ações que visam preservar a segurança europeia e a segurança global. Enumerando apenas algumas, podemos referir as ações de diplomacia preventiva; o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos que visam a prevenção de conflitos; a gestão de crises e manutenção da paz (ex. missões

de observação e monitorização); o desenvolvimento de bons ofícios, as ações de consultoria, conciliação e resolução pacífica de crises.

## **Áreas de ação da OSCE**

A OSCE tem vindo a criar vários órgãos e instituições que visam ajudar à implementação de decisões políticas negociadas e definidas pelos Estados participantes. Estas instituições desempenham um papel de relevo ao nível da promoção e protecção dos direitos humanos e liberdades fundamentais como é o caso do já mencionado Gabinete para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos.

Muitas das actividades desta organização passam pela realização de seminários, cursos e conferências, ou reuniões anuais, constituindo estas um fórum privilegiado de diálogo entre vários atores estatais e não estatais, tais como, representantes da sociedade civil e de organizações não-governamentais (Galbreath 2007).

A sua abordagem às questões de segurança, a diplomacia preventiva e a sua vocação para a prevenção de conflitos abrange um vasto campo de áreas que cobrem todas as 3 dimensões do seu conceito de 'segurança compreensiva', onde se destaca, o controlo de armamento, o combate ao tráfico humano e ao terrorismo, o apoio à prevenção e resolução de conflitos, a promoção da democratização das instituições, actividades económicas e de carácter ambiental.<sup>2</sup>

- ***Controlo de armamento***

O fim da Guerra fria resultou num enorme número de armas ilegais em circulação. A OSCE através das suas missões tem ajudado a travar e a diminuir o fluxo destas armas e a ajudar à sua destruição. O Fórum para a Segurança e Cooperação tem contribuído para este esforço elaborando documentos que regulam a transferência de armas convencionais e o estabelecimento de princípios de não-proliferação entre os Estados participantes.

A este nível, a OSCE tem ainda apoiado a implementação de projetos no âmbito do controlo de armamento e da construção da segurança, como nenhuma outra organização do continente europeu.

- ***Combate ao Terrorismo***

Através da prevenção de conflitos e gestão de crises, a OSCE contribui para os esforços internacionais de combate ao terrorismo. Muitas das medidas anti-terrorismo estão dentro das áreas a que a OSCE se dedica, tais como o treino de forças de segurança interna e a monitorização de fronteiras. Este é um assunto de grande importância para os Estados participantes, que se preocupam em reforçar o enquadramento legal, promover uma maior coordenação entre todos e reforçar o conhecimento e capacidade técnica.

- ***Prevenção e Resolução de Conflitos***

A OSCE apoia a elaboração de acordos de paz, ajuda na implementação de projetos de reabilitação em zonas pós conflito e presta aconselhamento em esforços de mediação em conflitos como Nagorno-Karabakh, Transdniestria, Geórgia. Muitas destas ações são empreendidas com base na cooperação com organizações internacionais, como as Nações Unidas.

- ***Actividades Económicas***

A OSCE lidera um grande conjunto de projetos de apoio ao desenvolvimento económico, tais como: o reforço de pequenas e médias empresas, a monitorização do impacto económico do tráfico ilegal, da corrupção e da lavagem de dinheiro.

No apoio que tem dado à implementação de políticas anti-corrupção, destaca-se o trabalho que tem vindo a desenvolver na região da Ásia Central, promovendo workshops, monitorizando a aplicação de políticas preventivas anti-corrupção e incentivando a integridade e a *good governance* do sector comercial.

- ***Atividades Ambientais***

Assumindo uma ligação cada vez mais estreita entre os assuntos ambientais e a segurança, a OSCE tem apoiado os Estados participantes em questões como o uso sustentável e a boa gestão de recursos naturais. Os projetos desenvolvidos neste âmbito visam melhorar a gestão de água, resolver problemas gerados pela degradação do solo e contribuir para o armazenamento em segurança de produtos tóxicos e radioativos. A este nível é ainda de destacar o desenvolvimento de projetos que visam uma maior consciencialização das questões ambientais, promovendo a participação pública na tomada de decisão em matéria ambiental.

- ***Combate ao Tráfico Humano***

Este é um problema que afecta todos os Estados, quer de origem, quer de destino. O tráfico humano engloba assuntos de direitos humanos, estado de direito, controlo do crime organizado, discriminação, corrupção, privação económica e migração. Esta é uma ação central no papel da OSCE que visa construir uma comunidade de segurança baseada na confiança, dialogo e parceria entre os Estados e a sociedade civil. A OSCE coopera com os Estados no apoio ao desenvolvimento de estruturas nacionais mais eficientes no combate ao problema e promovendo uma maior consciencialização junto dos cidadãos. De acordo com um estudo elaborado pela Global Health Minders, cerca de 2.4. milhões de pessoas são vítimas de tráfico humano, sentido-se este particularmente no continente asiático e na região da Europa de Leste (GHM 2014).

- ***Democratização***

É nesta área que a OSCE tem tido um papel de maior relevo, sobretudo junto dos Estados comprometidos com processos de transição política e económica. A ação da OSCE centra-se no apoio à construção de instituições democráticas, na realização dos processos eleitorais de acordo com os princípios ocidentais, promovendo eleições livres, justas e transparentes, e na promoção e defesa dos direitos humanos, o que engloba a igualdade de género, a liberdade dos media e a salvaguarda dos direitos das minorias. É neste contexto de democratização que assume importância o funcionamento do estado de direito. Algumas das missões incluem a observação dos processos eleitorais, a assistência técnica com vista a melhorar o enquadramento legal e administrativo de todo o processo eleitoral, treino e formação dos membros de comissões eleitorais, dos media e das forças de polícia que cobrem estes processos.

- ***Cooperação multilateral***

Para além da OSCE, outras organizações internacionais, como a ONU, com as suas missões de “peacekeeping”, a NATO, com as suas missões de prevenção da segurança e a União Europeia, através das suas missões civis e militares, têm contribuído para a disseminação de valores e princípios democráticos e, conseqüentemente, para a preservação da paz e segurança na Europa. Todas estas organizações fazem parte da designada ‘arquitetura europeia de segurança’.

Desde o seu início, a OSCE tem vindo a promover a cooperação com estas organizações, realizando ações conjuntas (sobretudo em missões de manutenção de paz e de caráter humanitário) e convidando representantes destas organizações a participar nas suas reuniões mais importantes.

- ***Organização das Nações Unidas***

A OSCE desenvolveu um significativo contato com as Nações Unidas e as suas instituições especializadas. Atuando lado a lado, a cooperação entre a OSCE e a ONU teve início em 1992, quando a ONU declarou que a OSCE (CSCE naquela época) já se configurava como uma Organização Regional, nos termos do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas.

A cooperação entre ambas as Organizações foi acordada em 1993, quando a CSCE ganhou o estatuto de observador na ONU. Desde então, os encontros e acordos entre representantes da ONU e da OSCE tornaram-se regulares, estando esta presente na elaboração do relatório anual da Assembleia Geral das Nações Unidas. Na crise dos Balcãs, a OSCE desenvolveu um importante trabalho de cooperação com o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), complementando as ações de terreno.

A OSCE tem estabelecido acordos e parcerias de cooperação com várias instituições das Nações Unidas para atuar em regiões como o Leste Europeu (Bósnia e Herzegovina) e a Ásia Central, ao nível da promoção de direitos humanos e apoiando a organização das primeiras eleições democráticas na região. Também no Kosovo, tendo por base a Resolução

1244 das Nações Unidas, a função da OSCE assentou no apoio à construção da democracia e defesa dos direitos humanos.

- ***Organização do Tratado do Atlântico Norte***

A OSCE desenvolveu mecanismos que promovem a cooperação político-militar com a NATO, e que visam salvaguardar a segurança e gerar estabilidade em áreas de atuação de ambas as organizações, sobretudo ao nível da prevenção de conflitos, gestão de crises e na resposta às novas ameaças à segurança.

Esta cooperação está institucionalizada na Carta de Istambul, através da Plataforma para Segurança Cooperativa, onde se estabelece uma espécie de “contrato de parceria” entre as instituições relacionadas com a segurança. Exemplos desta cooperação podem ser analisados no âmbito da missão da OSCE no Kosovo entre 1998 e 1999, permitindo que funcionários da OSCE pudessem trabalhar em parceria com as forças aéreas da NATO, na aplicação de sanções e no controlo de armas na Bósnia-Herzegovina, para além do combate ao tráfico de drogas no Afeganistão.

- ***União Europeia***

Apesar de diferentes, quer em estrutura, quer em objetivos, a União Europeia e a OSCE desenvolveram uma atividade significativa de cooperação. A partilha de princípios e valores e o compromisso da promoção da democracia, dos direitos humanos e desenvolvimento institucional proporcionaram esta estreita relação entre as duas organizações. Isto para além do facto de que todos os Estados-Membros da UE são também Estados participantes na OSCE, e de nas reuniões desta organização, a delegação de representantes da UE integrar comissários das áreas mais diretamente envolvidas em determinados assuntos.

A cooperação entre a OSCE e UE é visível em todas as dimensões da conceção de segurança: a político-militar, a económico-ambiental e a humana, da mesma forma que, ambas as organizações disponibilizam missões específicas no que se refere à prevenção de conflitos e gestão de crises. Esta atuação conjunta permite a troca de informação, iniciativas de benefício mútuo, e ações coordenadas no campo da recuperação pós-conflito.

Em Abril de 2015, na nova Agenda Europeia para a Segurança, a Comissão Europeia identificou 3 áreas de acção prioritárias: combate ao terrorismo e ao fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros; combate à criminalidade transnacional grave e organizada; e, luta contra a cibercriminalidade. Estes três domínios encontram-se intrinsecamente interligados e detêm uma forte dimensão transnacional, onde o impacto da UE poderá ser decisivo e onde a colaboração com a OSCE pode ser fulcral.

## **Conclusão**

A OSCE, sendo a maior organização de segurança do planeta, possui importância ímpar em caráter regional e internacional, principalmente graças à sua vasta competência e atuação territorial – abrange 57 países de três diferentes continentes (Europa, Ásia e América).

Participa em várias missões e actividades localizadas no Sudeste da Europa (região dos Balcãs), Cáucaso, Europa do Leste e Ásia Central, todas dirigidas pela presidência em exercício e controladas por uma estrutura central. O objectivo destas missões consiste em simplificar o processo político, prevenir ou resolver conflitos, promover o reforço da sociedade civil e o respeito pela lei e instituições.

É neste contexto que assume particular relevância a cooperação multilateral entre a OSCE e outras organizações internacionais que têm também como objectivo a preservação da paz e da segurança na Europa. Enquanto fórum de diálogo político sobre assuntos de segurança, a OSCE é única no que respeita à sua composição. Nas suas reuniões estão presentes, entre outros, os Estados Unidos e a Rússia, proporcionando um espaço de debate e de negociação de uma forma mais flexível do que aquela que existe no Conselho de Segurança.

Sabendo que a segurança da Europa é uma condição essencial para a segurança global, faz todo o sentido que a OSCE continue a desenvolver as suas missões, salvaguardando a segurança do espaço europeu.

## Referências:

1. OSCE (2015) "What is the OSCE?". Disponível em <http://www.osce.org/whatistheosce/factsheet?download=true> (acedido em 10/10/2015).
2. Ver site da OSCE. Disponível em: [www.osce.com](http://www.osce.com) (acedido em 2/10/2015).

## Bibliografia

- Galbreath, David (2007) *The Organization for Security and Co-operation in Europe*. London: Routledge.
- Global Health Minders (2014) GHM Emerging Issue Brief: Human Trafficking. Disponível em: <http://www.globalhealthminders.dk/ghm-emerging-issue-brief-human-trafficking/> (acedido em 10/10/2015).
- Lenz, Katrin (2003) *The role of the Organization for Security and Cooperation in Europe in today's European Security Architecture*. Seminar paper. Paris: Schiller International University.
- Mason, Janet (2008) *The organization for Security and Cooperation in Europe: Media Protection Watchdog*. University of Kansas: Kansas.

## OS EFEITOS DA CRISE DAS DÍVIDAS SOBERANAS NA POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA

**Professora Doutora Liliana Reis,**

*Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade da Beira Interior*

### **Resumo**

*A crise das dívidas soberanas provocou múltiplos efeitos no seio dos Estados-membros, das instituições europeias, bem como nas políticas públicas da organização. Se por um lado, assistimos, nos últimos sete anos, a um decréscimo dos orçamentos para a Defesa nos Estados-membros, por outro lado, assistimos por parte dos mesmos atores, e da UE à tentativa de manter a coerência da gestão de crises no que diz respeito à sustentabilidade financeira e à partilha dos encargos. Algumas das iniciativas políticas da UE incluíram o fundo de resgate temporário 2010, e o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF); o Fundo de Resgate Permanente, o Mecanismo Europeu de Estabilidade de 2012 (ESM). Estará a Política Comum de Segurança e Defesa mais fragilizada após a crise económica, ou terá, esta política, conseguido encontrar lógicas de geração e emprego de capacidades flexíveis e partilhadas entre os Estados-membros?*

*Assim, o objectivo desta comunicação é revelar algumas das transformações mais recentes no seio da PCSD, para pensar possíveis estratégias de cooperação interinstitucional e intraeuropeia.*

*Na verdade, instalou-se um hábito de pontuar a progressão da União Europeia através de momentos constituintes e momentos de crise. O momento que vivemos na Europa, e a evolução ou o retrocesso da PCSD poderá apresentar-se como um verdadeiro momento constituinte. O acompanhamento da evolução económica na UE, e as implicações que a mesma está a desencadear na PCSD, quer ao nível do comprometimento das capacidades necessárias para as missões, quer ao nível dos arranjos institucionais que têm surgido no âmbito comunitário e entre os estados-membros é vital para a prospecção futura da UE, e em particular desta política.*

## Introdução

Depois da experiência acumulada na década de noventa nos Balcãs, tornou-se evidente que a credibilidade e o próprio sucesso da PCSD, e da UE enquanto potência no sistema internacional, dependia em larga medida da aptidão da UE de se dotar de capacidades militares e capacidades civis e da aptidão de projecção dessas forças, em caso de conflito. A União Europeia teve a percepção de que para se tornar um importante ator no domínio das relações internacionais, teria de reforçar o seu papel enquanto *soft power* e *normative power*, com capacidades civis, mas também complementar com as ferramentas de *hard power*.

Porém, a lacuna existente entre as expectativas e as capacidades da UE (Hill, 1993) na Gestão de crises tem sido apontada, ao longo do tempo, como um das principais enviesamentos da Política Comum de Segurança e Defesa. Não obstante as melhorias assinaláveis no desenvolvimento de capacidades, quer civis, quer militares, e do delineamento da Estratégia Europeia de Segurança em 2003, a União Europeia, e particularmente a sua área de atuação no domínio da política externa e da segurança e defesa continuam a apresentar algumas debilidades, fruto da sua natureza limitada e eclética e da falta de compromisso dos estados-membros.

Ora, a crise das dívidas soberanas que assolou a União Europeia colocou novos desafios à Política Comum de Segurança e Defesa. Se os gastos com a Defesa já se apresentavam aparentemente deficitários, mesmo antes da agudização financeira de 2008, como poderiam, estes, sair incólumes depois da necessidade dos sucessivos cortes orçamentais por parte de alguns estados-membros e da própria UE?

O objectivo deste *paper* é responder à questão: Estará a Política Comum de Segurança e Defesa mais fragilizada após a crise económica, ou terá, esta política, conseguido encontrar lógicas de geração e emprego de forças flexíveis e partilhadas entre os Estados-membros? Assim, e no enquadramento desta problemática geral surgirão questões mais específicas que se procuram responder, como: Qual tem sido a tradução das prioridades ao nível das ambições militares? Assistimos, no contexto de crise, a uma redefinição das prioridades ao nível das ambições? Qual o ajustamento que a UE efetuou ao nível das prioridades da PCSD? Atualmente, quais são os compromissos que podemos estabelecer ao nível das capacidades.

## Capacidades da UE: Constrangimentos provocados pela Crise

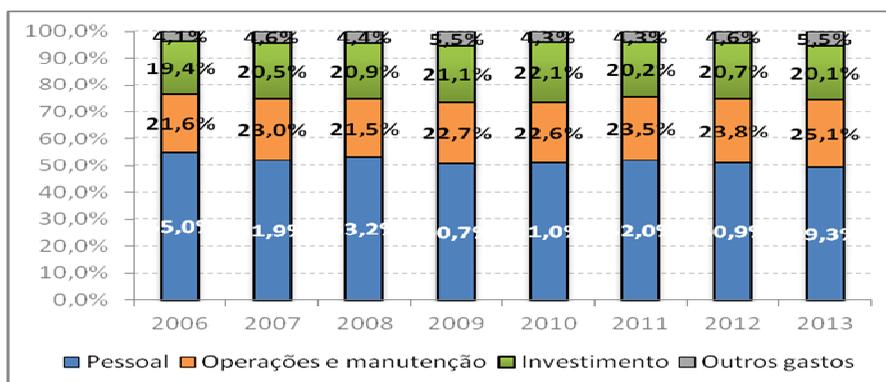
A 20 de Novembro de 2000 realizou-se a *Conferência de Empenhamento de Capacidades*<sup>1</sup> que permitiu identificar vários domínios onde teria de ser efetuado um esforço de melhoria dos meios existentes, de investimento ou ainda de desenvolvimento e coordenação, tendo em vista a aquisição ou o melhoramento progressivo das capacidades necessárias para uma ação autónoma da União Europeia (Conselho da União Europeia 2000). Esta Conferência tornar-se-ia um marco importante, pois pela primeira vez, os Estados-membros, comprometem-se, numa base *voluntária* e *soberana*, a fornecer as contribuições nacionais correspondentes às necessidades de *reação rápida* identificadas para alcançar o objectivo global<sup>1</sup>.

Esses empenhamentos de capacidades foram reunidos num catálogo, conhecido pela designação de Catálogo de Forças (*Force Catalogue*), o qual identificava as forças disponíveis, documento este, aprovado em 2006 e atualizado em 2007<sup>2</sup>. Finalmente, foram identificadas as lacunas e os riscos associados – *shortfalls* – e apresentadas as necessárias recomendações aos Estados-membros para a sua diluição, no Catálogo de Progressos (*Progress Catalogue*) que permitia conhecer os riscos e limitações associados ao espectro de missões da UE, e constituindo a base para a gestão de deficiências e para o desenvolvimento das capacidades militares.

Não obstante, estes desenvolvimentos, logo após a assinatura do Tratado de Lisboa a 13 de Dezembro de 2007, a União Europeia seria confrontada com a crise económica em vários dos seus estados-membros, e na própria instituição. Ora, se já contemplado no Tratado, o Procedimento relativo aos défices excessivos (PDE)<sup>3</sup>, as dificuldades financeiras provocadas pela crise de 2008 conduziram a medidas adicionais que incluíram o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF)<sup>4</sup>; o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEFF)<sup>5</sup>. Face a estes constrangimentos financeiros, as políticas nacionais de Defesa dos Estados-membros, e a Política Comum de Segurança e Defesa, acabariam por sofrer da disciplina orçamental e inevitavelmente de sucessivas reduções nos respetivos orçamentos, hipotecando algumas das reformas necessárias às estruturas militares existentes, baseadas no conflito clássico de alta intensidade, a um novo enquadramento de conflitos de baixa intensidade<sup>6</sup>.

Com efeito, relativamente aos últimos dados conhecidos sobre a variação dos gastos com a Defesa, observamos uma tendência para a diminuição com os gastos com a Defesa, principalmente ao nível do pessoal, o que ainda assim, representa a maior fatia dos orçamentos para a Defesa. Estes gastos, aparentemente, excessivos com o pessoal, poderão comprometer, quer a projeção de operações, quer o investimento na indústria de defesa (indicadores que revelam, ainda assim, um tímido crescimento, como se pode observar no **Gráfico 1**).

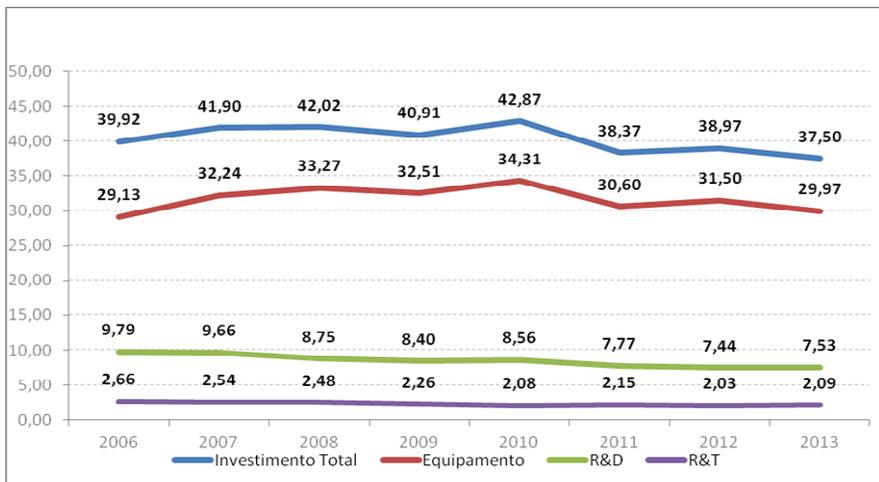
**Gráfico 1 - Decréscimo com os Gastos da Defesa**



Fonte: Adaptado de dados fornecidos pela Agência Europeia de Defesa Disponível no site: [www.eda.europa.eu](http://www.eda.europa.eu)

Em conjunto, os europeus dedicam cerca de 50% dos seus orçamentos de defesa para a manutenção do pessoal, por contraste, os americanos gastam só 20% de seu orçamento no pessoal. Podemos assim afirmar que a grande maioria dos países consome a maior parte dos seus orçamentos da defesa com gastos com o pessoal, recursos que deveriam ser alocados primeiramente à investigação e desenvolvimento (I&D) e às necessidades de atuação no sistema internacional. As indústrias de defesa europeias têm, também, perdido competitividade devido à falta de investimento na investigação baixa na falta de aquisição de material, fruto do elevado protecionismo aos mercados externos, como se observa no **gráfico 2**. A única forma da UE contrariar este ciclo, claramente adverso, será aumentar os seus gastos na defesa para níveis comparados com os EUA, Rússia ou China. O que nos parece muito improvável. Para Asle Toje (2010, 70) apesar das deficiências no “hardware” militar e no treino dos militares europeus, não é de esperar um aumento das despesa e investimento da defesa Europeia a médio prazo, a não ser que surja uma ameaça clara e efetiva. A nós, parece-nos que essa ameaça é mais do que evidente.

**Gráfico 2 - Decréscimo do Investimento na Defesa**

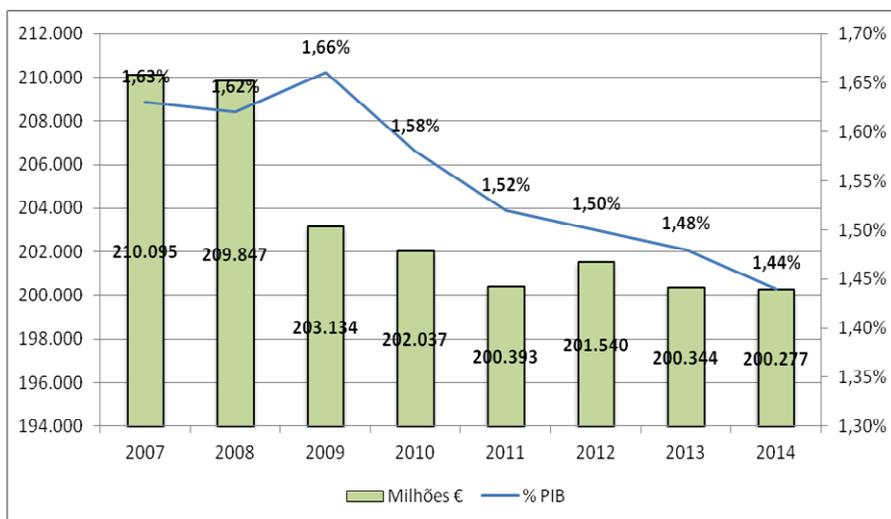


Fonte: Adaptado de dados fornecidos pela Agência Europeia de Defesa Disponível no site: [www.eda.europa.eu](http://www.eda.europa.eu)

Segundo o *International Institute for Strategic Studies* (2010), a moeda única, e os critérios de convergência associados, levaram a que os Estados-membros cortassem significativamente nos orçamentos para a Defesa, com vista à limitação do défice nos 3% do PIB. Assim a estabilidade necessária e a disciplina fiscal associadas ao Euro, contribuíram também para o estrangulamento da despesa com a defesa em muitos Estados-membros e possivelmente poderá acentuar a variação com os gastos na defesa..<sup>7</sup>

Para um melhor entendimento do decréscimo com os gastos da defesa, segundo dados do *International Institute for Strategic Studies*, os treze estados europeus da NATO em 1985, ainda em período de guerra fria alocavam cerca de 3,42 % do seu PIB à defesa. E em 1995 os países Europeus reduziram para uma média de 2,17% e em 2006 este numero já não ultrapassava 1,77%. Dos dados mais recentes que dispomos, da AED, estes números conheceram ainda um decréscimo maior, em 2009 a percentagem do PIB dos 26 estados-membros da AED cifrava-se nos 1,58% e em 2014, já só correspondia a 1,44% do PIB, o que torna a UE, indelevelmente, das regiões do mundo com os menores gastos com este sector (**Ver Gráfico 3**). Estes números são de extrema importância, não só pela dimensão da economia europeia, mas também reveladores do tipo de investimento que os estados-membros estão dispostos a fazer para o desenvolvimento da vertente militar da PCSD e no tipo de ator no sistema internacional que se pretende assumir no futuro.

Convém contudo sublinhar que maiores gastos com a defesa não traduzem, obrigatoriamente, mais capacidades, quer para o Estado-membro que faz esse investimento, quer para a atuação da UE como um ator coerente no sistema internacional. As capacidades vão muito além do simples valor bruto alocado à Defesa, pois dependem diretamente da eficiência com que os mesmos recursos são aplicados. No início do desenvolvimento da PCSD, os gastos de cada estado-membro com a defesa encontravam-se muito mais dispersos. Atualmente e dado os valores que se apresentam a eficiência têm de ser conseguida através de um esforço muito maior, para que os parcos recursos de que a UE dispõe não sejam consumidos em duplicações de funções, não trazendo nenhum ganho real ao nível de capacidades para a UE (Silva 2011, 91).



### 3 – Gastos com a Defesa e Percentagem do PIB na UE

Fonte: Adaptado de dados fornecidos pela Agência Europeia de Defesa Disponível no site: [www.eda.europa.eu](http://www.eda.europa.eu)

A adicionar a este indicador, observámos também as enormes assimetrias entre os 27 Estados-membros, com a França e o Reino Unido a somarem mais de 50% do gasto total com a defesa no seio da UE, o que condiciona as decisões conducentes à implementação de operações militares. O desenvolvimento das capacidades militares no seio da UE decorre unicamente da vontade dos Estados-membros, e apesar do papel impulsionador e agregador que a Agência Europeia de Defesa tem tido nesta matéria, o carácter intergovernamental dos assuntos militares têm se revelado como um dos principais obstáculos à projeção de um número maior de operações.

Relativamente ao pessoal, em 1999 os Estados-membros que compõem atualmente a UE tinham quase 2,5 milhões de militares no ativo, sendo que mais de 1,1 milhões faziam parte do serviço militar obrigatório, os quais seriam menos adequados para missões internacionais de gestão de crises do que os militares profissionais. O abandono dos sistemas baseados na conscrição<sup>8</sup>, para sistemas profissionais, assentes na profissionalização e voluntariado das forças, com o objectivo de as tornar mais projetáveis e adaptadas a novos tipos de cenários e de missões, contribuíram significativamente para a redução do número de militares. Em 2009, os 27 governos da UE tinham já reduzido as suas forças armadas, a menos de 1,7 milhões de ativos e somente 212 785 militares do serviço militar obrigatório. Em 2013, este número já não ultrapassava 1,5 milhões de militares (**Ver gráfico 4**). Relativamente aos últimos números apresentados pela AED, os 27 Estados-membros (à exceção da Dinamarca que não é membro da AED), têm capacidade para projetar 440 000 soldados, mas só conseguem sustentar 110 000 soldados em operações, o que traduz também a estabilização do investimento realizado na qualificação de cada militar. Isto afigura-se como um possível retrocesso, uma vez que, e tal como o anterior presidente da AED referiu que cerca de 70% das forças terrestres europeias ainda não conseguem ser utilizadas fora do território nacional<sup>9</sup>.

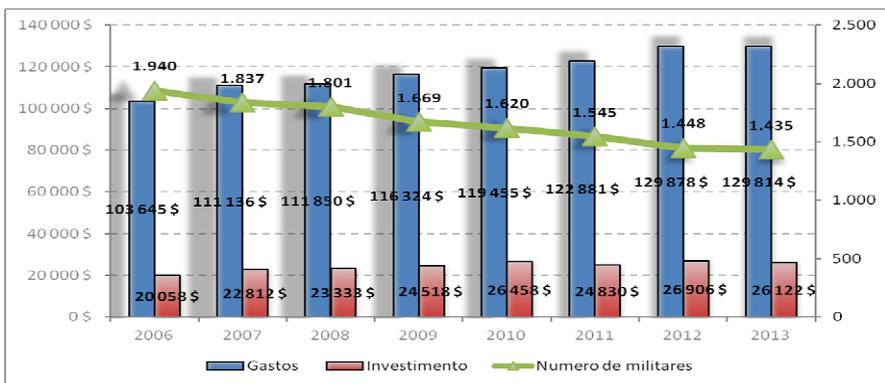
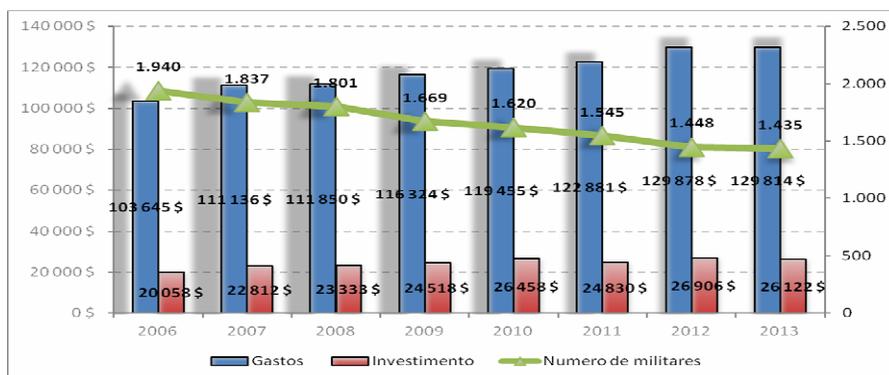


Gráfico 4 - Número Total de Militares e respetivos gastos e investimentos por militar

Fonte: Adaptado de dados fornecidos pela Agência Europeia de Defesa - [www.eda.europa.eu](http://www.eda.europa.eu)

Mas, e mesmo relativamente ao pessoal, onde é gasta a maior fatia dos orçamentos da defesa na UE, como observámos, os dados mais recentes de que dispomos, apontam para uma quebra significativa, apresentando-se a Grécia, a Letónia, a Irlanda, a Lituânia, a Estónia, a Finlândia, Portugal e a Eslovénia com uma variação negativa acima dos 5%. Somente a Suécia, o Reino Unido, a Polónia, Malta, a Hungria e a Bulgária conheceram uma variação da mesma ordem positiva em período homólogo (2009-2012). O que se explica pelas reduções de efetivos e pela reestruturação das forças armadas que tem sido desenvolvida pelos Estados-membros. Atualmente a UE tem assistido a uma redução paulatina no número de efetivos militares, não só devido à profissionalização das suas forças e ao término na maior parte dos países europeus do serviço militar obrigatório, mas também devido às pressões orçamentais, que afetaram também os civis disponíveis para missões da PCSD, como ilustra



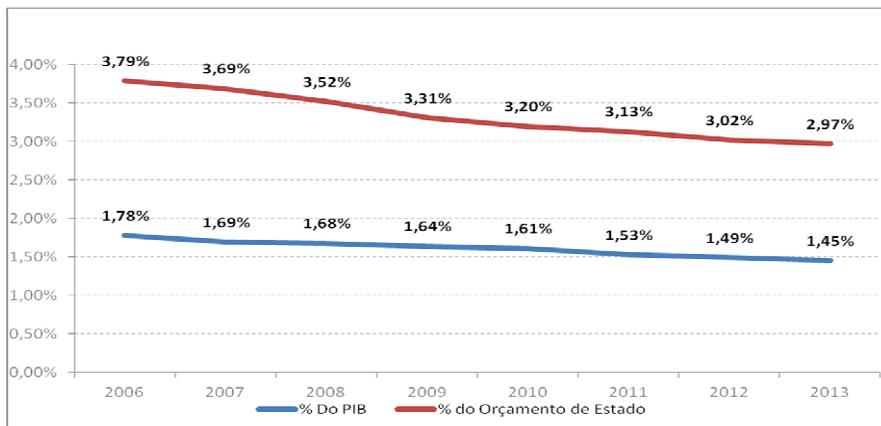
o gráfico 5.

## Gráfico 5 - Número de Militares e Civis afetos à Defesa

Fonte: Adaptado de dados fornecidos pela Agência Europeia de Defesa Disponível no site: [www.eda.europa.eu](http://www.eda.europa.eu)

Ainda, e segundo Pedro Silva (2011, 155), um factor que tem sido negligenciado e que tem contribuído para a limitação do orçamento não só com a Defesa, mas com outras políticas públicas e poderá ainda se agudizar nos anos vindouros, é a alteração do panorama demográfico na Europa. Os principais indicadores demográficos, como a taxa de natalidade, a taxa de fecundidade e a taxa de mortalidade têm vindo a decrescer na Europa. Se nos últimos anos a número de habitantes têm-se mantido estável, observa-se já uma consequência imediata, o envelhecimento generalizado da população europeia. Ainda, e segundo o mesmo autor, este panorama terá implicações ao nível da distribuição das receitas, havendo uma maior pressão junto dos governos dos Estados-membros para o acréscimo com gastos relativos à saúde e segurança social. Simultaneamente e no plano do recrutamento também a

tendência será para uma redução, já que as forças armadas terão de concorrer com as restantes profissões. Assim, é provável que os gastos com a Defesa em percentagem do PIB e em percentagem do orçamento de Estado continue a revelar uma curva descendente, como ilustra o **gráfico 6**.



**Gráfico 6 - Gastos com a Defesa em Percentagem do PIB e em Percentagem do Orçamento de Estado**

Fonte: Adaptado de dados fornecidos pela Agência Europeia de Defesa Disponível no site: [www.eda.europa.eu](http://www.eda.europa.eu)

Como foi referido em 2008 na “*Declaration on strengthening capabilities*” há a clara necessidade de uma maior cooperação entre os Estados-membros no desenvolvimento de capacidades militares conjuntas e articuladas, referindo que [w]e undertake to seek new methods for developing and optimising our capabilities, and will accordingly explore the pooling of efforts, specialisation and sharing of costs.<sup>10</sup> A UE tem também encorajado uma maior *mutualização* e partilha dos recursos entre os Estados-membros, através da constituição de forças multinacionais nos *Battlegroups*, mas também pela própria partilha de equipamentos.<sup>11</sup>

Com esta lógica subjacente os governos dos estados-membros têm vindo a colaborar cada vez mais no desenvolvimento de programas multinacionais ao nível da indústria da defesa e nos seus equipamentos. O próprio desenvolvimento de equipamentos comuns poderá beneficiar no processo de tomada de decisão e na própria missão internacional conjunta. Como sabemos, a maioria dos estados-membros só executam operações militares como parte de uma coligação multinacional ou inseridos no quadro das obrigações internacionais respetivas, o que requer obrigatoriamente uma maior interoperabilidade. O clima económi-

co desfavorável favoreceu a mutualização e partilha de capacidades militares já contemplada no Tratado de Lisboa. Contudo, as dificuldades vivenciadas pelos estados-membros nada nos dizem sobre a prontidão dos estados em trabalhar conjuntamente, nem relativamente à sua cooperação quanto a esforços e recursos. Com efeito, não existe nenhuma fórmula estatística de medir o compromisso político, nem a boa vontade subjacente – ou a falta dela – em trabalhar com êxito na PCSD. Apesar de já no final de 2011, a então AR/VP, ter advertido para a necessidade de uma nova abordagem ao financiamento da PCSD, devendo as necessidades das operações assentarem cada vez mais no *polling and sharing* e no aprofundamento da cooperação entre os Estados-membros e outras organizações internacionais, nomeadamente com NATO e com a ONU. Para Chatherine Ashton (União Europeia 2011, 1):

In debate about CSDP in 2011 we can ignore the financial crisis which has had led to a wave of defence budget cuts across the EU.[...] We need to be able to respond to the complex threats of today (violent crises, cyber-threats, energy security), and assume our global responsibilities whilst showing real value for money. To deliver value for money we need CSDP action to be based on coherent and effective strategies, a truly comprehensive approach and, equipped with the right capabilities. [...] The budgetary constraints force us to save, but they are also a driver of closer collaboration. Whether on “pooling and sharing” of defence assets, “joint programming” of development aid, or solidarity in the evacuation of European nationals from scenes of conflict or disaster, the message is clear: doing better with less.

### **Atual Quadro de Ameaças: Maior Vulnerabilidade e Interdependência**

Durante o período da Guerra Fria, a segurança europeia foi caracterizada com base numa concepção unidimensional em termos político-militares, para anular o perigo militar de um inimigo claramente identificado. Esta definição unidimensional foi o produto de uma constelação bipolar, na qual a segurança da Europa dependia objectivamente de evitar um conflito armado no seu território, mantendo o equilíbrio e a balança de poder político-militar e nuclear entre os EUA e a União soviética. O fim da Guerra Fria provocou uma mudança radical no ambiente de segurança Europeu, excluindo praticamente a ameaça militar direta à segurança Europeia. Como consequência, a política de defesa tornou-se menos importante, e os Estados-Membros deixaram de se sentir ameaçados, e rapidamente ensaiaram desejos de alargamento à Europa Central e Oriental (Deutsch 1957). Contudo, este novo ambiente internacional desencadeou uma vaga de conflitos armados inter e intra-estados nos países vizinhos da UE. Apesar desta nova vaga de conflitos não ameaçar diretamente a UE, produziram efeitos negativos, quase sempre negligenciados pelos estados europeus, que cultivavam uma nova doutrina anti-beligerante. Porém, nestes novos conflitos, a população civil foi mais atingida do que em qualquer outra altura. E o terrorismo emergiu como uma ameaça muito mais difusa. Na ausência de uma ameaça militar importante, outros factores que podem constituir as causas subjacentes ao terrorismo ou aos conflitos armados

entre ou dentro países terceiros, podem afectar intrinsecamente os valores e interesses da UE e constituir neste quadro as principais fontes de ameaça à sua segurança: como o crime organizado, a imigração ilegal, subdesenvolvimento económico e social, e falta de instituições democráticas e o respeito pelos direitos humanos, os estados falhados, instituições multilaterais ineficazes, problemas ambientais, entre outros. Estes factores são mais difíceis de combater do que a anterior ameaça claramente identificada.

Com efeito, a Estratégia Europeia de Segurança de 2003 reconhece a improbabilidade de *que algum Estado-Membro venha a sofrer uma agressão em larga escala*. A Estratégia Europeia de Segurança salienta, aliás, que *a Europa enfrenta agora novas ameaças que são mais diversificadas, menos visíveis e menos previsíveis*. (Ibidem, 3), nomeadamente, o **Terrorismo** para o qual *a Europa é simultaneamente um alvo e uma base*. A Estratégia refere que o terrorismo tem na sua origem *razões complexas, incluindo as pressões exercidas pela modernização, as crises culturais, sociais e políticas e a alienação dos jovens que vivem em sociedades estrangeiras*; a **Proliferação de armas de destruição maciça** é *potencialmente a maior ameaça à nossa segurança, no qual o cenário mais assustador é o da aquisição de armas de destruição maciça por parte de grupos terroristas*; os **Conflitos Regionais**, quer à escala mundial, quer nas fronteiras da UE, ambos com *impacto direto e indireto nos interesses europeus* e com raízes no *extremismo, ao terrorismo e ao fracasso dos Estados*; o **Fracasso dos Estados** constitui *um fenómeno alarmante que mina a governação à escala global e contribui para a instabilidade regional*” e *“pode estar relacionado com ameaças óbvias, tais como a criminalidade organizada ou o terrorismo e a Criminalidade Organizada, uma ameaça interna que apresenta uma importante dimensão externa, como o tráfico transfronteiriço de droga, mulheres, migrantes clandestinos e armas*. Acrescentando que *a criminalidade organizada pode igualmente estar ligada ao terrorismo e ao fracasso dos Estados*.

Este quadro de ameaças seria revisto, ainda que muito timidamente, no Relatório de Implementação da Estratégia Europeia de Segurança de 2008, no início da crise económica, acrescentando o ciber-crime, a segurança energética, as alterações climáticas e a saúde pública.

Mais recentemente, o Conselho Europeu de Março de 2014 e o Encontro Informal dos Ministros da Defesa, em Riga, em Fevereiro de 2015 sublinharam a multiplicação das ameaças anteriores, nomeadamente do crime económico, da insegurança marítima e dos fluxos migratórios. O novo posicionamento da Rússia e a deslocação do centro de gravidade dos EUA, contribuíram também para a deterioração do ambiente de segurança europeu, reemergindo diversas crises na sua vizinhança (Crimea, Geórgia, Argélia, Líbia, Síria...).

Apesar do atual quadro de ameaças a União Europeia tem revelado uma postura claramente reactiva em relação aos desafios de segurança internacionais, não somente da percepção das ameaças, e da própria forma como as mesmas são entendidas<sup>12</sup>; mas também relativamente à indolência revelada face às mesmas. Na verdade, e apesar da ênfase colocada na natureza complexa e não expectável das novas ameaças, a adequação das capacidades têm-se revelado muito aquém das necessidades securitárias europeias.

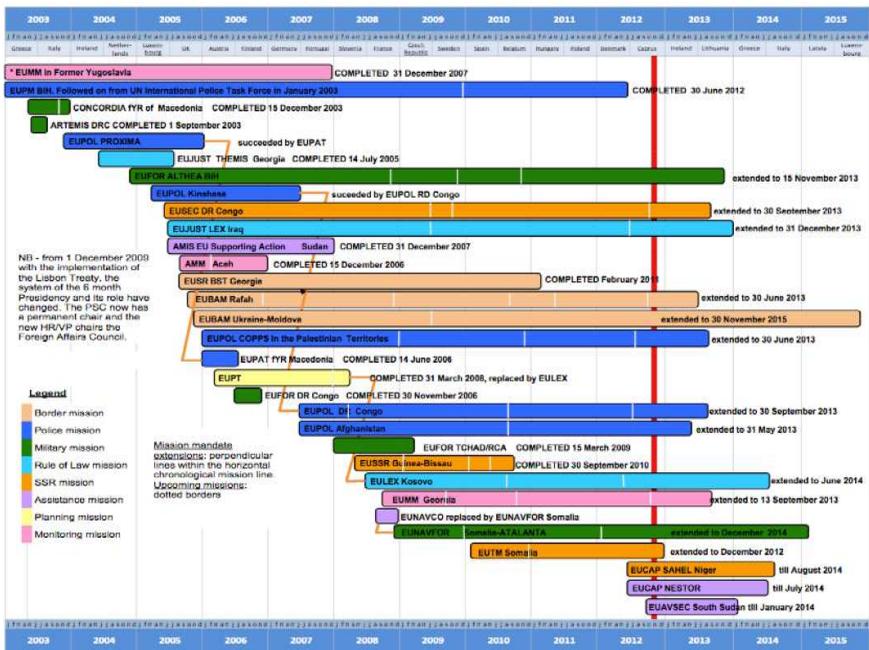
### Ação da União Europeia

A atuação da União Europeia, não obstante as idiossincrasias provocadas pelos constrangimentos orçamentais, não ficaria totalmente comprometida. A UE nos últimos anos conseguiu desenvolver algumas estruturas endógenas e encontrar eixos de cooperação entre os Estados-membros, na maior parte dos casos de forma *ad hoc* e não através do mecanismo de cooperação reforçada, prevista no artigo 20º (1, 2) do Tratado de Lisboa e no artigo 328 do TFUE; ou da Cooperação Estruturada Permanente prevista no artigo 42º (6), mas aparentemente a criação de “ilhas de cooperação”. Com efeito, temos alguns exemplos surgidos durante o período em análise, nomeadamente a NORDEFCO – Cooperação de Defesa Nórdica Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia - 2009, com o objetivo de aprofundar a cooperação militar da região; o Triângulo de Weimar (Alemanha, França e Polónia), criado em Abril de 2010 e alargado em novembro de 2012 a Espanha e Itália) Weimar Plus (Alemanha, França, Polónia Espanha e Itália)<sup>13</sup>. Estes exemplos sugerem uma tentativa de repartição de Encargos, por um lado, e de agregação e partilha por outro. Contudo, não revelam um esforço comum para melhorar as capacidades coletivas, mas o máximo denominador comum entre os interesses nacionais dos estados membros que compõem cada “cooperação”.

Relativamente à Ação no âmbito da PCSD, a UE tem presentemente dezasseis missões/operações ativas, das quais duas são operações militares, onze são missões civis e duas apresentam um caráter híbrido (militar/civil). Durante o período em análise (2008-2015), foram projetadas 6 missões civis: EUTM Mali (2013), EUTM Somália (2010), EUCAP Níger (2012), EUCap Nestor (2012), EUAM Ukraine (2014), EUBAM Lybia (2013) e duas operações militares: EUMAM RCA (2015), EUNAFVOR MED (2015), e duas missões/operações para o mesmo território, uma de índole civil – a EUCAP Sahel Mali (2014) e outra de índole militar – EUTM Mali (2013), como se pode observar no **gráfico 7**. As missões que foram projetadas depois da crise são maioritariamente motivadas por fatores económicos e securitários internos, em vez de princípios humanitários e normativos. Esta análise confirma, ainda, a tendência de um claro predomínio pelas missões civis no âmbito desta política, o que não traduz, obrigatoriamente, a sua incapacidade ou impotência de atuação com instrumentos militares, mas será certamente um eixo de reflexão obrigatório para a Revisão da Estratégia Europeia de Segurança. Para García Pérez (2009, 55) existem razões mais prosaicas que nos ajudam a explicar este desequilíbrio: o *desenvolvimento doutrinal* e a *experiência operacional*. Relativamente ao primeiro motivo, o autor defende que o desenvolvimento doutrinal dentro da UE, conduziu necessariamente ao predomínio das missões civis sobre as missões militares. No que diz respeito,

à experiência operacional, a crescente especialização da UE em intervir em estados-falhados, com vista à sua estabilização e consolidação das estruturas democráticas, tem afastado em larga medida o recurso à força militar, em todo o caso, sempre que necessário, a força militar é utilizada em sentido restrito, mas em algumas situações, precede, acompanha e sucede as missões civis. Evidentemente que existem outros fatores que nos ajudam a explicar a predominância das missões civis relativamente às suas congéneres militares. A necessidade de pessoal para uma missão civil é muito menor que para uma operação militar<sup>14</sup>, contudo tem-se revelado naturalmente mais longas.

**Gráfico 7 – Missões/Operações realizadas no âmbito da PCSD entre 2003 e 2015**



Fonte: <http://www.isis-europe.eu/sites/default/files/publications-downloads/CSDP%20Note%205-Mission%20Update-EM.pdf>

## Conclusão

O objectivo da União Europeia em termos de capacidades tem assentado “na capacidade para uma ação autónoma suportada por uma força militar credível para a gestão de crises”. Atualmente, já não se poderá dizer que exista uma verdadeira lacuna entre aquilo que a União Europeia tem apresentado e o que efetivamente, são as suas capacidades em termos

de recursos e instrumentos, como Hill defendeu em 1993, no seu célebre conceito “capability-expectations gap” (1993), mas fundamentalmente na sua capacidade de concertar consensos respeitantes ao modelo de atuação, e alocar recursos financeiros para a I&D da indústria da defesa e para a projeção de missões/operações no âmbito da PCSD.

Apesar dos dados económicos por si só, não serem suficientes para prever com precisão o impacto da crise económica europeia na Política Comum de Segurança e Defesa, os dados analisados apontam para uma redução significativa nos orçamentos da Defesa dos Estados-membros da União Europeia, por um lado, e no orçamento comunitário por outro lado. As estimativas orçamentais preveem uma redução (2011-2020) de 220 para 195, até possivelmente aos 147 mil milhões (11-33%), o que criará, com alguma certeza dificuldade de geração de força a longo-prazo.

Conclui-se que a diminuição dos recursos (e simultaneamente das capacidades) tem conduzido a uma acentuação do intergovernamentalismo. A maior flexibilidade introduzida pelo Tratado de Lisboa, acentuada pela crise, está a provocar a re-nacionalização da política externa, por alguns estados-membros. Os Estados-membros da UE continuam a preferir manter o “pilar” militar dentro da sua esfera doméstica e a PCSD conta, e prevê-se que irá continuar a contar com “some european troops but not yet a european army”<sup>15</sup>. Conclui-se, também, que, e apesar desta evidência, nenhum Estado-membro dispõe de recursos financeiros, tecnológicos ou industriais que permita fazer face, autonomamente, ao extenso leque de ameaças externas com que a UE se confronta atualmente, e como sublinhou a ex-secretário geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen, a 8 de outubro de 2010 “there is a point where you no longer cut fat; you’re cutting into muscle, and then into bone”.

Observou-se, ainda, que o desenvolvimento das capacidades de atuação no sistema internacional por parte da UE pautou-se nos últimos anos, fruto das lições apreendidas, pela necessidade de articulação das capacidades civis com as capacidades militares, pretendendo-se, assim, uma abordagem abrangente e holística à sua capacidade operacional na prevenção e resolução de conflitos, garantindo o desenvolvimento coordenado e eficiente dos recursos com o fim de garantir a interoperabilidade das missões PCSD, num quadro de condições económicas bastante adversas.

## Referências

- 1.. Esta Conferência constituiu a primeira etapa de um exigente processo de reforço das capacidades militares de gestão de crises por parte da UE, processo esse que visava atingir o objectivo global fixado para 2003 e que seria prosseguido para além desta data com vista a alcançar os objectivos colectivos de capacidades. Com efeito, no Conselho Europeu de Helsínquia, os Estados-membros tinham também decidido determinar rapidamente objectivos colectivos de capacidade em matéria de comando e controlo, de informações e de transporte estratégico, e tinham saudado as decisões nesse sentido anunciadas já por alguns Estados-Membros: desenvolver e coordenar os meios militares de acompanhamento e alerta precoce; abrir os Estados-Maiores nacionais já existentes a oficiais provenientes de outros Estados-Membros; reforçar as capacidades de reação rápida das forças multinacionais europeias existentes; preparar o estabelecimento de um comando europeu do transporte aéreo; aumentar o número de efetivos pronta-

- mente posicionáveis; reforçar a capacidade de transporte estratégico por via marítima. Vide Conselho da União Europeia. 2000. Projeto de declaração de empenhamento de capacidades militares. Bruxelas: 13427/1/00 REV 1. Disponível no site: [http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/00/st13/st13427-re01\\_pt00.pdf](http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/00/st13/st13427-re01_pt00.pdf) [acedido em 13 de Março de 2016]
2. Os Estados-Membros devem evitar défices públicos excessivos (superiores a 3 % do PIB) e elevadas dívidas (superiores a 60 % do PIB). A Comissão propôs o reforço do atual procedimento relativo aos défices sucessivos e que se destina a evitar que os governos infrinjam os limites estabelecidos.
  3. Também criado em maio de 2010, o MEEF tem uma capacidade máxima de concessão de empréstimos de 60 mil milhões de euros aos Estados-Membros da área do euro que necessitem de assistência financeira. O MEEF é garantido pelo orçamento comunitário, sem ser efetivamente pago por ele. A partir de 1 de julho de 2012 o MEEF foi substituído pelo MEE
  4. FEEF é um organismo intergovernamental habilitado a conceder empréstimos até 440 mil milhões de EUR aos países da área do euro que necessitem de assistência financeira. Os Estados-Membros da área do euro fornecem, eles próprios, as garantias de empréstimo. A partir de 1 de julho de 2012, o FEEF foi, também, substituído pelo MEE.
  5. As dinâmicas da globalização, como a disponibilidade de informação instantânea a nível global, influenciam e é provável que continuem a influenciar o modo como as operações militares são e serão conduzidas. A grande mobilidade de pessoas, instrumentos e ideias significará maior mobilidade de atores não-Estado, maiores possibilidades de acesso a armas e a fundamentalismos radicais de todos os tipos, cujo exemplo é a atividade terrorista de alcance global, com ações na Indonésia, Rússia, Médio Oriente, Paquistão, Marroços, Europa e EUA. A globalização oferece-lhes a capacidade extraordinária de comunicar e coor-denar os seus esforços com apenas um telemóvel ou através da *Internet*.
  6. Este mesmo estudo indica que o lançamento do Euro coincidiu com a crise da “*bolha dot-com*”, o que originou que os governos com menos verbas disponíveis provenientes das quebras com as receitas fiscais, efetuassem obrigatoriamente cortes orçamentais para conseguirem cumprir os critérios de convergência. Foi nesta sequência que a própria Alemanha viu os seus gastos com a Defesa decrescerem.
  7. Atualmente somente o Chipre, a Dinamarca, a Finlândia, a Grécia e a Estónia mantêm o serviço militar obrigatório. Na última década vários países aboliram o serviço militar obrigatório, como Portugal em 2004, a Bulgária, a Croácia e a Lituânia em 2008, a Polónia em 2009 e a Alemanha em 2011. Mais recentemente, a Austria votou a favor, através do referendo realizado no dia 20 de Janeiro de 2013, da manutenção do serviço militar obrigatório.
  8. Cfr. Nick Witney. 2008. “Re-energising Europe’s security and defence policy”, Policy Paper. London: European Council on Foreign Relations, p. 20
  9. Conselho da União Europeia. 2008. Parágrafo 18.
  - 10.. Existe já o exemplo da França e da Alemanha que treinam conjuntamente os pilotos dos helicópteros Tigre e partilham também as mesmas unidades de combate. A própria agência Europeia de Defesa tem também elaborado propostas para a mutualização de 180 aviões de transporte A400M que 6 Estados-membros que planeiam comprar, com vista a assegurar poupanças significativas. Na mesma linha de argumentação a EDA aconselhou os dez países que possuem 136 aviões de transporte Hércules C-130 a partilharem com os países que não têm esses mesmos instrumentos.
  11. A respeito dos modelos sobre as percepções das ameaças e das suas respostas vide Meyer, C. and A. Miskimmon. 2009. “Perceptions And Responses To Threats: Introduction”. *Cambridge Review of International Affairs*, Vol. 22, n.º 4, pp. 625-628.
  12. Triângulo Weimar tem como objetivos: aReforma dos Battlegroups Europeus; Consolidar as relações UE-NATO, através de projetos concretos, desenvolvimento de capacidades militares, Ativação do Centro de Operações da UE. Cumpre sublinhar que ainda se encontra longe de atingir os objectivos.

13. Com a devida Exceção da missão EULEX Kosovo
14. Claudia Major and Christian Mölling, EU Military Capabilities - Some European Troops, but not yet a European Army, in: Ettore Greco, Nicoletta Pirozzi, Stefano Silvestri (eds.), EU Crisis Management: Institutions and Capabilities in the Making, IAI Quaderni English Series No. 19, Rome, November 2010, pp. 11-28

## Bibliografia

- Conselho da União Europeia. 2008. *Declaration on strengthening capabilities*. Bruxelas: 16840/08. Disponível no site <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%2016840%202008%20INIT> [acedido em 2 de Novembro de 2015]
- \_\_\_\_\_. 2000. Projeto de declaração de empenhamento de capacidades militares. Bruxelas: 13427/1/00 REV 1. Disponível no site: <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/00/st13/st13427-re01.pt00.pdf> [acedido em 13 de Março de 2015]
- Hill, Christopher. 1993. "The Capability-Expectations Gap, or Conceptualizing Europe's International Role". *Journal of Common Market Studies*, Vol. 31, n.º 3, pp. 303-328.
- International Institute for Strategic Studies. 2010. *European Military Capabilities - Building Armed Forces for Modern Operations*. London: IISS.
- Major, Claudia e Christian Mölling. 2010. "EU Military Capabilities - Some European Troops, but not yet a European Army". In *EU Crisis Management: Institutions and Capabilities in the Making*, de Ettore Greco, Nicoletta Pirozzi e Stefano Silvestri (eds.), Rome: IAI Quaderni English Series, pp. 11-28.
- Meyer, C. and A. Miskimmon. 2009. "Perceptions And Responses To Threats: Introduction". *Cambridge Review of International Affairs*, Vol. 22, n.º 4, pp. 625-628.
- Pérez, Rafael García. 2009. "Las Misiones PESD como Instrumentos de la Política Exterior de La UE." In *Cursos De Derecho Internacional e Relaciones Internacionales de Vitoria Gasteiz 2009*, de Francisco Javier Quel López, Murueta: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, pp. 21-71.
- Silva, Pedro Ferreira da. 2011. *Entre Ceres e Marte – A Segurança e Defesa na Europa do Século XXI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda Instituto de Defesa Nacional.
- Toje, Asle. 2010. *The European Union as a Small Power. After the Post-Cold War*. Houndmills: Palgrave MacMillan.
- União Europeia. 2011. *Speech by High Representative Catherine Ashton on the Common Security and Defence Policy in the European Parliament in Strasbourg, 13 December 2011*. Estrasburgo: União Europeia (A512/11).
- Witney, Nick. 2008. "Re-energising Europe's security and defence policy", Policy Paper. London: European Council on Foreign Relations

## **DEFESA, PREVENÇÃO E COOPERAÇÃO PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS DURANTE A GUERRA FRIA - INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA NA DETECÇÃO DE EXPLOSÕES NUCLEARES SUBTERRÂNEAS A PARTIR DO INSTITUTO GEOFÍSICO DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

Rui Moura, Helena Sant’Ovaia  
ICT - Centro de Geologia, Universidade do Porto  
DGAOT Faculdade de Ciências

### *Resumo*

Sendo o Instituto Geofísico da Universidade do Porto (IGUP) um importante pilar na cultura científica e tecnológica, desenvolvida ao longo de mais de um século na cidade do Porto, foi elaborado um plano estratégico para a sua recuperação. A missão atual tem como objetivo aproveitar toda a actividade desenvolvida na história deste instituto, tendo em conta diversas componentes como a investigação em áreas como os riscos naturais, a sismologia, a radiometria e a climatologia, o apoio ao ensino graduado e pós-graduado da Universidade do Porto, a divulgação científica, a formação dirigida a alunos do 2º e 3º ciclos do ensino básico no âmbito das actividades extracurriculares da responsabilidade do Município de Vila Nova de Gaia e a instalação de um polo do museu de ciência da Universidade do Porto.

Esta infra-estrutura tem já em funcionamento alguns instrumentos ligados à sismologia, meteorologia e radiação, os quais estão diretamente ligados à medição de variáveis que intervêm na estimativa de perigosidade e risco sísmico, alertas e riscos meteorológicos e riscos radiológicos. Como tal, possui potencial para se tornar num polo de investigação no domínio dos riscos o qual poderá contribuir com estudos, dados e parâmetros para a sociedade civil e comunidade científica.

A recuperação que atualmente está a decorrer na estação sísmica PTO, anteriormente integrada na rede mundial – Worldwide Standardized Seismographic Network (WWSSN), poderá contribuir para viabilizar a implementação de um polo de investigação em sismologia e simultaneamente dar a conhecer a importância geopolítica desta estação.

Como tal, no âmbito do presente trabalho pretendemos mostrar parte da análise de registos sísmicos, anteriormente desconhecidos, respeitantes a explosões nucleares soviéticas bem como parte do trabalho de recuperação desta estação com o principal objectivo de tornar activos os equipamentos inactivos desde a década de 90 e de modo a produzir registos sísmicos digitais, possibilitando.

## Introdução

Localizado numa elevação a cerca de 90 metros de altura, a poente da ponte D. Maria, com vista privilegiada sobre a cidade do Porto e o Rio Douro, o Instituto Geofísico da Universidade do Porto (IGUP) sucedeu ao denominado observatório Meteorológico da Serra do Pilar. Este posto meteorológico foi fundado em 1883, sendo então um dos primeiros postos meteorológicos portugueses, e instalou-se a partir de 1885 no prédio na Rua de Rodrigues de Freitas, na altura como Posto Meteorológico e Casa Magnética da Cidade do Porto (também referenciado alguns anos mais tarde como Observatório Princesa D. Amélia), tendo como seu diretor o Capitão-de-Fragata José Maria Ferreira. No entanto, desde 1854, existia neste local um posto subsidiário do Observatório Meteorológico Infante D. Luís, situado na Escola Politécnica de Lisboa, com o objetivo de fazer estudos de meteorologia e climatologia, calcular as probabilidades de ocorrência de bom ou mau tempo e dar avisos aos navegantes e pescadores.

Nos primeiros anos, os principais utentes do observatório eram os médicos do Hospital de Santo António, que antecipavam e protelavam intervenções cirúrgicas de acordo com as previsões climatológicas, conhecida que era a influência das variações de temperatura e humidade na ocorrência de acidentes cardiovasculares.

Em 1946 passou a colaborar com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, parceria que se prolongou por várias décadas.

Foi anexado à Academia Politécnica do Porto em 1901, ficando conhecido a partir de 1910 como Observatório Meteorológico da Serra do Pilar, passando depois para a dependência da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto a partir de 1911.

O IGUP faz também parte da Rede Meteorológica Nacional, Estação 08 546, e enquanto a estação meteorológica manual esteve em funcionamento, várias vezes ao dia eram enviados dados meteorológicos para o Instituto Meteorológico de Lisboa. Atualmente está instalada no IGUP uma estação meteorológica automática (RUEMA) bem como um sismógrafo pertencente à rede Nacional sendo ambos da responsabilidade do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

## Seismic station

De 1963 a 1993, funcionou no IGUP uma estação sísmica integrada numa rede mundial, a World-wide Standardized Seismograph Network (WWSSN), instalada e de certa forma apoiada financeiramente pelos Estados Unidos da América, através do United States Coast and Geodetic Survey<sup>1</sup>. Esta estação fazia parte de uma rede de 125 estações padrão que o referido departamento instalou em diferentes países, com vista conseguir uma cobertura de eventos sísmicos em todo o globo. Durante o funcionamento desta estação todos os registos sísmicos em papel eram enviados para os Estados Unidos da América (US Geological Survey em Colorado), via a respectiva embaixada, o que evidência a importância geopolítica dessa estação. Até hoje pouco ou nada se estudou em Portugal sobre este tema muito parti-

cular da sismologia Nacional e com o fim da Guerra Fria muita informação tornou-se entretanto pública.

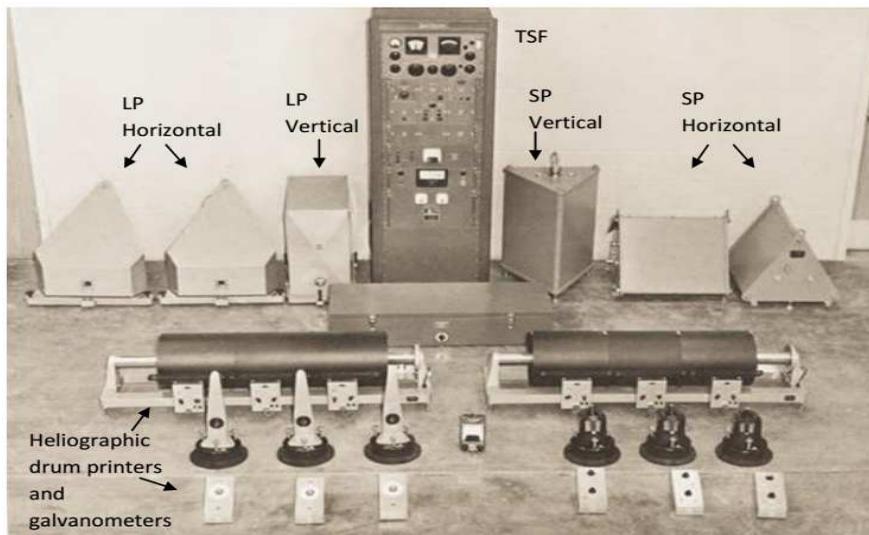


Figura 1. Elementos de hardware do sistema WWSSN.

## Sismógrafos WWSSN

O referido equipamento, integrado na WWSSN, foi desenvolvido por especificação da Seismology Division of the US Coast and Geodetic Survey e era constituído por seis sismómetros ou seja dois sismógrafos de três componentes (Fig. 1). O conjunto de sismómetros de longo período (LP), mais sensíveis às frequências mais baixas, e assim aos eventos sísmicos mais longínquos, está dotado de dois sensores horizontais (E-W e N-S) e um vertical (Z) do tipo Ewing-Press e da marca Sprengnether. O outro conjunto, de curto período (SP), tipo Benioff e da marca Geotech, é também constituído por três componentes do mesmo tipo e é sensível aos eventos sísmicos relativamente mais próximos. A unidade de aquisição incluía um relógio preciso de quartzo, um receptor de rádio (T.S.F) para a recepção dos sinais horários, um controlo de calibração, e um conjunto de baterias para o caso de falha da energia eléctrica. Os registos eram, originalmente, gravados em papel fotográfico através de galvanómetros muito sensíveis. Apenas em 1988, foi feita uma actualização para papel térmico. Esses registos heliográficos diários são designados de registos "analógicos" e são lidos como um livro, de cima para baixo e da esquerda para a direita, em linhas de 1 hora (LP) ou de 15 minutos (SP). A estação sismográfica, a componente, a amplificação, a data e a hora de início eram registados no canto superior esquerdo do papel.

## Sismógrafos WWSSN

O referido equipamento, integrado na WWSSN, foi desenvolvido por especificação da Seismology Division of the US Coast and Geodetic Survey e era constituído por seis sismómetros ou seja dois sismógrafos de três componentes (Fig. 1). O conjunto de sismómetros de longo período (LP), mais sensíveis às frequências mais baixas, e assim aos eventos sísmicos mais longínquos, está dotado de dois sensores horizontais (E-W e N-S) e um vertical (Z) do tipo Ewing-Press e da marca Sprengnether. O outro conjunto, de curto período (SP), tipo Benioff e da marca Geotech, é também constituído por três componentes do mesmo tipo e é sensível aos eventos sísmicos relativamente mais próximos. A unidade de aquisição incluía um relógio preciso de quartzo, um receptor de rádio (T.S.F) para a recepção dos sinais horários, um controlo de calibração, e um conjunto de baterias para o caso de falha da energia eléctrica. Os registos eram, originalmente, gravados em papel fotográfico através de galvanómetros muito sensíveis. Apenas em 1988, foi feita uma actualização para papel térmico. Esses registos heliográficos diários são designados de registos "analógicos" e são lidos como um livro, de cima para baixo e da esquerda para a direita, em linhas de 1 hora (LP) ou de 15 minutos (SP). A estação sismográfica, a componente, a amplificação, a data e a hora de início eram registados no canto superior esquerdo do papel.

Atualmente, a maior parte dos dados sísmicos são registados de forma digital, o que facilita interpretações mais detalhadas e mais rápidas dos sinais, utilizando para tal software específico para o efeito. São também usualmente utilizados sensores mais pequenos, de banda larga, em vez de grandes conjuntos de três sismómetros para cada tipo de período bem como o sinal de GPS, em vez de um receptor de rádio (T.S.F), para a recepção do tempo de sincronização.

Com o fim da Guerra Fria e com a reforma, na década de 90, de alguns dos funcionários que faziam a dedicada, laboriosa e regular manutenção do equipamento, a qual obrigava à colocação diária do papel bem como a calibração temporal e de amplitude, os sensores foram sendo gradualmente abandonados. Dessa forma temos feito um esforço, nos últimos quatro anos, para colocar os sensores novamente a colher dados e cujo objectivo será, para além da detecção de sismos, contribuir para a construção de um museu vivo e funcional de sismologia. A intenção será a de manter os elementos inactivos e obsoletos da WWSSN como uma parte visual da exibição ao mesmo tempo que se incorporou uma discreta unidade de conversão de sinal digital, dotada de amplificadores de baixo ruído e ADCs de 16 bits, de modo a converter sinal analógico, dos seis sismómetros anteriormente referidos, em formato digital.

## O Registo Sísmico de Explosões Nucleares

A busca de eventuais sismos históricos através da determinação da causa efectuada numa base de dados de eventos nucleares (Nuclear Explosion DataBase - NEDB)<sup>2</sup>, conduziu à confirmação do local, data e hora e até mesmo a magnitude de algumas das experiências nucleares.

Posteriormente foram consultados os registos diários das folhas heliográficas depositadas no arquivo do IGUP para averiguar de forma preliminar a presença de eventos sísmicos (Fig. 2). Para a análise dos registos sísmicos foram apenas utilizadas a hora de recepção das ondas sísmicas e através do cálculo da distância angular entre a estação do IGUP e o epicentro dos sismos foi possível fazer corresponder, de forma preliminar, os dados interpretados dos sismogramas aos respectivos eventos explosivos.

Utilizou-se também um gráfico de distancia-tempo das ondas sísmicas (Fig. 3) para avaliar a chegada das diversas fases principais (P, S e Ondas de Superfície).

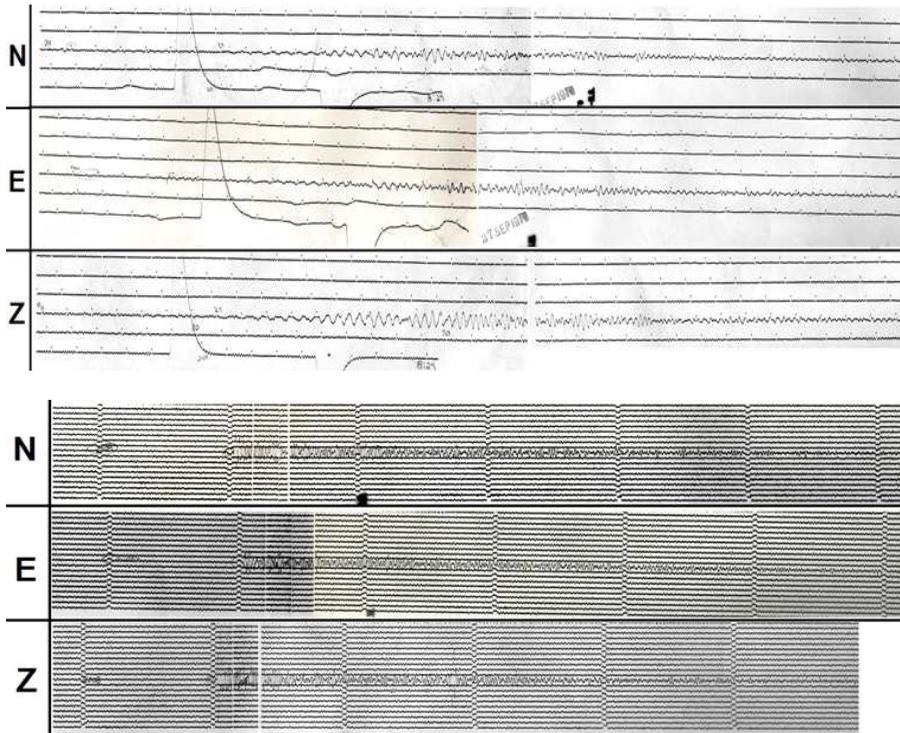


Figura 2. Registos heliográficos das seis componentes de um evento sísmico nuclear (Novaya Zemlya, 1971) registado no IGUP (LP, três componentes superiores e SP, três componentes inferiores)



Localização	Distância Angular	Interpretação Gráfica	
		Tempo de trajeto das primeiras chegadas de ondas P	Tempo diferencial entre a chegada das ondas S e ondas P (S-P)
Novaya Zemlya	43.54°	7000 56000	6000 23000
Semipalatinsk	58.52°	9 000 49 000	7000 58000

Tabela 1. Tempos comparativos de chegada para os dois locais de origem das explosões nucleares. (em S-P) entre o gráfico da figura 3 e valores mais precisos tabelados.

Foram encontrados, para já, sete eventos nucleares Soviéticos dos quais abordamos em baixo apenas dois, um em Novaya Zemlya e outro em Semipalatinsk.

Como se pode verificar pela tabela 1 e pela figura 4, ocorreram em dois locais diferentes que hoje correspondem, respectivamente, a uma ilha da Rússia no Circulo Polar Ártico e um local remoto no Leste do Cazaquistão.

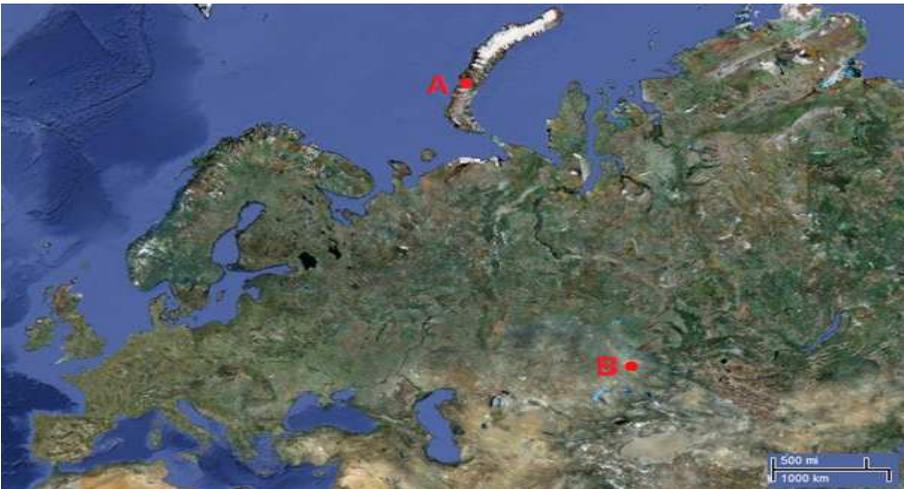


Figura 4 . Posicionamento geográfico dos locais de teste de explosões nucleares: Novaya Zemlya (A) e Semipalatinsk (B).

Os dois eventos possuem respectivamente duas distâncias angulares,  $43.54^\circ$  e  $58.52^\circ$ . Com a distância angular fez-se uma correspondência aos tempos que demoram a ser registadas as primeiras chegadas das ondas P e das ondas S após o evento explosivo ocorrer. Porém é necessário ter em consideração um pormenor interessante relativamente à hora adoptada em Portugal continental a qual estava de acordo com a hora da Europa ocidental em vez da habitual hora UTC contemporânea.

Nos sismogramas analisados (Fig. 2) o único que apresenta sinal visível em todas as componentes é o evento nº1 até porque foi o de maior magnitude, os restantes apresentam registo assinalável apenas nos sismogramas de curto período.

## Conclusões

Neste momento os referidos sensores estão a caminho de ganharem uma segunda vida e estão de volta à actividade e em fase de testes para averiguar as características de calibração bem como para a difusão e armazenamento adequado do sinal digital. No que diz respeito aos registos analógicos, armazenados no acervo do IGUP, foram identificados com sucesso alguns eventos explosivos de origem nuclear.

Com a crescente importância da garantia do cumprimento do tratado de abolição de testes de armas nucleares, promovido em sede das Nações Unidas e assinado pela maioria dos países integrantes, a monitorização global deste tipo de testes, a qual é promovida pelo Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty Organization (CTBTO), ganha uma nova importância no cenário pós-Guerra Fria<sup>3</sup>. Prova disso são os recentes testes efectuados pela Coreia do Norte os quais foram detectados por algumas estações sismológicas a nível global. Pensamos assim que para além da componente educativa em ciência esta unidade museológica viva poderá também contribuir para relembrar às crianças, aos adolescentes e aos adultos para aquilo que foi a Guerra Fria e para o papel discreto que a Universidade do Porto teve nesse período da História recente.

## Agradecimentos

Este trabalho enquadra-se, em termos de resultado, no projeto de reabilitação do Instituto Geofísico da Universidade do Porto (IGUP), NORTE-07-0162-FEDER-000114 e insere-se, igualmente, nas atividades do Instituto das Ciências da Terra (ICT).

## Referências

1. Seismic Bulletin, Publications Geophysical Institute, University of Porto, Observatory of Serra do Pilar, Annex to the Faculty of Sciences, 1963 No. 6
2. <http://www.rdds.info/>
3. Zucca, J., Forensic Seismology Supports the Comprehensive Test Ban Treaty, Science & Technology Review September 1998

**DEFESA, EDUCAÇÃO E ECONOMIA**  
**INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**  
**PROJETOS E APLICAÇÕES DE DUPLO USO**

**Professor Doutor Augusto Barata da Rocha,**

*Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto,  
Membro do Conselho do Ensino Superior Militar (CESM), Ministério da Defesa Nacional*

*O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia e o Papel da Cooperação*

*Desafios e Opções para Portugal*

 Centro de Estudos EuroDefense Portugal

Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**Defesa, Educação e Economia**

*Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico:  
Projetos e Aplicações “Double Use”*

**Augusto Barata da Rocha**  
Departamento de Engenharia Mecânica  
FEUP

 GOVERNO DE PORTUGAL

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

 FEUP PORTO  
FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO



**U. PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**AGENDA**

**INTRODUÇÃO**

- 1.1 A Evolução Tecnológica
- 1.2 Situações de Stress Actuais e Futuras

**ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA**

- 2.1 Conceito Estratégico de Defesa Nacional (PON) (2003)
- 2.2 National Security Strategy (USA) (2010)
- 2.3 European Defense Agency's Strategic Framework (EDA) (2008)
- 2.4 A Base Tecnológica e Industrial de Defesa (2011)
- 2.5 Estratégia de I&D de Defesa (2011)

**ECONOMIA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, AMBIENTE E DEFESA**

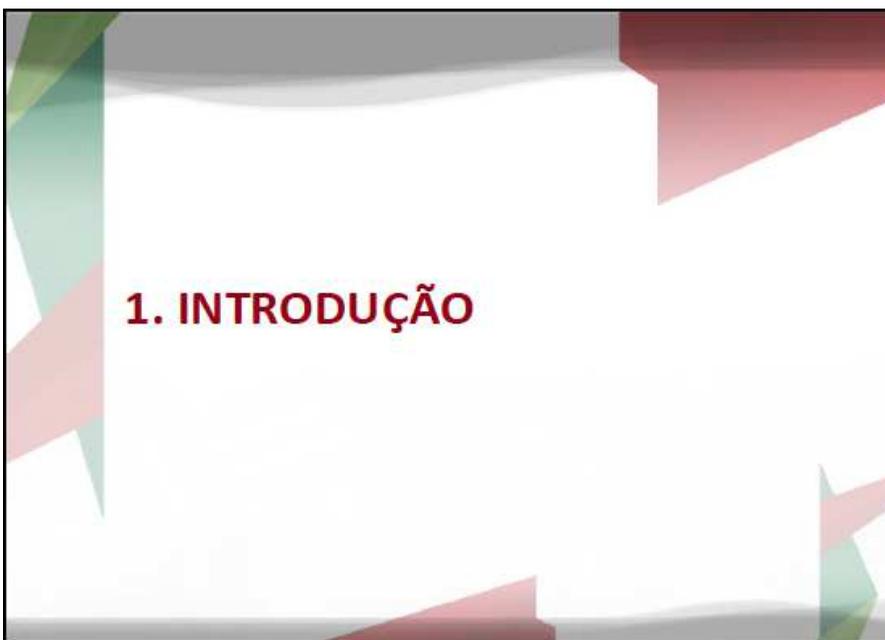
**PROJECTOS DE I&D NO INEGI/UP**

**CONCLUSÕES**

**CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL**

AM, 2008/2009, 2011

Agosto 2012 da Escola Facultade de Leis da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2012 2



**1. INTRODUÇÃO**

**U. PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

1. INTRODUÇÃO

## EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA SÉC. XIX E SÉC. XXI

# Inovações Militares

1860 1870 1880 1890 1900 1910 1920 1930 1940 1950 1960 1970 1980 1990 2000

**MARGARINA<sup>1868</sup>**  
Aplicação Civil: 1872

**ENERGIA NUCLEAR<sup>1942</sup>**  
Aplicação Civil: 1951

**MICRO ONDAS<sup>1946</sup>**  
Aplicação Civil: 1947

**ULTRA SONS<sup>1907</sup>**  
Aplicação Civil: 1963

**COMPUTADOR<sup>1943</sup>**  
Aplicação Civil: 1950

**GPS<sup>1960</sup>**  
Aplicação Civil: 1996

**AVIÃO A JACTO<sup>1944</sup>**  
Aplicação Civil: 1952

**INTERNET<sup>1969</sup>**  
Aplicação Civil: 1988

Augusto Barata de Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 4

**U. PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

1. INTRODUÇÃO

## EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA SÉC. XIX E SÉC. XXI

# Inovações Cívicas

1860 1870 1880 1890 1900 1910 1920 1930 1940 1950 1960 1970 1980 1990 2000

**LEITE CONDENSADO<sup>1800</sup>**  
Aplicação Militar: 1861

**TELEFONE<sup>1871</sup>**  
Aplicação Militar: 1878

**AUTOMÓVEL<sup>1888</sup>**  
Aplicação Militar: 1916

**AVIÃO<sup>1903</sup>**  
Aplicação Militar: 1909

**TEFLON<sup>1938</sup>**  
Aplicação Militar: 1944

**LASER<sup>1963</sup>**  
Aplicação Militar: 1959

Augusto Barata de Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 5

**U PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia  
e o Papel da Cooperação**  
*Desafios e Opções para Portugal*



Centro de Estudos EuroDefense  
Portugal

2ª Paineil  
**Economia de Defesa:**  
*A sustentabilidade da base tecnológica e industrial de defesa europeia  
e o papel da cooperação no desenvolvimento de capacidades”*



**SITUAÇÕES MUNDIAIS DE STRESS ACTUAIS  
E FUTURAS**

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 6

**U PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia  
e o Papel da Cooperação**  
*Desafios e Opções para Portugal*



Centro de Estudos EuroDefense  
Portugal

2ª Paineil  
**Economia de Defesa:**  
*A sustentabilidade da base tecnológica e industrial de defesa europeia  
e o papel da cooperação no desenvolvimento de capacidades”*



**SITUAÇÕES MUNDIAIS DE STRESS ACTUAIS  
E FUTURAS**

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 6

**U. PORTO**  
FELUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia  
e o Papel da Cooperação**  
*Desafios e Opções para Portugal*



Centro de Estudos EuroDefense Portugal

2º Painel  
**Economia de Defesa:**  
*A sustentabilidade da base tecnológica e industrial de defesa europeia  
e o papel da cooperação no desenvolvimento de capacidades"*



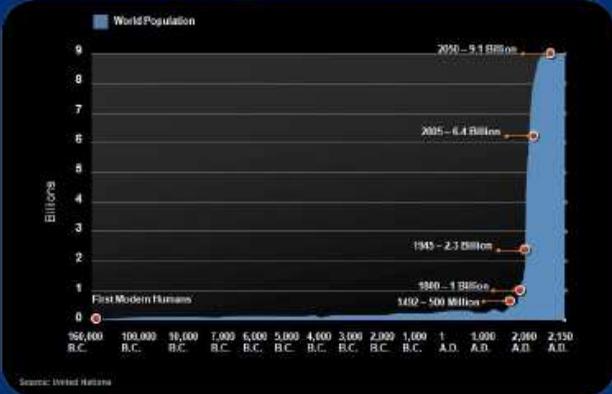
**SITUAÇÕES MUNDIAIS DE STRESS ACTUAIS  
E FUTURAS**

Augusto Saraiva de Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 6

**U. PORTO**  
FELUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**SITUAÇÕES DE STRESS ACTUAIS E FUTURAS**  
**Crescimento da População Mundial**

1. INTRODUÇÃO



Year	Population (Billions)
1000	1
1945	2.3
2005	6.4
2050	9.1

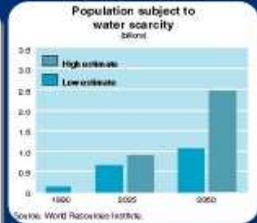
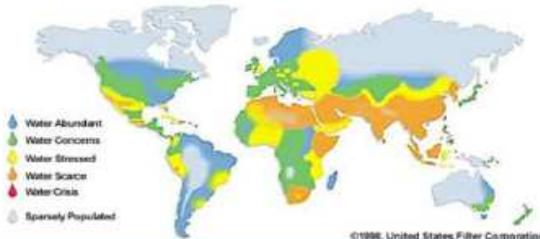
Source: United Nations

The world population is the population of humans on the planet Earth. An automatically updated daily calculation by the United States Census Bureau estimates the current figure to be 6,882,400,000

Augusto Saraiva de Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 7

## SITUAÇÕES DE STRESS ACTUAIS E FUTURAS Água Potável (Scarcity and Stress)

### Compounded By Population Growth & Infrastructure Needs (Through 2020)



The Future Joint Operating Environment (JOE).  
USIFCOM J9 - Deep Futures. Cleared For Public Release. Administrative/Operational Use, 16 Nov 07  
[http://www.us.af.mil/au/awc/awgate/ffc/joe\\_dec2007\\_inf.ppt](http://www.us.af.mil/au/awc/awgate/ffc/joe_dec2007_inf.ppt)

## SITUAÇÕES DE STRESS ACTUAIS E FUTURAS

### Pobreza, Subdesenvolvimento e Desigualdade de Oportunidades

Distribuição da Riqueza e Desigualdade de Oportunidades na Educação, Ciência, Cultura, Alimentação, Saúde, etc.)



**925 million hungry people in 2010**

Food and Agriculture Organization of the United Nations  
[http://www.fao.org/index\\_en.htm](http://www.fao.org/index_en.htm)

U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

1. INTRODUÇÃO

## SITUAÇÕES DE STRESS ACTUAIS E FUTURAS

### Evolução do Consumo Energético (Global Energy Stress)

**World Energy Consumption**  
Projections - 2015-2035 (reference and projection years)

Oil	40%
Coal	20%
Natural Gas	20%
Nuclear Fission	8%
Hydro Power	8%
Other	4%

**World Energy Use 1991** vs **World Energy Use Mid 21st Century**

The Future Joint Operating Environment (JOE).  
USIFCOM J9 - Deep Futures. Cleared For Public Release. Administrative/Operational Use, 16 Nov 07  
[http://www.au.af.mil/au/aw/awcgate/j9com/j9e\\_dec2007\\_m9.ppt](http://www.au.af.mil/au/aw/awcgate/j9com/j9e_dec2007_m9.ppt)

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 10

U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

1. INTRODUÇÃO

## SITUAÇÕES DE STRESS ACTUAIS E FUTURAS

### Preservação Ambiental

**Recent Sea Level Rise**  
23 Annual Tide Gauge Records  
— Three Year Average  
— Satellite Altimetry

**CO<sub>2</sub> Concentration (ppm)**  
Year

The Future Joint Operating Environment (JOE).  
USIFCOM J9 - Deep Futures. Cleared For Public Release. Administrative/Operational Use, 16 Nov 07  
[http://www.au.af.mil/au/aw/awcgate/j9com/j9e\\_dec2007\\_m9.ppt](http://www.au.af.mil/au/aw/awcgate/j9com/j9e_dec2007_m9.ppt)

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 11

**U PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

1. INTRODUÇÃO

## SITUAÇÕES DE STRESS ACTUAIS E FUTURAS

### FUTURAS ???



*Terrorismo, Migrações, Pirataria, ???*

Augusto Bereta de Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 12

## 2. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA

U. PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

2. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA

CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL (2003)

GOVERNO DE PORTUGAL

Introdução

- Implosão da União Soviética, Europa Central e Oriental, Globalização
- *Novos riscos e potenciais ameaças, de que os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 são o paradigma*
- *O terrorismo transnacional, actuação à escala global, conjugando a violência tradicional, decorrente de atentados e acções bombistas, com a possível utilização do ciberespaço e de meios de destruição maciça*
- *O papel da Organização das Nações Unidas (ONU/UN), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE/OCDE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO)*

CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

Resolução do Conselho de Ministros PE 6/2003  
DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-B 279

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 14

U. PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

2. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA

NATIONAL SECURITY STRATEGY (USA, May, 2010)

THE PRESIDENT JOHN F. KENNEDY LIBRARY

- ...
- *Our strategy starts by recognizing that our strength and influence abroad begins with the steps we take at home.*
- *We must grow our economy and reduce our deficit.*
- *We must educate our children to compete in an age where knowledge is capital, and the marketplace is global.*
- *We must develop the clean energy that can power new industry, unbind us from foreign oil, and preserve our planet.*
- *We must pursue science and research that enables discovery, and unlocks wonders as unforeseen to us today as the surface of the moon and the microchip were a century ago.*
- *Simply put, we must see American innovation as a foundation of American power.*
- ...

Barack Obama, The White House, Washington, May 2010

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 15

## NATIONAL SECURITY STRATEGY

Advancing Our Interests

Prosperity



- Enhance Science, Technology, and Innovation
- Strengthen Education and Human Capital
  - Improve Education at All Levels
  - Invest in Science, Technology, Engineering, and Math Education
  - Increase International Education and Exchange
- Spend Taxpayers' Dollars Wisely
  - Reduce the Deficit
  - Reform Acquisition and Contracting Processes
  - Increase Transparency
- The foundation of American leadership must be a prosperous American economy
- To succeed, we must also ensure that America stays on the cutting edge of the science and innovation that supports our prosperity, defense, and international technological leadership.

## STRATEGIC FRAMEWORK— EDA (European Defense Agency, 2008)

### EDA FOUR STRATEGIES



*In 2007-2008 the EDA Steering Board has endorsed four strategies, providing the destinations and setting the course. Together they form the Strategic Framework to guide the activities of the Agency and its 26 participating Member States:*

1. Capability Development Plan (CDP)
2. European Defense Research & Technology (EDRT)
3. European Armaments Cooperation (EAC)
4. European Defense Technological and Industrial Base (EDTIB)

 **2. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA** 

## STRATEGIC FRAMEWORK – EDA FOUR STRATEGIES

### 1. *Capability Development Plan (CDP)*

*The CDP is the overall strategic tool, the 'driver' for R&T investment, for armaments cooperation and for the defence industries.*

#### **Top ten capabilities priorities**

- *Counter-Improvised Explosives Devices*
- *Medical support*
- *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*
- *Helicopters*
- *Cyber Defence*
- *Multinational logistics support*
- *CSDP Information Exchange*
- *Strategic & Tactical Airlift Management*
- *Fuel & Energy*

 **2. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA** 

## STRATEGIC FRAMEWORK – EDA FOUR STRATEGIES

### 2. *European Defence Research & Technology (EDRT) - ENDS*

#### **22 R&T Priorities**

- *RF generic technologies (components, processing, systems, integration) and multifunction RF technologies;*
- *Electro-Optical Systems & Integration;*
- *Electronics Hardware;*
- *Structural Modelling Design & Through Life Support;*
- *Networked sensor control, management and cueing;*
- *Command and control technologies (campaign /ops/ mission planning and mgt, battlespace mgt, shared situational understanding, data fusion / mining / reduction, image exploitation, innovative Sensors for Urban Warfare, including acoustic and seismic sensors);*
- *HF, VHF & UHF Communication Technologies;*
- *Waveform design, spectrum and bandwidth management;*
- *Network Management in NEC operations (Fault, Configuration, Administration, Performance & Security management);*

Augusto Barata de Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 19




2. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA

## STRATEGIC FRAMEWORK – EDA FOUR STRATEGIES


**EUROPEAN DEFENCE AGENCY**

### 2. European Defence Research & Technology (EDRT) - ENDS

**22 R&T Priorities (continuação)**

- Technologies for secure and robust information management, information exchange and communications;
- Human integration and interoperability;
- Energetics & Energetic Materials;
- Soldiers Systems (incl. integration into Systems of Systems and NEC);
- Counter-mine (land), gap-crossing and counter-mobility systems;
- Power source and supply technologies;
- Ground Platform technologies (structure, mobility...) and mounted platform systems;
- Uninhabited land systems;
- Aerial platform technologies (airframes, propulsion, aerodynamics, structures, control... - incl. Helicopters, UAVs (incl. High altitude platforms);
- Environment definition (Oceanographic & hydrographic techniques and analysis);
- Uninhabited naval systems, especially underwater systems;
- Physical protection;
- Concepts, design, integration, simulation & modelling;

Augusto Barata da Rocha      Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015      20




2. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA

## A BASE TECNOLÓGICA E INDUSTRIAL DE DEFESA (2011)

### ESTRATÉGIA DE I&D DE DEFESA (2011)

Escala de maturidade tecnológica

TIR	1/2/3	4/5	6	7/8	9
Technology Readiness Level	Estudos básicos	Integração laboratorial de componentes	Demonstrador da Sistema	Protótipo	Validação em condições operacionais de utilização
	Estratégia de I&D de Defesa				
	Investigação e Tecnologia			Transferência Tecnológica	
Phases	I&T Básica	I&T Aplicada	Demonstração	Desenvolvimento	Produção

???

**Produtos Comerciais**

**“Double Use”**

Augusto Barata da Rocha      Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015      21

U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

2. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA

ESTRATÉGIA DE I&D DE DEFESA

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

**Áreas Prioritárias**

**TECNOLOGIAS**

- Materiais Energéticos (*Energetic Materials*)
- Opto-Electrónica (*Opto-electronics*)
- Tecnologias de Informação e Comunicações (*Information & Communication Technologies*)
- Sensores e Tecnologias de Radar (*Radar Technologies & Sensors*)
- Tecnologias de Defesa QBRN (*CBRN Defence Technologies*)
- Biotecnologias (*Biotechnologies*)
- Nanotecnologias (*Nanotechnologies*)
- Tecnologias Energéticas (*Energy Systems*)
- Mísseis e Tecnologias de Propulsão (*Missiles & Propulsion Systems*)
- **Tecnologias Engineering & Tooling (*Engineering & Tooling Technologies*)**

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 22

U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

2. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA

ESTRATÉGIA DE I&D DE DEFESA

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

**Áreas Prioritárias**

**SISTEMAS**

- *Vigilância Satélite e Tecnologia Militar Espacial (Satellite Surveillance and Military Space Technology)*
- ***Robôs e Veículos não-tripulados (Robotics & Unmanned Systems)***
- *Sistemas de Comando e Controlo (Command & Control Systems)*
- *Ambiente Operacional (Operating Environment)*

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 23

U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

2. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DEFESA

ESTRATÉGIA DE I&D DE DEFESA

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

**Áreas Prioritárias**

**DOMÍNIOS DA INTEGRAÇÃO**

- *Modelação e Simulação (Defence Modelling & Simulation)*
- *Guerra Electrónica e Sistemas de Energia Dirigida (EW & DEW Systems)*
- *Factores Humanos e Medicina (Human Factors & Medicine)*
- *Protecção Individual (Individual Protection)*

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 24

### 3. ECONOMIA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, AMBIENTE E DEFESA

U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

3. ECONOMIA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, AMBIENTE E DEFESA

## PILARES DE DESENVOLVIMENTO, "PROSPERITY" E SOBERANIA

Valores

Educação  
Ciência  
Inovação

Defesa

Ambiente

Economia

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 26

U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

3. ECONOMIA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, AMBIENTE E DEFESA

## Indicadores Gerais de Portugal (2011)

### THE 12 PILLARS OF COMPETITIVENESS

Stage of development

1	Transition 1-2	2	Transition 2-3	3
Factor driven		Efficiency driven		Innovation driven

1° Switzerland  
2° Singapore  
...  
49° Portugal  
...  
144°

- + Infraestruturas
- + Saúde
- + Tecnologias
- +/- Ensino Superior
- Ambiente Macroeconómico
- Inovação

World Economic Forum 2012-3 'Competitiveness Report'

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 27

**U PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

3. ECONOMIA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, AMBIENTE E DEFESA

## Indicadores Gerais de Portugal (2011) – PIB per Capita

**Key indicators, 2011**

Population (millions) ..... 11.2  
 GDP (US\$ billions) ..... 238.9  
 GDP per capita (US\$) ..... 22,413  
 GDP (PPP) as share (%) of world total ..... 0.32

**GDP (PPP) per capita (int'l \$), 1990–2011**

World Economic Forum 2012-3 "Competitiveness Report"

Augusto Barata da Rocha      Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015      28

**U PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

3. ECONOMIA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, AMBIENTE E DEFESA

## Panorama das Exportações Nacionais (Banco de Portugal, 2009\*)

**Evolução dos Sectores Exportadores por Intensidade Tecnológica**  
LT, MHT, MLT, HT

**RCA – Revealed Comparative Advantage (Balassa Index) (1967 a 2004)**

Export sector	Exportation market share (2004)	Technology intensity	RCA (min a max)
Textiles, leather and footwear	≈20%	LT	3,1 a 4,4
Motors, vehicles and trailers	≈15%	MHT	0 a 1,3
Wood, paper & printed	≈10%	LT	2,1 a 3,3
Food products, beverage and tobacco	≈7%	LT	0,9 a 2,1

\* The Portuguese Economy in the Context of Economic, Financial and Monetary Integration, Economics and Research Department, Banco de Portugal, 2009

Augusto Barata da Rocha      Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015      29



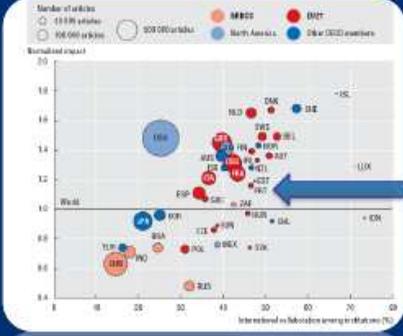
**U. PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO



3. ECONOMIA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, AMBIENTE E DEFESA

## Ciência e Inovação em Portugal

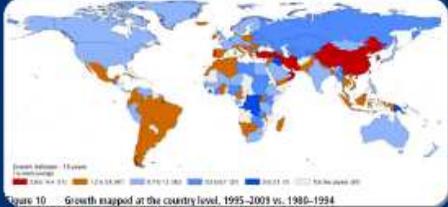
Nº de artigos, Impacto de Publicações Científicas e Colaboração Internacional (2003-2009)



**Number of articles:**  
○ 10 000 articles  
○ 500 000 articles  
○ 100 000 articles

**International impact:**  
○ 0.8  
○ 1.0  
○ 1.2  
○ 1.4  
○ 1.6  
○ 1.8  
○ 2.0

**Legend:**  
● AMRO  
● ENIT  
● North America  
● Other OECD countries



**Figure 10 - Growth mapped at the country level, 1995-2009 vs. 1980-1994**

**Source:** Science-Metrix using Web of Science (Thomson Reuters) 30 Years in Science - Secular Movements in Knowledge Creation [www.science-metrix.com/30years-Paper.pdf](http://www.science-metrix.com/30years-Paper.pdf)

**Source:** OECD and Scimago Research Group (CSIQ) (forthcoming), Report on Scientific Production, based on Scopus Custom Data, Elsevier, June 2011.

Augusto Saraiva de Rocha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015

30

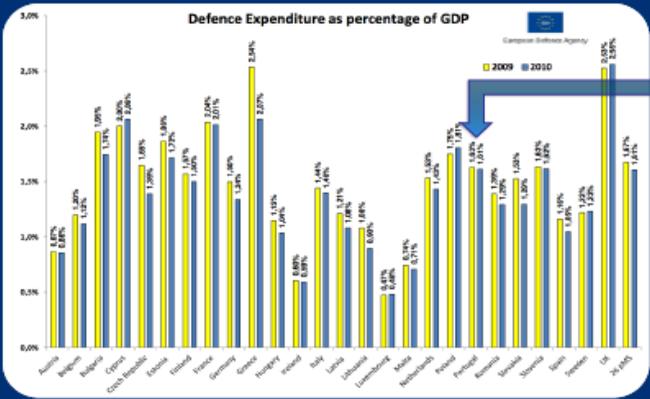


**U. PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO



3. ECONOMIA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, AMBIENTE E DEFESA

## Despesa com a Defesa em % do PIB - EU 2009/2010



**Defence Expenditure as percentage of GDP**

**Legend:** 2009 (blue), 2010 (yellow)

**European Defense Agency**

**POR (2010): 1,61%**

**European Defense Agency**  
**Defence Data: EDA participating Member States in 2010 – DEFENCE EXPENDITURE**  
[http://www.eda.europa.eu/Libraries/Documents/National\\_Defence\\_Data\\_2010\\_4-rtb-ashx](http://www.eda.europa.eu/Libraries/Documents/National_Defence_Data_2010_4-rtb-ashx)

Augusto Saraiva de Rocha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015

31

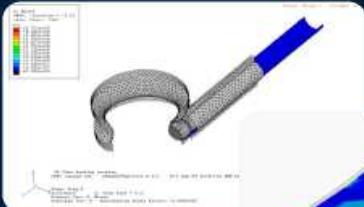




U.PORTO  
FELIP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

4. PROJECTOS DE I&D NO INEGI/UP

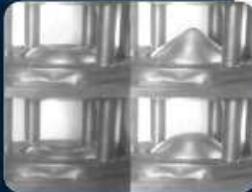
## MODELAÇÃO NUMÉRICA



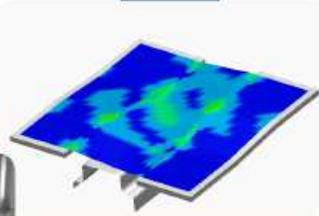
Dobragem de tubos



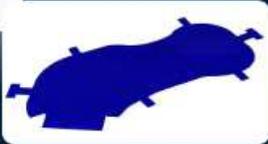
Impacto de projétil



Electromagnetic forming



Estampagem convencional



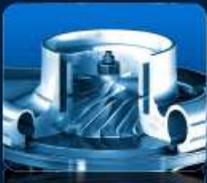
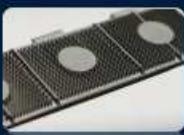
Augusto Barata de Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 36

U.PORTO  
FELIP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

4. PROJECTOS DE I&D NO INEGI/UP

## LIGAS DE TITÂNIO E SUPERLIGAS DE NÍQUEL

Fusão e vazamento de ligas de titânio e níquel. Desenvolvimento dos processos, incluindo equipamento para fundição em vácuo, para a produção de componentes de elevado desempenho para a indústria automóvel e aeronáutica.



Desenvolvimento de placas dissipadoras em titânio para reactores de aviões da **Rolls Royce**

PARCEIROS: Zoller & Comandita, Rolls Royce

Augusto Barata de Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 37

## ENROLFILAM – PLUMA

Projecto galardoado com o prémio “Spirit of Conquest” do JEC Innovations Composite Awards Programme”

Reservatórios em materiais compósitos para médias/altas pressões:

- Desenvolvimento da tecnologia de produção por enrolamento filamentar
- Fabricação de protótipos funcionais
- Ensaios de pressão
- Ensaios de vaporização



PARCEIROS: Amtrol-Alfa, PIEP, Saint Gobain



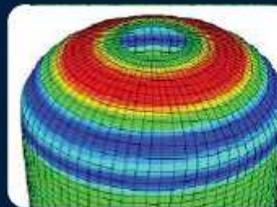
Agustão Barata de Rocha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015

38

## DESENVOLVIMENTO DE CÂMARAS HIPERBÁRICAS

Desenvolvimento de câmaras hiperbáricas que visam permitir a simulação, em laboratório, de condições ambientais subaquáticas até profundidades de 2000 metros.



PARCEIROS: IMAR, CIMAR



- Simulação de vida marinha em profundidade



Agustão Barata de Rocha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015

39

## UAS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS AERONÁUTICOS NÃO TRIPULADOS

O domínio dos Sistemas Aeronáuticos Não Tripulados adquiriu uma dimensão significativa na área dos Materiais e Estruturas Compósitas no INEGI. Estão em curso três grandes projetos com um horizonte até 2017.



Projecto STeP UAV



Projecto PITVANT



Projecto IMPERIO-PAIC

## PROJECTO STeP UAV

O projecto tem como objectivo o desenvolvimento de sistemas de produção de baixo custo para aeronaves civis não tripuladas (UAS).



PARCEIROS: Spin.Works



U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

4. PROJECTOS DE I&D NO INEGI/UP

## PROJECTO IPAIC - PORTUGUESE AEROSPACE INDUSTRY

O projeto tem como objectivo o desenvolvimento de sistemas civis de aviação não tripulados (UAS) para desempenho de missões de vigilância marítima de monitorização de incêndios.



PARCEIROS: Active Space, SETsa, Spin.Works, PIEP, INEGI, Edisoft, Critical Software, Tekever, GMV, Empordef TI e Centi.

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 42

U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

4. PROJECTOS DE I&D NO INEGI/UP

## AUV / L-AUV (LIGHT - AUTONOMOUS UNDERWATER VEHICLE)

Desenvolvimento/Construção de sistemas AUVs e ROVs

- Inspeção de equipamentos e estruturas offshore
- Recolha de amostras
- Levantamento do relevo do fundo do mar



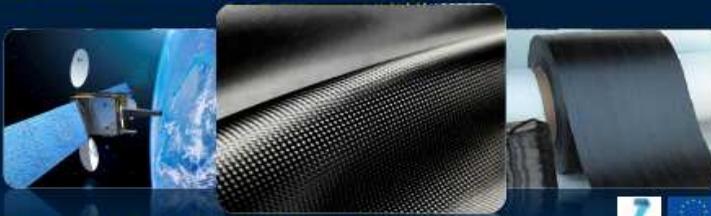
PARCEIROS: LSTS, FEUP

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 43

## EUCARBON: EUROPEAN SPACE QUALIFIED CARBON FIBRES AND PRE-IMPREGNATED BASED MATERIALS

O projeto pretende colmatar as necessidades europeias de produção de matérias com base em fibras de carbono e pré-impregnados para a indústria aeronáutica. Estes materiais são essenciais para a inovação tecnológica no setor aeroespacial, defesa e automóvel.

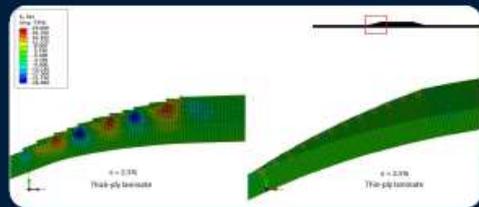
Atualmente este tipo de materiais são produzidos fora da Europa ou sob supervisão e autorização de empresas não europeias. **Esta situação enfraquece a competitividade da indústria aeroespacial europeia (precursor, fibra acrílica de poliacrilonitrilo (PAN)).**



PARCEIROS: INEGI (Portugal), Fisepe (Portugal), EADS (Spain), CTL (Ireland)

## NOVOS MATERIAIS AVANÇADOS PARA AERONÁUTICA E ESPAÇO

Materiais compósitos ultra-finos



### RESULTADOS E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Os novos materiais desenvolvidos têm um enorme potencial para reduzir a massa das estruturas utilizadas na indústria aeroespacial. A título de exemplo, demonstrou-se que é possível reduzir 1ton à massa do Ariane V utilizando uma das tecnologias desenvolvidas.

PARCEIROS: ESA, Airbus, Standford U., HPS, Chomarat, DLR, MT Aerospace, Invent

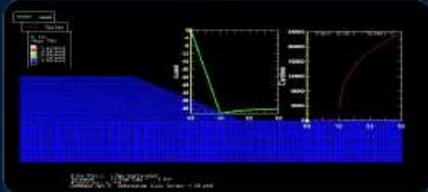
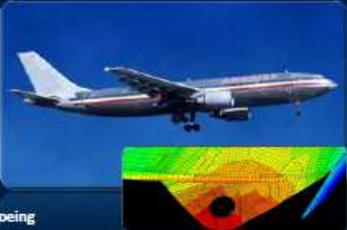
U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

4. PROJECTOS DE I&D NO INEGI/UP

## DESENVOLVIMENTO DE MÉTODOS DE ANÁLISE AVANÇADOS PARA MATERIAIS COMPÓSITOS UTILIZADOS EM AEROESTRUTURAS

"NASA H.J.E. Reid Award for Outstanding Scientific Paper"  
"NASA R.T. Whitcomb Aerospace Technology Transfer Award".

- Os modelos computacionais implementados nos códigos de projeto estrutural utilizados pela indústria aeroespacial (Abaqus, LS-DYNA, Hypersizer, NASTRAN, ESACOMP).
- Os modelos computacionais desenvolvidos no estudo das causas de rotura do estabilizador vertical de um avião que sofreu uma queda em Nova Iorque em 2001 (American Airlines 587).

PARCEIROS: NASA, Airforce Research Laboratory, Airbus, Aernnova, Boeing

Augusto Barata de Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 46

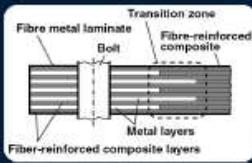
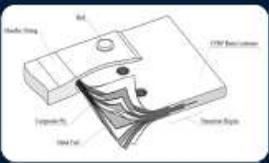
U PORTO  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

4. PROJECTOS DE I&D NO INEGI/UP

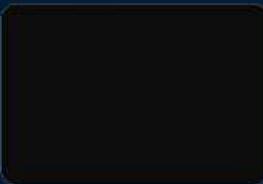
## NOVOS MATERIAIS AVANÇADOS PARA AERONÁUTICA E ESPAÇO

Materiais híbridos para ligações críticas em satélites e lançadores



Materiais compósitos de rigidez variável baseados em fibras curvas


Augusto Barata de Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 47

## L.I.F.E – LIGHTER, INTEGRATED, ECO-FRIENDLY AND EFFICIENT AIRCRAFT CABIN

### Projecto do interior de um Jato Executivo



PARCEIROS: Embraer Brasil, Amorim Cork Composites, Couro Azul, Almadesign



## UIM – UNIVERSIDADE ITINERANTE DO MAR

A UIM foi criada em 2006. É um projecto conjunto da U. Porto, da U. Oviedo e da Escola Naval. Ao longo das suas diferentes edições anuais a UIM permitiu já a mais de 300 alunos de diferentes universidades europeias e latino americanas uma experiência de formação rica e diversificada em que alternam momentos de formação em Academia, momentos de Navegação e a realização de Trabalhos e Projectos num ambiente multidisciplinar e em cooperação.



PARCEIROS: Universidade do Porto, Universidade de Oviedo, Escola Naval

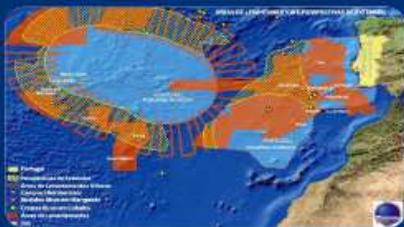


## 5. CONCLUSÕES

Contexto Nacional  
Estratégia Nacional

### CONTEXTO NACIONAL

- POPULAÇÃO (em Portugal e no Estrangeiro)  
(10,5 Milhões+ 4,8 Milhões)
- TERRITÓRIO
  - ESPAÇO TERRESTRE ( 92 212 km<sup>2</sup> )
  - ESPAÇO MARÍTIMO (ZEE+ PC)
  - ESPAÇO AÉREO



#### ZEE

- Portugal Continental 327 667 km<sup>2</sup>
- Açores 953 633 km<sup>2</sup>
- Madeira 446 108 km<sup>2</sup>
- ZEE Portugal Total: 1 727 408 km<sup>2</sup>

#### EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL(+ 200 Nm )

- Total: 3 877 408 km<sup>2</sup>
  - 40 x área Portugal Continental
  - Ranking Portugal
    - 10<sup>o</sup> Mundo
    - 3<sup>o</sup> Europa

## CONTEXTO NACIONAL

### Consciência de:

- Dimensão do País
- Recursos Naturais
- Posicionamento Tecnológico
- Situação Económica e Financeira

### Promover:

- Posição Geoestratégica Euroatlântica
- Cooperação Internacional (EU, ONU, OCDE, NATO)
- Relacionamento Internacional (PALOP e Brasil)

## ESTRATÉGIA NACIONAL

### Visão

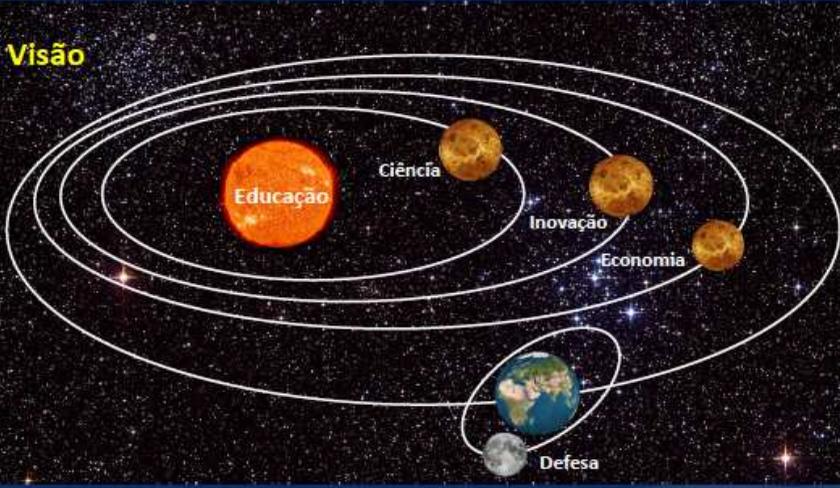
- Uma Estratégia de Desenvolvimento Nacional fortemente alicerçada na **Educação, no Conhecimento, na Ciência e na Inovação**
- Uma Estratégia de Desenvolvimento Nacional focada nos nossos **Recursos Endógenos** (Capital Humano e Recursos Naturais)
- Uma Estratégia de Defesa Nacional alinhada com a Estratégia de Desenvolvimento Nacional, compatível com a dimensão do País e dos seus constrangimentos




## ESTRATÉGIA NACIONAL

5. CONCLUSÕES

### Visão



Augusto Saraiva de Rocha
34




## ESTRATÉGIA NACIONAL

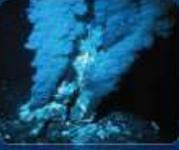
### Estratégia

Uma aposta em Áreas de Especificidade Nacional

- **Energias Renováveis Offshore**  
 Eólica, Ondas, Algas, Gradientes de Salinidade, Geotérmica, etc.
- **Biotecnologia Marinha e Aquacultura Offshore**
- **Exploração dos recursos energéticos fósseis**  
 Petróleo, gás natural e hidratos de gás - metano aprisionado em moléculas de água congelada
- **Exploração dos recursos minerais metálicos oceânicos**
  - Sulfuretos maciços polimetálicos (cobre, zinco, ouro, prata e outros metais ) (associados a fluidos hidrotermais enriquecidos que vêm à superfície nas dorsais mesoatlânticas).
  - Crustas e Nódulos Polimetálicos Fe-Mn (com Co+Ni+Cu+Zn)
  - Terras Raras - associados ao mineral monazite 17 elementos, Túlio, Cério, Ítrio, etc. (alta tecnologia)









Augusto Saraiva de Rocha
33



A. Barata da Rocha, ESF, European Science Foundation, 2010

## ESTRATÉGIA NACIONAL

### Estratégia

- Conhecimento e Exploração dos nossos Recursos Endógenos
- Aposta em **“nichos” de mercado** em que Portugal tem Excelência Científica e Tecnológica
- **Focar** e reduzir as áreas prioritárias de I&D da Defesa
- Aposta em tecnologias de **“Double Use”**
- Aposta na **produção** de equipamentos nacionais em substituição de importações para os quais existem competências e meios de produção (ROV's, UAV's, Navios, etc)

**U PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**5. CONCLUSÕES**

## ESTRATÉGIA NACIONAL (Budget Partilhado)

### Estratégia

Programas de Financiamento:

- EUROPEUS
- PORTUGAL 2020

Universidades

MINISTÉRIO DA DEFESA

Indústria Defesa

Empresas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Tecnologias de Duplo Uso

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Centros de I&D

Instituto de Defesa Nacional – CI  
IESM – CSDH  
Academia Militar – CIMAEM  
Escola Naval – CINAV  
Academia de Força Aérea – CIAFA.

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 38

**U PORTO**  
FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

## O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia e o Papel da Cooperação

Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**OBRIGADO**

Augusto Barata da Rocha  
FEUP  
CESM



Centro de Estudos EuroDefense Portugal

AMB, Capo Largo, 2008

Augusto Barata da Rocha Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9 de Novembro 2015 39



**Professora Doutora Liliana Reis**

**Conferencistas**

**Tenente-General**

**António Fontes Ramos**



**Professor Doutor Rui M. Marques Moura**



**Professora Doutora Teresa Cierco**

## ENCERRAMENTO—CONCLUSÕES

Daniela Miranda,

Mestranda em História, Relações Internacionais e Cooperação, FLUP

Primeiramente, realço a importância nos dias de hoje que este tema adquire nos debates e agendas internacionais e agradeço, a todos os oradores a sua presença nesta conferência onde foi possível um debate em que abordou-se vários aspetos que permitiram enriquecer e aprofundar o conhecimento em matéria de segurança e defesa. É relevante esta iniciativa, sobretudo para cativar os mais jovens, tendo em conta a baixa prioridade que é dedicado ao tema e pela posição pouca ativa na conceção e construção do processo de integração da UE. Com a emergência de novos desafios à segurança e com a globalização das ameaças, tendo como exemplo o terrorismo e o crime organizado e, mais recentemente a tragédia humanitária de migrações em massa na Europa, o espaço europeu enfrenta uma série de desafios para os quais tem que procurar soluções. Realçando-se, neste sentido, a importância conferida à Cooperação.

Com a globalização, a permeabilidade das fronteiras foi alterada, impondo-se aos estados um novo tipo de entendimento da sua inserção na comunidade internacional. Cada vez mais, a segurança e a defesa intensificam-se na fronteira de interesses em quadros coletivos e cooperativos. Com o fim do mundo bipolar, surge uma nova terminologia em matéria de segurança e defesa, ao qual tivemos o prazer de ouvir as contribuições dos oradores presentes que, contribuíram para dignificar esta conferência e proporcionar um amplo debate nesta matéria.

Uma vez identificadas as raízes dos problemas, é necessário uma maior cooperação das medidas e coordenação das mesmas. A cooperação entre estados, em matéria de segurança e defesa, foi impulsionada pelas ameaças e pelos desafios que ganharam uma dimensão internacional. O espaço europeu encontra-se debilitado devido às ameaças que ganharam contornos radicais e que não conhecem fronteiras. Combatê-las é possível com uma base de partilha de confiança entre os estados, tendo em consideração que, um país, isoladamente, não é capaz de combater eficazmente os desafios e as ameaças que país enfrenta, dado o cariz global das ameaças e, caso isso acontecesse, tornava-se uma contradição com o que se pretende com a cooperação.

Nesta área, um marco da política comum de segurança e defesa foi o Tratado de Lisboa, assinado em 2007 na cidade de Lisboa. Um recente tratado que atualiza e consolida a base jurídica do bloco ao qual pretendem reforçar a coesão do espaço europeu para que este projetasse uma imagem de maior eficiência e transparência. Neste sentido, importa salientar que o Tratado de Lisboa assentou nas medidas de maior relevância quanto aos mecanismos de ação externa da UE.

No que respeita às ameaças e riscos que Portugal enfrenta, estas decorrem das conceções definidas no quadro de Aliança Atlântica e da UE. São ameaças e riscos transnacionais,

promovidos por atores cada vez mais difusos, o que exige um conceito de segurança cooperativa através de um esforço conjunto no quadro das organizações a que Portugal pertence. A crise económica e financeira reflete-se num impacto significativo na redução do orçamento da defesa, o que pode levar a que a crise financeira se transforme numa crise de segurança na Europa. Relembro que não pode haver segurança e defesa em que se verifique um estado de segurança económica e financeira.

Podemos concluir que a segurança da Europa está hoje mais ameaçada, num quadro em que os cidadãos europeus têm o direito de serem devidamente protegidos. Desta forma, as gerações atuais e, sobretudo, os jovens têm razões acrescidas para estarem mais atentos e preocupados com a segurança e a defesa, com o bem-estar, progresso e prosperidade, ao qual devem ser mais intervenientes no processo de gestão da mesma, não podendo dar-se continuidade a uma atitude de indiferença dos mais jovens perante valores estratégicos relacionados com a segurança e a defesa.



### Cerimónia de Encerramento



**Daniela Miranda,**  
*Mestranda*  
**Major-General Augusto Melo Correia,**  
*Vice-Pres. EuroDefense-Portugal*  
**Professora Doutora Inês Amorim,**  
*Presidente do DHEPI*

## SESSÃO FINAL

Major-General Augusto Melo Correia,  
Vice-Presidente da Direção do EuroDefense-Portugal

Professora Doutora Inês Amorim,  
Coordenadora Científica da Conferência e Presidente do Departamento  
de História e de Estudos Políticos e Internacionais

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Major-General Augusto Melo Correia**

As gerações europeias contemporâneas acostumaram-se a viver, durante demasiado tempo, num ambiente de tranquilidade, estabilidade e desenvolvimento económico, e deram por irreversivelmente adquirida a sua segurança, que, como sabemos pelas lições da História, constitui um bem essencial para a construção da paz e a sustentabilidade do progresso e prosperidade.

Deste clima de aparente tranquilidade e ausência de ameaças e de conflitos armados violentos ou de grande intensidade na Europa, resultou uma cultura europeia de passividade da sociedade civil em geral, e dos jovens em particular, para os aspetos da segurança e defesa, que constituem pilares fundamentais para a proteção e sobrevivência de qualquer sociedade organizada.

Acresce que este longo período de paz produziu também uma erosão significativa no poder militar europeu, principalmente nos níveis de prontidão para combate, que segundo a Agência Europeia de Defesa, em 2014, se situava na ordem de apenas 30,9% na Europa, quando comparado com 65% na Rússia e com mais de 75% nos EUA.

Assistimos a uma mudança radical no ambiente geopolítico do Sec. XXI e a uma deterioração significativa da instabilidade e aumento da insegurança na periferia estratégica da União Europeia.

Um exemplo disso é a anexação da Crimeia e a crise da Ucrânia, com a deriva expansionista e mais assertiva da Rússia, alicerçada numa renovada doutrina de “guerra híbrida”, que combina táticas de propaganda, subversão e emprego dissimulado de forças militares. Estas táticas, por se situarem abaixo do patamar da agressão armada, dificultam a ativação do

compromisso político de defesa coletiva, tal como plasmado no Artº5º da NATO, o que levanta um sério problema de segurança para os Estados-fronteira, designadamente os Estados Bálticos.

São também exemplos destas mudanças geopolíticas em curso, as guerras civis na Síria, Iraque e Líbia, com o alastramento da ameaça do jihadismo extremista e o ressurgimento e ascensão do autointitulado Estado Islâmico. Como consequência, estamos perante uma grave tragédia humanitária de refugiados e de migração em massa para a Europa de “multidões descontroladas”, como foi afirmado pelo Presidente da Comissão Europeia, Claude Juncker. A própria Europa também não está isenta de culpas!

Com o Estado Islâmico, o terror instalou-se definitivamente mais perto da Europa. Por outro lado, os ensinamentos da História e a memória dos povos alertam-nos para os riscos de segurança inerentes à conflituosidade endémica da região da “rota migratória dos Balcãs”. Neste contexto, importa também considerar as implicações da crise dos refugiados no quadro da política de segurança europeia, questão essencial que me parece não estar a ser devidamente acautelada.

Não deixa de ser relevante o facto de a presente intervenção militar da Rússia na Síria significar a primeira vez que, após o fim da Guerra Fria, o poder militar russo é utilizado fora das fronteiras da antiga União Soviética.

Esta operação militar, numa região estrategicamente sensível para a Europa, é a demonstração inequívoca da vontade da Rússia para a utilização de meios militares na consecução de objetivos políticos e estratégicos.

A crise Rússia/Ucrânia pode contagiar a solução para o problema da Síria/Iraque/Estado Islâmico, nomeadamente como moeda de troca para o reconhecimento do status quo da anexação da Crimeia e o levantamento das sanções pelos EUA e EU. Há mesmo quem afirme que a intervenção militar na Síria faz parte de uma estratégia de diversão da Rússia para dissimular o seu processo de militarização em relação ao Ártico.

Assim, com o ressurgimento da Rússia por um lado e o caos por outro, poder-se-á antecipar um futuro difícil para a segurança da Europa.

Na verdade, vivemos num mundo digital e cibernético mais interligado e interdependente, entrelaçado numa complexa pletera de novos desafios, riscos e ameaças à segurança, que se caracterizam essencialmente por serem transnacionais, assimétricas, difusas e imprevisíveis.

Podemos assim dizer que a segurança da Europa está hoje muito mais ameaçada, precisamente num momento em que a resposta europeia se encontra mais enfraquecida economicamente e fragmentada politicamente, e em que os interesses estratégicos dos EUA estão a deslocar-se da Europa para a região Ásia-Pacífico.

O próprio conceito de segurança também ele mudou significativamente, sendo cada vez mais difusa e esbatida a fronteira entre segurança externa e segurança interna. Daí uma razão acrescida para a aplicação plena do novo conceito de “*comprehensive approach*”, que apela para a utilização mais coordenada e mais integrada de todos os instrumentos civis e militares ao dispor da política externa e de segurança comum.

Por outro lado, a atual crise económica e financeira que ainda continua a persistir, sobretudo na zona Euro, tem tido como consequência imediata a continuação da redução dos orçamentos de defesa e o desinvestimento sistemático em novas tecnologias e capacidades de defesa.

Corre-se assim o grave risco de a Europa estar a caminhar para um processo de desarmamento estrutural, podendo mesmo tornar-se irrelevante em termos de segurança e defesa dos seus interesses estratégicos, incluindo a proteção dos seus cidadãos.

Não obstante a desaceleração económica dos países emergentes, estima-se que esta tendência de enfraquecimento do poder militar europeu se agrave a partir de 2020-2025, com a previsível deslocação do centro de gravidade económica do Ocidente para Oriente, e simultaneamente com os ambiciosos e dispendiosos programas de modernização tecnológica de defesa que estão em curso designadamente na Rússia e China. Por exemplo, no caso da Rússia, nos últimos três anos, verificou-se um dispêndio médio em defesa na ordem de 9% do PIB. Nesse mesmo período, o esforço de defesa nos EUA situou-se entre 4 e 5% do PIB, enquanto na Europa esse valor tem-se mantido teimosamente abaixo 1,5% do PIB. Note-se que a meta estabelecida para a NATO na Cimeira de Gales do ano passado, para ser alcançada até 2014, é de uns meros 2% do PIB em dispêndios com defesa. E mesmo essa meta duvida-se que venha a ser conseguida!

Na vertente económica da defesa, o desenvolvimento de novas tecnologias e sistemas de armas na Europa é crucial para aumentar a competitividade industrial, para gerar inovação, crescimento e emprego altamente qualificado e para garantir a manutenção na Europa das indispensáveis competências tecnológicas de ponta e ainda para a minimização da dependência externa da base tecnológica e industrial de defesa europeia.

O investimento em I&D de defesa gera um efeito multiplicador significativo no PIB e no emprego, em variadíssimos setores da economia, como demonstra um estudo encomendado pela Comissão Europeia à Universidade de Cambridge, em 2013, em que se conclui que um corte de 100M€ em I&D de defesa traduzir-se-á numa queda de 150M€ no PIB, assim como na perda de 3.000 empregos, dos quais 800 altamente qualificados.

Contudo, dada a complexidade e onerosidade das novas tecnologias, está hoje demonstrado que tal desiderato só será possível através de um esforço concertado de cooperação multinacional na área da defesa, tal como estabelecido no Tratado de Lisboa, que incompreensivelmente tarda a ser concretizado à escala europeia.

As economias de escala resultantes de uma política efetiva de cooperação são indispensáveis à criação de um verdadeiro mercado europeu de defesa aberto, livre de protecionismos e competitivo. É portanto necessário desenvolver uma política industrial de defesa europeia, que tenha por base um novo paradigma de cooperação multinacional.

demonstrado que tal desiderato só será possível através de um esforço concertado de cooperação multinacional na área da defesa, tal como estabelecido no Tratado de Lisboa, que incompreensivelmente tarda a ser concretizado à escala europeia.

As economias de escala resultantes de uma política efetiva de cooperação são indispensáveis à criação de um verdadeiro mercado europeu de defesa aberto, livre de protecionismos e competitivo. É portanto necessário desenvolver uma política industrial de defesa europeia, que tenha por base um novo paradigma de cooperação multinacional.

Se a segurança é a condição sine qua non para a paz, estabilidade e prosperidade, então a Europa encontra-se num processo acelerado de passar de um ator fornecedor de segurança e estabilidade internacional, para estar dependente de terceiros no que respeita à manutenção da sua própria segurança. Nesta perspectiva, o recurso à cooperação multinacional e o reforço do elo transatlântico constituem coordenadas político-estratégicas fundamentais, que devem ser preservadas e reforçadas.

Por isso, as gerações atuais têm razões acrescidas para estarem mais preocupadas com a sua segurança, o que as obriga a serem mais interventivas no processo de progressiva integração europeia, incluindo o aprofundamento e consolidação da política de segurança e defesa comum.

Contudo, a questão que hoje releva e mais preocupa é justamente a aparente indiferença ou apatia dos jovens perante as questões estratégicas relacionadas com a dimensão da segurança e defesa europeia.

Esta foi a razão principal desta Conferência na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ao promover junto de jovens universitários, que constituirão os futuros de amanhã, o debate da problemática da segurança e defesa europeia nos dias de hoje, e o papel que cabe aos jovens e à sociedade civil na mobilização de vontades e de ações para a preservação

Gostaria de agradecer o apoio e a coordenação de todo o pessoal do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, que acolheu e facilitou a realização desta Conferência. Mais concretamente, gostaria de felicitar a Senhora Professora Doutora Inês Amorim, elemento fulcral na concretização desta iniciativa, que relevo pela sua simpatia, disponibilidade, abertura de espírito e liderança, bem assim como pela capacidade de organização e exemplaridade didática e pedagógica para os alunos.

Ao Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Universidade do Porto, na pessoa da sua Presidente, Inês Consonni, o nosso maior agradecimento pela vossa entusiástica e importante colaboração.

À Dra. Daniela Miranda, Mestranda em História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, apresento a minha homenagem e os meus agradecimentos, pela forma decidida e corajosa como aceitou o difícil desafio de sumarizar as Conclusões desta Conferência e pela qualidade e serenidade com que desempenhou esta árdua tarefa.

Aos conferencistas e moderadores, que, com as suas comunicações de elevada qualidade e interesse, contribuíram para dignificar a Conferência e proporcionar um amplo e esclarecedor debate, apresento os agradecimentos do EuroDefense-Portugal.

Aos alunos da Universidade do Porto em geral, mas especialmente aos alunos do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, que generosamente contribuíram, desde o primeiro momento, com ideias e com o seu trabalho e colaboração para o sucesso deste evento, quero aqui manifestar a expressão do nosso agradecimento e desejar-lhes grandes sucessos tanto académicos como na sua vida futura. Faço votos para que esta Conferência tenha contribuído para aprofundar os vossos conhecimentos sobre segurança e defesa, e despertar a vossa consciência e estimular o interesse para a importância do papel interventivo que deveis ter em relação aos assuntos da política de segurança e defesa Europeia.

A todos os participantes de uma forma geral, apresento os agradecimentos da Comissão Organizadora pela vossa presença que muito nos honra, por terem acreditado em nós, pelo interesse demonstrado nos temas em análise e por terem contribuído ativamente para o debate.

Finalmente, em nome do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, gostaria de sublinhar uma vez mais que foi um enorme e grato prazer ter organizado este evento conjuntamente com o Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Bem-haja e muito obrigado a todos.

*Porto, 9 de Novembro de 2015*

## Conclusões Finais

### **Alunos do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Universidade do Porto**

A Eurodefense-Portugal corresponde, desde 1997, a uma organização integrada no quadro da EURODEFENSE europeia que pretende contribuir e fomentar a reflexão e o estudo, a criação de uma opinião crítica, sobre temas como a defesa, a segurança ou até a perceção do interesse comum europeu, sem nunca esquecer as respetivas implicações para o caso português, temas que mais do que nunca estão na atualidade do debate político, particularmente nas relações internacionais. Estes objetivos têm sido atingidos através de uma reflexão conjunta com grupos de trabalho e outras formas de cooperação, com instituições e organizações da sociedade civil.

No contexto desta cooperação, a 9 de Novembro de 2015 tomou lugar, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, uma conferência subordinada ao tema “O Novo Quadro de Segurança e de Defesa Europeia e o Papel da Cooperação: Desafios e Opções para Portugal” organizada pelo Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a convite da Eurodefense-Portugal e com o apoio do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Universidade do Porto.

A sessão de abertura contou com a participação do Professor Doutor Sebastião Feyo de Azevedo, Reitor da Universidade do Porto, da Professora Doutora Fernanda Ribeiro, Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do Dr. António Figueiredo Lopes, Presidente da Direção do Eurodefense-Portugal, que mencionou a importância da ligação às universidades. Reforçou a ideia dos problemas que começam a abalar o edifício europeu e que põem em causa o futuro da Europa e de todos nós. O Presidente da EuroDefense Portugal fez referência ainda ao facto da Europa ser um gigante económico mas não se apetrechar com medidas de segurança e defesa suficientes, descurando a sua potencial dimensão de ator internacional. Seguiu-se a intervenção da Professora Doutora Inês Amorim, Presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Universidade do Porto, que mencionou o facto de os imigrantes serem hoje em dia recebidos por uma rede de familiares, o que indica a existência de traços de proximidade pré-existentes, que os contributos da investigação em História e Ciências Sociais poderão vir a esclarecer e a compreender a procura de certos países, uma Europa de profundas raízes de solidariedade, provavelmente esquecidas. A sessão de abertura terminou com a apresentação da Presidente do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Universidade do Porto, Inês Consonni que fez um breve apresentação dos objetivos daquele grupo de estudantes.

O primeiro painel, que teve como moderador o Professor Doutor John Greenfield, Diretor da Licenciatura em Línguas e Relações Internacionais, iniciou-se com a comunicação do primeiro interveniente, o Tenente-General António Fontes Ramos, Vice-Presidente do Conselho Geral do EuroDefense-Portugal, Professor da Universidade Católica de Lisboa.

Abordou temas como o crescimento demográfico, o aquecimento global e os impactos num ambiente internacional incerto, complexo e perigoso. O segundo interveniente, a Professora Doutora Teresa Cierco, do Departamento de História e Estudos Políticos Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, falou do papel da Organização de Segurança e Cooperação na Europa na arquitetura de segurança da Europa, analisando de que forma esta tem ajudado a manter a paz e a segurança na Europa. O painel terminou com a intervenção da Professora Doutora Liliana Reis, do Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, subordinada ao tema dos efeitos da crise das dívidas soberanas na política comum de segurança e defesa.

A conferência prosseguiu com as intervenções do segundo painel, desta vez mais direcionadas às problemáticas da economia de defesa, isto é, a sustentabilidade da base tecnológica e industrial de defesa europeia e o papel da cooperação no desenvolvimento de capacidades. Desta vez, o moderador foi o Professor Doutor Jorge Ribeiro, do Departamento de História e Estudos Políticos Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O primeiro interveniente foi o Professor Doutor Rui Miguel Marques Moura e ainda a Professora Doutora Helena Sant'Ovaia, da Faculdade de Ciências e do Instituto Geofísico da Universidade do Porto, dando vários exemplos de um ramo menos conhecido da sismologia, completado por registos sísmicos de explosões nucleares soviéticas, anteriormente desconhecidas. O último interveniente foi o Professor Doutor Augusto Barata da Rocha, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Membro do Conselho do Ensino Superior Militar, Ministério da Defesa Nacional, concentrando a sua intervenção em investigação científica e desenvolvimento tecnológico, apresentando projetos e aplicações de duplo uso, desenvolvidas enquanto era presidente do INEGI.

Após o debate, a sessão de encerramento contou com a participação da mestranda em História, Relações Internacionais e Cooperação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Daniela Miranda, que fez um remate final das conclusões, e da intervenção do Major-General Augusto Melo Correia, Vice-Presidente da Direção da EuroDefense-Portugal que sublinhou a importância deste encontro, frente à aparente indiferença ou apatia dos jovens perante as questões estratégicas relacionadas com a dimensão da segurança e defesa europeia. A Professora Doutora Inês Amorim abriu o debate, tendo sido colocadas algumas questões que revelaram o interesse por estas questões.

Em conclusão, notou-se claramente estarem cumpridos os objetivos delineados, e a mensagem central que passou foi a de que temos de estar atentos à situação europeia atual, e refletir sobre as consequências que Portugal poderá vir a sofrer, quer positivas quer negativas, bem como qual é a sua posição, num contexto internacional, e qual o caminho a seguir.

## LINKS ÚTEIS SOBRE LEITURAS RECOMENDADAS

A história da União Europeia

[http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index_pt.htm)

A União Europeia no mundo

<http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/67/pt.pdf>

A União Europeia no seu país

[http://europa.eu/euinyourcountry/index\\_pt.htm](http://europa.eu/euinyourcountry/index_pt.htm)

A União Europeia num ápice - como funciona a UE

[http://europa.eu/abc/index\\_pt.htm](http://europa.eu/abc/index_pt.htm)

Acção externa da União Europeia

<http://consilium.europa.eu/eeas/security-defence.aspx?lang=pt>

Actividades da União Europeia - Política externa e de segurança

[http://europa.eu/pol/cfsp/index\\_pt.htm](http://europa.eu/pol/cfsp/index_pt.htm)

Agência Europeia da Segurança Marítima (em Lisboa)

[www.emsa.europa.eu](http://www.emsa.europa.eu)

Agência Europeia de defesa

<http://eda.europa.eu/>

Agências da União Europeia

[http://europa.eu/agencies/index\\_pt.htm](http://europa.eu/agencies/index_pt.htm)

Aprender a Europa

[www.aprendereuropa.pt](http://www.aprendereuropa.pt)

Banco Europeu de Investimento (em Lisboa)

[www.bei.org](http://www.bei.org)

Capacidades

<http://www.consilium.europa.eu/eeas/security-defence/capabilities?lang=pt>

Centro de Informação Europeia Jacques Delors (em Lisboa)

[www.eurocid.pt](http://www.eurocid.pt)

CFSP

<http://www.consilium.europa.eu/policies/foreign-policy?lang=pt>

Comissão Europeia

[http://ec.europa.eu/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/index_pt.htm)

Comissões do Parlamento Europeu

<http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/AFET/home.html>

Conselho da União Europeia - reuniões do Conselho

<http://www.consilium.europa.eu/press/council-meetings?lang=pt>

Delegações para a relação com a NATO

<http://www.europarl.europa.eu/delegations/pt/dnat/home.html>

Empresas e indústria

[http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/defence/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/defence/index_pt.htm)

ESDP Newsletter - Council of the European Union

[http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/esdp/132649.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/esdp/132649.pdf)

Estratégia Europeia em matéria de segurança

<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>

Estruturas da PESD

[www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=279&lang=en](http://www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=279&lang=en)

Europe Direct

[http://europa.eu/europedirect/index\\_pt.htm](http://europa.eu/europedirect/index_pt.htm)

European Union Satellite Centre

<http://www.eusc.europa.eu/>

EUROPEDIA - Blog de discussão

<http://europedia.moussis.eu/discus/>

Força Europeia de Gendarmerie

[www.eurogendfor.eu/](http://www.eurogendfor.eu/)

Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal

[www.parleurop.pt](http://www.parleurop.pt)

Gestão civil de crises

<http://www.consilium.europa.eu/eeas/security-defence/civilian-crisismanagement?lang=en>

Home affairs

[http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/internalsecurity/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/internalsecurity/index_en.htm)

Humanitarian Aid and civil protection

[http://ec.europa.eu/echo/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/echo/index_en.htm)

Institute for Security Studies of the European Union (EU ISS)

<http://www.iss.europa.eu/>

Instituto Português de Relações Internacionais

[www.ipri.pt](http://www.ipri.pt)

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança

[www.ipris.org](http://www.ipris.org)

Luta contra o terrorismo

<http://www.consilium.europa.eu/policies/fight-against-terrorism?lang=pt>

Missões e operações da União Europeia

<http://consilium.europa.eu/eeas/security-defence/eu-operations?lang=pt>

NATO - SITE OFICIAL

<http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm>

NATO Parliamentary assembly

<http://www.nato-pa.int/>

Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (em Lisboa)

[www.emcdda.europa.eu](http://www.emcdda.europa.eu)

Parlamento Europeu

<http://www.europarl.europa.eu/portal/pt>

Peace and security (Nações Unidas)

<http://www.un.org/en/peace/index.shtml>

Portal da União Europeia

<http://europa.eu>

Produtos pedagógicos sobre a União Europeia

[www.prepararfuturo-ue.eu](http://www.prepararfuturo-ue.eu)

Projecto de estratégia da segurança interna da União Europeia: "Rumo a um modelo europeu de segurança"

<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/10/st05/st05842-re02.pt10.pdf>

Publicações - EU Bookshop

<http://bookshop.europa.eu>

Relatório anual da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

[www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/librairie/PDF/PT\\_PESC%202009\\_web.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/librairie/PDF/PT_PESC%202009_web.pdf)

Relatório sobre a execução da Estratégia Europeia de Segurança

[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf)

Representação da Comissão Europeia em Portugal

<http://ec.europa.eu/portugal>

Serviço Europeu de acção externa

[http://www.eeas.europa.eu/index\\_pt.htm](http://www.eeas.europa.eu/index_pt.htm)

Sub-comissão da Segurança e da Defesa - Parlamento Europeu

<http://www.europarl.europa.eu/activities/archives/com6/mainSheet.do?language=PT&body=SEDE>

United Nations peacekeeping

<http://www.un.org/en/peacekeeping/>

YouTube

[www.youtube.com/EUSecurityandDefence](http://www.youtube.com/EUSecurityandDefence)

## **EDIÇÕES**

### **SÍNTESES EURODEFENSE**

**Síntese 1 - Mesa Redonda “Portugal e a PESD” (Maio de 2003)**

**Síntese 2 - Mesa Redonda “A Construção Europeia – Que Espaço Estratégico para Portugal” (Julho de 2003)**

**Síntese 3 - Mesa Redonda “Portugal e a PESD no Pós-Alargamento” (Setembro de 2004)**

**Síntese 4 - Mesa Redonda “Portugal e a PESD no Quadro do Tratado Constitucional” (Junho de 2005)**

**Síntese 5 - Mesa Redonda “A Crise da União Europeia – Implicações para Portugal” (Novembro de 2005)**

**Síntese 6 - Mesa Redonda “Cooperação estruturada na PESD – um novo instrumento de parceria?” (Março de 2006)**

**Síntese 7 - Seminário “Uma União Europeia mais Coesa e mais Segura” (Julho de 2006)**

**Síntese 8 - Conferência “Portugal e a Agência Europeia de Defesa – Oportunidades para a Indústria Nacional”**

**Síntese 9 - Mesa Redonda “A Economia de Defesa – Sua integração no planeamento estratégico” (Setembro de 2006)**

**Síntese 10 - Mesa Redonda “As Contrapartidas como instrumento da Economia de Defesa” (Janeiro de 2007)**

**Síntese 11 - Seminário “A segurança e a defesa da UE e as empresas portuguesas” (Fevereiro de 2007)**

**Síntese 12 - Mesa Redonda “A União Europeia e o conflito do Líbano” (Abril de 2007)**

**Síntese 13 - Mesa Redonda “A União Europeia e as relações com África” (Novembro de 2007)**

**Síntese 14 - Mesa Redonda “O Ambiente, a Energia e a Segurança na Cimeira UE-África” (Dezembro de 2007)**

**Síntese 15 - Mesa Redonda “Implicações do Tratado de Lisboa no Quadro da PCSD” (Abril de 2008)**

**Síntese 16 - Conferência “A nova PCSD – Desafios e Opções para Portugal” (Julho de 2008)**

**Síntese 17 - Conferência “O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e Opções para Portugal” (Junho de 2010)**

**Síntese 18 - Mesa Redonda “Portugal e a Estratégia Europeia de Segurança - Desafios e Condicionantes” (Maio de 2010)**

**Síntese 19 - Conferência “O Estado e o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia” . Universidade de Aveiro(Novembro de 2010)**

**Síntese 21 - Conferência “O novo quadro de Segurança e Defesa Europeia”, Universidade de Évora (Novembro de 2012)**

**CENTRO DE ESTUDOS EURODEFENSE -  
- PORTUGAL**

**MEMBROS FUNDADORES**

**Instituto da Defesa Nacional  
Associação Industrial Portuguesa**

×

**CORPOS SOCIAIS**

**CONSELHO GERAL**

**Presidente**

Dr. João Salgueiro

Vice-Presidente

Tenente-General Abel Cabral Couto

**Vogais**

Dr.<sup>a</sup> Maria Perpétua Rocha

Dr. António Barbosa da Silva

Tenente-General Eduardo Mateus da Silva

**DIRECÇÃO**

**Presidente**

Dr. António Figueiredo Lopes

**Vice-Presidente**

Major-General Augusto J. Melo Correia

**Secretário-Geral**

Cor. Miguel A. Fradique da Silva

# Conferência na Universidade do Porto

## Comissão Organizadora

**Departamento de História e de Estudos Políticos Internacionais,  
Faculdade de Letras**

**Prof. Doutora Inês Amorims**

*Coordenadora Científico da Conferência*

**Professora Doutora Teresa Cierco**

*Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais*

**Dr.<sup>a</sup> Cláudia Moreira**

*Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem*

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

**Inez Consonni**

*Presidente do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais*

**Centro de Estudos do EuroDefense-Portugal**

**Major General Augusto Melo Correia**

**Coronel Miguel A. Fradique da Silva**

**Coronel  
António  
Rosas Lei-**

**Eng.  
tão**

